


**DISCURSO POLÍTICO NO FOLHETO DE CORDEL:
A BESTA-FERA, O PADRE CÍCERO E O JUAZEIRO**

CLAUDIA REJANNE PINHEIRO GRANGEIRO



**UNESP/FCLAR
2007**

unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP
Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa
Doutorado

CLAUDIA REJANNE PINHEIRO GRANGEIRO

***DISCURSO POLÍTICO NO FOLHETO DE CORDEL:
A BESTA-FERA, O PADRE CÍCERO E O JUAZEIRO***

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa da UNESP/FCL-AR como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor;

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin;

Linha de Pesquisa: Estrutura, organização e funcionamento discursivo e textual.

Bolsas:

FUNCAP (Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e Bolsa de Doutorado-sanduiche da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior).

**Araraquara
2007**

Grangeiro, Cláudia Rejanne Pinheiro

Discurso político no folheto de cordel: A besta-fera, o Padre Cícero e o Juazeiro / Cláudia Rejanne Pinheiro Grangeiro – 2007
174 f.; 30 cm

Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa) –
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras,
Campus de Araraquara

Orientador: Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin

1. Análise do discurso. 2. Literatura de cordel brasileira.
3. Juazeiro do Norte (CE). 4. Literatura brasileira. I. Título.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin
Presidente e Orientadora
UNESP/FCLAR

Profa.Dra. Vanice Maria de Oliveira Sargentini
UFSCAR

Profa. Dra. Maria Regina Momesso
UFSC

Profa. Dra. Nádea Gaspar
UFSCAR

Profa. Dra. Maria de Lourdes Paniago
UFG

Aprovada em Araraquara-SP, 26 de fevereiro de 2007.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ESPECIALMENTE à PROFA. DRA. MARIA DO ROSÁRIO GREGOLIN, pela confiança em mim depositada, por ela, Araraquara, a FCLAR, o GEADA, por Foucault, Pêcheux e tantas outras coisas inumeráveis;

À FUNCAP e à CAPES, pela cessão das bolsas, IMPRESCINDÍVEIS;

A Cícera Gonçalves e aos funcionários do CREDE 18, principalmente Fernanda, por me ajudarem a retirar o prefixo da palavra "impossível" e permitir que os professores da SEDUC/Ceará tenham direito à qualificação com a remuneração que lhes é de direito;

Aos demais professores da pós-graduação da UNESP/FCLAR;

Aos membros da banca examinadora, especialmente aos professores doutores Roberto Leiser Baronas e Vanice Sargentini, pelo norte valoroso na qualificação;

Aos funcionários do PPG, especialmente Rita e Diana, pelo respeito, paciência e solicitude para comigo;

Aos colegas da pós-graduação de Linguística, Sociologia e Literatura;

Aos colegas do GEADA (Grupo de Estudos de Análise do Discurso de Araraquara), pela partilha de tão preciosos bens, especialmente Nílton, Luzmara e Carlos;

Aos amigos do IGA Juazeiro do Norte, Campinas, Paris, Montserrat e Bélgica, pela calorosa acolhida e pelo apoio;

A Mirtes Anastácio, Mariano, Profa. Salete Maria, Eliza, Araújo, Lionel, Jean Marc, Profa. Dilza Maria, Ana Paula (biblioteca da UNESP), Roberto Antunes e a tod@s que de uma ou outra forma contribuíram para esta pesquisa;

A minha mãe, D. Juceneuda, POR TUDO;

A Marcos Robério e Márcia, pelo "porto seguro" em Fortaleza;

Aos colegas da Paris XII – CÉDITEC, especialmente Fernando, pela amizade e troca de experiências;

Aos professores da Paris XII – CÉDITEC, especialmente Simone Bonnafous e Dominique Maingueneau;

Aos amigos da CIUP (Cité International Universitaire de Paris), especialmente os da Maison du Brésil;

A Fanka, ela sabe por quê;

A todos aqueles que "velam pela alegria do mundo, indo mais fundo".

Sin perder la ternura jamás:

Pessoal do movimento estudantil, especialmente das ocupações do RU da FCLAR de 2004;

Pessoal da graduação em Letras 2003/2004 da FCLAR, pela troca maravilhosa de experiências e pelos saraus;

A inicialmente "Casa das Sete Mulheres", depois República Pasárgada;

Maga, Mônica e Martha, Que viva México siempre!

Roberto Barros, Júlia, Thiago, Mirella e Alexandre.

Dedico este trabalho ao povo brasileiro que financiou meus estudos, em especial aquele dos "verdes mares bravios (...) onde canta a jandaia nos frondes da carnaúba" (José de Alencar) e do Vale Encantado dos Kariris, povo que paga meu salário e

A Monyse

*A verdade é o conjunto de metáforas
que ganhou a guerra*

(Carlos Alberto Faraco)

**Tese “Discurso político no folheto de cordel: A Besta-fera, o Padre Cícero e o Juazeiro”, 174 f. Trabalho apresentado ao Programa de Pós-graduação em Lingüística e Língua Portuguesa da UNESP/FCLAR como requisito parcial para obtenção do título de Doutor.
Autora: Cláudia Rejanne Pinheiro Grangeiro**

RESUMO

O mundo contemporâneo vem passando por diversas transformações em todas as dimensões da atividade humana, o que desaguou num estágio denominado por muitos pesquisadores de “pós-modernidade”. Vivemos na “sociedade do espetáculo”, na qual “a mercadoria contempla a si mesma no mundo que ela criou [...] e o espetáculo é o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem”, de acordo com Guy Debord (1994). Tais transformações certamente atingiram a fala política, passando dos grandes debates ideológicos da década de 70, por exemplo, para o império das formas breves, a apropriação do discurso das mídias pelo discurso político, a hegemonia das imagens. Partindo de tais premissas e considerando que cada localidade é afetada de forma particular pelas tendências do seu tempo, propusemo-nos estudar o discurso político no contexto da cidade de Juazeiro do Norte-CE, analisando os mecanismos de constituição deste discurso nos folhetos de cordel “Engana-me que eu gosto” e “Engana-me que eu gosto 2”, de Abraão Batista, polêmicos folhetos que circularam nessa cidade por ocasião das eleições municipais do ano 2000. Os fundamentos teóricos que norteiam as análises são as teorias desenvolvidas no âmbito da corrente francesa de Análise do Discurso preconizada pelo grupo em torno de Michel Pêcheux, para a qual concorreram de forma significativa os postulados teórico-metodológicos da Arqueologia do Saber de Michel Foucault, como, por exemplo, a noção do enunciado como um “nó em uma rede”, cuja interpretação deve necessariamente articular uma memória e uma atualidade. Baseando-nos, pois, em tais fundamentos, o trabalho propõe-se a: 1. Analisar, pela ótica da Arqueologia do saber (Foucault, 1997), os efeitos de sentido produzidos pelas “apropriações” por parte do discurso político de outras formações discursivas, considerando o tema “eleições de 2000 para prefeito de Juazeiro do Norte” – CE; 2. Buscar as condições de aparecimento dos enunciados, verificando o papel da memória discursiva no processo de constituição dos sentidos do discurso político do (no) folheto de cordel, analisando os expedientes lingüístico-discursivos no processo de construção de identidades dos atores dos elementos do discurso político: “o povo”, “o Juazeiro” e os candidatos em disputa e 3. Considerando a diversidade dos regimes de materialidade da língua, verificar os efeitos de sentido do político produzidos por um suporte material (o folheto de cordel) diferente dos gêneros políticos tradicionais, como panfletos etc. Trabalhamos, portanto, com duas hipóteses: a) “Os **signos-poder** (discurso político), em Juazeiro, sedimenta-se, fundamentalmente, por meio das formas do sagrado, do discurso religioso, constituindo um tipo particular de “espetacularização da política” (Courtine, 1997); e b) O folheto de cordel constrói um *porte-parole* diferente daquele apontado, por exemplo, por Guilhaumou (1989), no período da Revolução Francesa. Nesse espaço simbólico: Juazeiro, o porta-voz do povo, para legitimar-se, deve, antes de tudo, ser reconhecido como porta-voz do Padre Cícero, como discurso de autoridade.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Discurso Político. Porta-voz. Espetacularização da Política. Juazeiro do Norte. Literatura de Cordel.

RESUMÉ

Le monde contemporain traverse plusieurs transformations dans toutes les dimensions des activités humaines, ce qui nous a amenées à la période qualifiée par plusieurs penseurs de "post-moderne." On vit sur la "société du spectacle", dans laquelle, "la marchandise se contemple elle-même dans le monde fabriqué par elle-même, [...] et le spectacle est le capital tellement accumulé qu'il devient des images", selon Debord (1994). Ces transformations atteignent certainement la parole politique. On passe des grands débats idéologiques des années 70, par exemple, à l'empire des formes brèves. Les discours politiques s'emparent donc des discours des médias (les "langues du vent"), où apparaît l'hégémonie des images. A partir de ces pré-suppositions, et en considérant que chaque ville (pays etc) est affecté de façon particulière par les tendances du temps présent, nous proposons d'étudier le discours politique dans le contexte de la ville de Juazeiro do Norte-Ceará, Brésil, analysant les mécanismes de constitution de ce discours dans les feuillets de cordel "Engana-me que eu gosto" et "Engana-me que eu gosto 2", de Abraão Batista, deux polémiques feuillets qui ont circulés à l'occasion des élections municipales de cette ville, en 2000. Les bases théoriques que soutiennent ces analyses sont les théories développées au sein de "l'École Française de l'Analyse de Discours", plus précisément par le "groupe autour de Michel Pêcheux" ainsi que les aspects théoriques-méthodologiques de l'Archeologie du Savoir, de Michel Foucault, comme, par exemple, la notion de l'énoncé comme un "noeud dans un réseau" dont l'interprétation mobilise à la fois une mémoire et une actualité. Selon ces fondements, ce travail propose donc : 1. D'analyser les effets du sens produit par les appropriations du discours politique des autres formations discursives, considérant le thème : "élections municipales en 2000 à Juazeiro do Norte-CE, Brésil" ; 2. De reconstituer les conditions de parution des énoncés, vérifiant le rôle de la mémoire discursive dans le processus de constitution des sens du discours politique dans les feuillets de "cordel", analysant les procédés linguistico-discursifs dans la construction des identités et des éléments constitutifs du jeu politique : "le peuple", "Juazeiro" et les candidats. 3. De vérifier les effets du sens du politique produit par un support matériel (le feuillet de cordel) différent des genres traditionnels, comme les tracts, considérant les différents "régimes de matérialités" de la langue. Nous travaillerons donc sur deux hypothèses : a) les **signes-pouvoir** (le discours politique), à Juazeiro, s'appuyant sur les formes du discours religieux, constituant un genre particulier de "spectacularisation de la politique" (Courtine, 1997) ; b) Le feuillet de cordel construit la représentation d'un porte-parole différent, par exemple, de celui de la Révolution Française, étudié par Guilhaumou (1989). Dans cet espace symbolique, Juazeiro, le porte-parole du peuple, pour se légitimer, doit avant tout être reconnu comme le porte-parole du Père Cícero, c'est-à-dire, comme un discours d'autorité.

Mots-clés: Analyse de Discours. Discours Politique. Porte-parole. Spectacularisation de la politique. Juazeiro do Norte. Littérature de Cordel.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

F1 – Folheto de cordel “Engana-me que eu gosto”

F2 – Folheto de cordel “Engana-me que eu gosto 2”

p – página do folheto

e – estrofe

Sumário	PAG
1. Introdução	12
2. Escavando o solo teórico	24
2.1 Rumores da Rue d'Ulm	28
2.2 O lugar da Análise do Discurso	33
2.2.1 Análise do Discurso e Lingüística	33
2.2.1.1 O valor de Saussure	34
2.2.1.2 Estruturalismo e Pós-Estruturalismo na França rebelde de 60	36
2.2.1.3 E Saussure ficou sozinho com suas idéias?	41
2.2.2 O Outro do (no) real da língua: Análise do Discurso e Psicanálise	46
2.2.3. O Materialismo Histórico no posto de comando	49
3 Discurso e formação discursiva	52
3.1 Discurso e formação discursiva em Foucault	52
3.1.1 Sujeito e identidade em Foucault	55
3.2 "Foucaultear o que há de bom" ou de como as paralelas se encontram na infinita <i>highway</i> da AD	57
3.3 História, memória e interdiscurso	61
3.4 A língua fazendo gênero	64
3.4.1 Literatura de cordel como gênero do discurso	71
4 O jogo de máscaras do teatro político	77
4.1 O sujeito político Comunista/Feminino	78
4.2 O sujeito político feminino	88
4.3 A demonização do comunismo	103
4.3.1 Silêncio significativo	105
4.4 Misoginia e anti-comunismo na teia do discurso religioso	106
4.5 O sujeito político masculino/não-comunista	118
4.6 Juazeiro: "o rosário pela foice"	120
4.7 "O povo" do Padre Cícero Romão	123
4.8 Porta-voz de quem?	124
5 As múltiplas faces do sujeito do cordel: poético, familiar, religioso, político	129
5.1 O hiperenunciador	129
5.2 O sujeito da fala privada	131
5.3 O sujeito do saber poético	131
5.4 A função sujeito-cidadão	132
5.5 A função-sujeito-autor/político	135
Considerações Finais	139
REFERÊNCIAS	148
BIBLIOGRAFIA ADICIONAL	157
ANEXOS	159

1 Introdução

O espetáculo é a conservação da inconsciência na mudança prática das condições de existência. Ele é seu próprio produto, e foi ele quem determinou as regras: É um pseudo-sagrado.
(Guy Debord)

O mundo contemporâneo vem passando por diversas transformações, em todas as dimensões da atividade humana, o que desaguou num estágio denominado por muitos pesquisadores de “pós-modernidade”, designação tão imprecisa quanto controversa. O que é considerado como transformação, do ponto de vista econômico, por exemplo, é a passagem do modelo fordista para o da acumulação flexível, as novas formas de organização do trabalho, a produção de novas tecnologias, o que trouxe como consequência mais imediata o aumento exorbitante da produção não só de bens como de serviços – pessoais, comerciais, como também educacionais, de saúde, lazer, de espetáculos etc, ou seja, produz-se uma imensa e diversificada quantidade de bens, mercadorias, serviços e informações num espaço muito curto de tempo.

Tais elementos trouxeram, também, como consequência, uma grande mudança nas sensibilidades do sujeito contemporâneo, a qual, segundo Harvey (1996, p. 65) “não ocorreu num vazio social, econômico ou político. A promoção, por exemplo, da publicidade como ‘arte oficial do capitalismo’ traz para a arte estratégias publicitárias e a introduz nessas mesmas estratégias.” De acordo com Eagleton (1998, p. 16), a pós-modernidade alude a um período histórico específico no qual a linha de pensamento questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade, objetividade, a idéia de progresso, emancipação universal, os sistemas únicos e as grandes narrativas, ou seja, os paradigmas de base da sociedade ocidental, cujo cume foi o século XIX, templo do desenvolvimento industrial e das grandes correntes ideológicas.

Sem a pretensão de adentrar no debate sobre “os prós” e “os contra”, limitar-nos-emos a admitir que “o pós” contém, em seu seio, alguns “des”, de acordo com Gumbrecht (1988, p. 9 a 10):

A **destemporalização** ou simultaneidade, ou seja, um presente cada vez mais amplo e cheio de movimento; [...] a **destotalização**, quer dizer, já não valem os conceitos totalizantes do mundo; e a **desreferencialização**. É como se houvesse sido perdida a impressão de que o mundo exterior é que dá referência aos significados. (grifos nossos).

Tais características da sociedade contemporânea atingem, certamente, a esfera política. A dimensão tecnicista da Política descrita por Habermas (1978) parece ter desaparecido atualmente, em função de um discurso mais vago, de conteúdo mais fluido do que nos anos 1980, que pareceu, a princípio, estabelecer um consenso sobre os valores neoliberais, diferente, por exemplo, dos grandes conflitos ideológicos dos anos 1970.

Um dos fatores determinantes de tal processo, sem dúvida, foi o advento das técnicas audiovisuais de comunicação, principalmente, da televisão, fenômeno estudado, dentre outros autores, por Courtine (2003, p. 25)¹, denominado de “espetacularização da política”. De acordo com o autor:

Mutação do *homo politicus*: [...] As técnicas audiovisuais de comunicação política promoveram toda uma pedagogia do gesto, do rosto, da expressão. Elas **fizeram do corpo um objeto-farol, um recurso central da representação política**. É como se se passasse de uma política do texto, veículo de idéias, para uma política da aparência, geradora de emoções. (grifos nossos).

Para o autor, as línguas de madeira (línguas duras e herméticas) do direito e da política relacionam-se, cada vez mais intimamente com as línguas de vento (flexíveis, fluidas) da publicidade, contribuindo para a mudança nos regimes de discursividade contemporâneos, aos quais denominou de **discurso em estado líquido**².

Considerando, pois, tais pressupostos, e considerando, ainda, que cada localidade absorve as tendências gerais do seu tempo de formas diferenciadas, elaborando seus dispositivos de discursividade de maneira particular, propusemo-nos estudar o discurso político no contexto da cidade de Juazeiro do Norte.

Tais inquietações tiveram sua gênese nas questões discutidas no decorrer do nosso Mestrado em Letras cujo cume foi a dissertação **O Discurso Religioso na Literatura de Cordel de Juazeiro do Norte**, defendida na Universidade Federal da Paraíba em 2001 e posteriormente publicada em livro homônimo.³

Os fundamentos teóricos que norteiam o nosso trabalho são as teorias desenvolvidas no âmbito da corrente francesa de Análise do Discurso preconizada pelo grupo em torno de Michel Pêcheux, para a qual concorreram de forma significativa os postulados

1 **Les glissements du spectacle politique**. Paris: Esprit n° 164, 1990. Tradução de Roberto Leiser Baronas e Fábio Montanheiro: **Os deslizamentos do espetáculo político** in GREGOLIN (org). Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003. P 21 a 33.

2 Conferência proferida pelo Professor Jean Jacques Courtine no I CIAD – Congresso Internacional de Análise do Discurso na UFSCAR – São Carlos, em 24 de novembro de 2006, sob tradução de Carlos Piovezani Filho.

3 GRANGEIRO, C.R.P. **O discurso religioso na literatura de cordel de Juazeiro do Norte**. Crato: A Província Edições, 2001.

teórico-metodológicos de Michel Foucault. Baseando-nos, pois, em tais fundamentos, analisaremos os mecanismos de constituição do discurso político no folheto de cordel, considerando o tema das eleições municipais do ano 2000 da cidade de Juazeiro do Norte, no Cariri cearense.

A Análise do Discurso de linha francesa, doravante AD, vem se constituindo como uma das mais profícuas áreas de pesquisa das ciências humanas. Fruto dos diálogos interdisciplinares em torno das questões abertas pelo (s) Estruturalismo (s), a AD articulou as inquietações surgidas em campos do saber como a Lingüística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise, sem, no entanto, deixar-se absorver por nenhuma delas. Desta forma, ao mesmo tempo em que pressupõe teórica e metodologicamente a Lingüística (PÊCHEUX, 1999b; PÊCHEUX e GADET, 1981), distingue-se de outras áreas que estudam o discurso (História, Psicologia, Sociologia), pelo fato de considerar outras dimensões, tais como: a) o quadro das instituições em que o discurso é produzido, as quais delimitam fortemente a enunciação; b) os embates sócio-histórico-ideológicos que se cristalizam nos discursos e c) o espaço próprio que cada discurso configura para si mesmo no interior de um interdiscurso.

A Análise do Discurso pressupõe teórica e metodologicamente a Lingüística, reconhecendo o corte saussureano, mas acrescentando ao real da língua o real da história, de forma que o homem faz a história, sem, no entanto, esta lhe ser transparente. Do materialismo histórico advém a noção de ideologia, polêmica e fruto de muitas re-elaborações, e da Psicanálise vem o deslocamento da noção de homem para a de Sujeito (PÊCHEUX, 1997c) ou forma-sujeito, constitutivamente atravessado pela ideologia e pelo Inconsciente. Para Pêcheux (1999b), a ideologia não é concebida como “visão de mundo”, ou “falsa consciência”, mas como estruturante constitutiva do discurso.

A AD possui, no entanto, suas especificidades, e atua sem se absorver por nenhum desses campos, conforme atesta Orlandi (1999, p. 20):

[...] Interroga a lingüística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao Inconsciente, sem ser absorvida por ele.

Assim, para essa corrente, o discurso passa a ser considerado não só como produção lingüística, mas como produção do imaginário, como elemento inscrito na história, em cuja interpretação atua necessariamente uma memória sócio-histórica, a **memória discursiva** (Pêcheux, 1999a) e Courtine (1999a).

Outra contribuição importante dessa “disciplina”⁴ é a concepção de linguagem não apenas como meio de transmitir mensagens, mas como lugar onde se consubstanciam relações intersubjetivas, como elemento de intermediação das relações sociais e, como tal, constitutivamente heterogênea.

Assim, com base nos postulados bakhtinianos de dialogismo da linguagem e na Psicanálise lacaniana, Authier Revuz (1982) trouxe para o escopo da Análise do Discurso francesa a noção de **heterogeneidade mostrada**, a qual apresenta marcas lingüísticas, sendo esta marcada (aspas, itálico, etc.) e não-marcada (pastiche, ironia, etc.), e **heterogeneidade constitutiva**, a qual, por não ser necessariamente visível na superfície lingüística, somente pode ser recuperada no interdiscurso.

Nesse sentido, mesmo utilizando alguns elementos oriundos da Retórica, como, por exemplo, o conceito de *ethos* (o qual julgamos pertinente, visto que alguns tipos de discurso como o da propaganda e o discurso político, dentre outros, possuem um forte componente persuasivo), assim o fazemos sem perder de vista a perspectiva da articulação desses conceitos com a questão das representações sociais, as quais, no nosso entender, somente podem ser consideradas no âmbito dos aspectos sócio-históricos, nas malhas do interdiscurso, distanciando-nos, portanto, das abordagens pragmáticas, em cujo quadro epistemológico tais conceitos têm sido hodiernamente tratados.

Aprofundando, pois, os aspectos metodológicos de análise, recorreremos, principalmente, aos desenvolvidos por Michel Foucault em *A Arqueologia do Saber* (1997a) e em *A Ordem do Discurso* (2000). A opção pelo **método arqueológico** opera no sentido da compreensão da **ordem do discurso** como instauradora dos objetos de saber, ou seja, em Foucault (1997a, p. 136), discurso é concebido como:

Prática discursiva, que consiste, de fato, num conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as **condições de exercício da função enunciativa**. (Grifos nossos).

Isso significa que o dizer, assim como o sujeito não são autônomos, visto que estão sujeitos às coerções da língua e da história. Assim, o método arqueológico busca

4 De acordo com Orlandi, 2002, p. 22, não se trata, propriamente, nem de uma **disciplina** nem de uma **interdisciplina**, mas de uma **transdisciplina**, visto que “ela se pratica pelo deslocamento de regiões teóricas e se faz entre terrenos firmados pela prática positivista da ciência (a lingüística e as ciências sociais). Em suma, des-territorializa. O lugar, pois, de constituição da Análise do Discurso foi e é nos **entremeios** dessas disciplinas.” (ORLANDI, 2002, p. 22). Grifos nossos.

exatamente as condições de aparecimento do dizer, os sistemas de dispersão e de regularidade, ou seja, analisar discurso, nessa perspectiva, trata-se de saber, por exemplo, porque determinados temas **irrompem** em determinados momentos, de determinada forma, com determinados sentidos, recalcando, silenciando outros temas, outros sentidos, conforme afirma Gregolin (2004, p. 76):

Pelo método arqueológico, Foucault propõe analisar **o acontecimento discursivo**, isto é, tratar os enunciados efetivamente produzidos em **sua irrupção de acontecimento**, a fim de compreender as condições que possibilitam a sua emergência num certo momento histórico. (grifos nossos).

É, pois, principalmente, com fulcro nesses postulados foucaultianos e, pelo viés da(s) heterogeneidade(s) enunciativa (s) que pretendemos abordar os enunciados constitutivos dos folhetos a serem analisados, concebendo-os como um **nó em uma rede**, em função de suas filiações históricas, da concomitância com outros dizeres, e da abertura que promovem ao surgimento de novos enunciados, como **acontecimentos singulares**, em função da relação entre **enunciado** e **enunciação**, o que assegura o estatuto de irrepetibilidade enunciativa e instaura a impossibilidade de se dizer tudo. Tais elementos remetem, por seu turno, tanto à língua (dado o postulado saussuriano, segundo o qual o significante se manifesta sob forma linear) quanto à história (dado o sistema histórico-institucional da enunciabilidade).

A incorporação de Foucault, nessa área dos estudos lingüísticos já foi encetada por Courtine (1981) e pelo próprio Pêcheux, em *Lecture et mémoire: Projet de Recherche* (1990b) e em *Sobre os Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso* (1999b).

Em *Contextos epistemológicos da Análise do Discurso* (1999b), por exemplo, Pêcheux aponta claramente para a necessidade de se incorporar ao escopo da análise do discurso os métodos arqueológicos:

Os métodos da Arqueologia foucaultiana chegam, por seu lado, a tratar explicitamente o documento textual como um monumento. Isto é, como um vestígio discursivo em uma história, um nó singular em uma rede. Desse ponto de vista, a necessidade de levar em conta, na análise das discursividades, as posições teóricas e práticas de leitura desenvolvidas por M. Foucault constituiu um dos signos recentes dos mais claros da projeção da análise do discurso. (PÊCHEUX, 1999b, p. 8 a 9).

É, pois, nessa perspectiva teórico-metodológica em que inseriremos a análise do nosso *corpus*, constituído de dois folhetos de cordel: **Engana-me que eu gosto** e

Engana-me que eu gosto 2, de autoria do poeta Abraão Batista, verificando como os textos (eles mesmos um **acontecimento discursivo**) constroem o **acontecimento** eleições de 2000 para prefeito de Juazeiro do Norte, inseridos que estão numa rede de dizeres, relacionando-os a outros textos produzidos pelas coligações e apoiadores como panfletos de propaganda eleitoral, que circularam no mesmo período, instituindo um **trajeto temático** e constituindo, sinteticamente, o que Foucault (2000, p. 149) chamou de **arquivo**:

[...] É, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares e que cumpre a função de fazer com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas.

Quanto ao cordel, trata-se de um tipo de literatura popular escrita em versos rimados, um dos principais elementos identitários do nordeste brasileiro, com sua temática variada que vai desde narrativas heróicas, desafios, temas de literatura e história universais, temática religiosa, política, sátira de tipos humanos, cangaço e até pornografia. Esse tipo de literatura está, hoje, profundamente arraigado no imaginário popular do Nordeste, adquirindo, dentre inúmeras outras funções, esta de mídia política, sendo, inclusive, nessas eleições, o material mais discursivizado - comentado, criticado, debatido, oralmente, na imprensa, mediante processo de interdição etc., o que nos levou, também, a problematizar a questão dos gêneros, um dos componentes da discursividade.

A escolha desta e não de outra cidade não ocorreu por acaso. Juazeiro do Norte é uma cidade de porte médio (250 mil habitantes), localizada na região do Cariri, extremo sul do Ceará, a 550 km de Fortaleza, que atrai a atenção de pesquisadores do mundo inteiro. Nos meses de setembro e novembro, a população chega a duplicar por causa dosromeiros, os quais se deslocam de diversas partes do Brasil, principalmente do estado de Alagoas, para visitar a estátua do Padre Cícero Romão Batista e as diversas igrejas, orar, fazer e pagar promessas. As romarias ocorrem em decorrência da atribuição ao Padre de um **poder fazer** milagres. Esta crença é oriunda, dentre outros fatores, do fenômeno da transformação de uma hóstia em sangue, em 1889, no momento em que o Padre Cícero oficiava a comunhão de uma jovem devota, conhecida como Beata Maria de Araújo, a qual, segundo testemunhas, apresentava, também, antes do ocorrido, os estigmas da crucificação de Cristo. Tal fenômeno fez o povo acreditar que se tratava de uma **Segunda Redenção**, ou seja, um segundo

derramamento do sangue de Cristo para a expiação dos pecados, o que gerou um choque entre a política de romanização protagonizada pela Igreja Católica no final do século XIX com a fé popular. Tal conflito foi chamado por Forti (1999) de “disputa pelos bens simbólicos da salvação”.

Esses fenômenos com todas as conseqüências posteriores, aliados a condições sócio-econômicas mais amplas, geraram um caldeirão cultural fervente e toda a história da cidade foi construída com base em tais questões. Um dos personagens destacou-se pela participação ímpar em todo esse enredo: o Padre Cícero Romão Batista, considerado por alguns historiadores como “Coronel de Batina”, por uma grande parte da população do Nordeste como santo, e, por outros, como uma das pessoas da Santíssima Trindade.

De qualquer forma, por ser uma espécie de “discurso fundador” (Orlandi, 2003)⁵, o discurso do milagre de Juazeiro circula em todos espaços institucionais na cidade e as mais diversas formações discursivas com ele se relacionam para se legitimar, por meio de estratégias diferenciadas. Assim o é com o discurso da propaganda, o discurso pedagógico e com o discurso político. Tanto que, nas reuniões da Câmara de Vereadores da cidade, toda sessão é aberta com os dizeres: “Em nome de Deus e com as bênçãos do Padre Cícero”.

Particularmente nas eleições para prefeito de 2000, essa relação entre os discursos político e religioso tornou-se patente de forma bastante enfática. Considerando-se o discurso como prática (Pêcheux, 1990d e Foucault, 1997a), notava-se, também, nas práticas rituais da eleição, a imbricação dos campos discursivos: comícios com elementos de procissões, discursos políticos com todas as características tipológicas de sermões, com fortes tópicos de messianismo etc.

Havia, nessa eleição, quatro coligações em disputa: uma, liderada pelo PFL, com o candidato Carlos Alberto da Cruz; outra, liderada pelo PDT, com o candidato José Mauro Castello Branco Sampaio; outra, PC do B, PAN e PSB, encabeçada pela candidata Salete Maria de Souza, e outra, a FE (Frente de Esquerda), PT e PSTU, com a candidata Maria Íris Tavares. A eleição ficou, no entanto, polarizada entre a candidata do PT e o candidato do PFL, o qual foi eleito, mas não sem uma petição dirigida ao Tribunal Regional Eleitoral do

5 Foucault (1992, 1997a e 1999) trata dos fundadores de discursividade. Orlandi (1993, p. 7) define **discurso fundador** como aquele que funciona como referência básica no imaginário constitutivo de um país. “Um discurso fundador é aquele que instala as condições de formação de outros, instituindo uma região de sentidos, um sítio de significância que configura um processo de identificação para uma cultura, uma raça, uma nacionalidade (op.cit, p. 15), [...] é a construção do imaginário necessário para dar uma ‘cara’ a um país em formação, para construí-lo em sua especificidade como objeto simbólico”. A autora trata do discurso fundador em relação à construção da identidade nacional brasileira e o concebe em termos de país. No entanto, observamos que há discursos que instituem “regiões de sentido e sítios de significância” que buscam uma “cara” para localidades específicas, um estado, uma região ou uma cidade como Juazeiro do Norte, por exemplo.

Ceará, com mais de duas mil assinaturas de eleitores, solicitando a anulação das eleições sob alegação de fraude, principalmente sob a alegação de que, no momento do voto, a fotografia da candidata não aparecia na tela da urna eletrônica. A petição entregue ao Tribunal foi acompanhada de um ato público com aproximadamente mil pessoas, na Praça central da cidade (Praça Padre Cícero), que gritavam a palavra de ordem: “eu votei na mulher, cadê meu voto TRE”. A petição não foi aceita pelo TRE, as eleições foram consideradas válidas e o candidato do PFL eleito.⁶

Um aspecto relevante dessas eleições foi o fato de que os conteúdos dos dizeres políticos não estavam relacionados apenas a questões de programa de governo. Uma das grandes disputas pelos “bens simbólicos da eleição” estava na questão: qual dos candidatos estaria autorizado a enunciar em nome do Padre Cícero, fazendo falar os “discursos reitores” (Orlandi, 2003) do cristianismo. Tais elementos nos levaram, pois, a um questionamento sobre a constituição discursiva do **porta-voz**, de acordo com o folheto de cordel, com a hipótese da irrupção de um *porte-parole* distinto daquele do período da Revolução Francesa e outros porta-vozes contemporâneos, estudados, por exemplo, por Guilhaumou (1989). No contexto de Juazeiro, o porta-voz “do povo”, para se legitimar, deve, antes de tudo, ser legitimado como porta-voz do Padre Cícero, enquanto discurso de autoridade. A questão do porta-voz adquire importância ímpar, cuja construção discursiva apresenta-se como elemento fundamental para outras representações, tais como a do “povo” por ele representado, a construção simbólica da cidade e dos sujeitos políticos.

Foi, pois, em 2000, nessa odisséia no espaço discursivo de Juazeiro de Norte onde irromperam esse dois folhetos de cordel, do poeta Abraão Batista, um suporte material com seu conjunto de enunciados, inseridos em uma rede de dizeres, trazendo o Outro, os outros dizeres, outros suportes (panfletos de propaganda, por exemplo), para construir subjetividades políticas. As eleições municipais de 2000 em Juazeiro, com toda a sua carga significativa de **acontecimento discursivo** (Pêcheux, 1997b) e Foucault (1997a) fizeram irromperem falas pronunciadas/impronunciáveis, recalcadas, ativando elementos da memória coletiva, resignificando-as no domínio de atualidade, no intrincado e complexo encontro da língua com a história, espaço no qual os sujeitos se constituem/são constituídos e “fazem sentido (s)”.

Assim, tendo em vista que o discurso religioso já foi tema da nossa dissertação de Mestrado, acrescentamos a tais estudos um outro campo discursivo: o Político, pensando-o

⁶ Carlos Cruz – PFL: 47.287 votos 52,09%, Íris Tavares – PT: 35.106 votos 38,67%, Mauro Sampaio – PDT: 8.131 votos 8,96% e Salete Maria – PCdoB: 253 votos 0,28% (Fonte: Boletim do TRE-CE, resultado das eleições de 2000).

com Bonnafous e Tournier (1995, p. 68) como:

O espaço mediador entre o barulho da violência e o mutismo da obediência, ‘espaço publico onde se fala ou de onde se fala’. Ele começa à medida que a fala substitui as armas, quer dizer, à medida que se transforma ela mesma numa arma. Aprendamos, então, a considerar o discurso sócio-político e suas palavras como as armas que existem antes de se transformar em linguagem, armas diferenciadas. Compreende-se, assim, porque a ação política pode ser definida como uma luta pela apropriação de **signos-poder**. (grifos dos autores).

De fato, toda luta em todos os campos de poder/saber, especialmente no campo político é uma luta pelo dizer, pelo direito à fala: falar sobre, falar em nome de, falar de falar para, e pelo silenciamento do Outro.

Segundo Le Bart (1998, p. 6), pode-se considerar como “político”, um discurso de acordo com a sua fonte, mas outros critérios são possíveis: o conteúdo (é político um discurso que faz referência aos problemas de governo de uma sociedade ou **que se dá como político**); os modos de difusão (é político um discurso que obedece a certas regras de publicidade); ou ainda os efeitos (eleitorais, por exemplo).⁷

Quando o autor fala de um discurso que **se dá como político** ele se refere ao contexto sócio-histórico no qual esse discurso está inserido, considerando, no caso em tela, tanto o seu conteúdo: questões concernentes ao governo de uma sociedade, quanto os modos de difusão e, ainda, os efeitos eleitorais. Acrescentamos, aos elementos colocados pelos autor, a construção simbólica dos sujeitos engajados no teatro político: candidatos, “o povo” etc.

Situando-nos, pois, nesses marcos teóricos, e considerando, pois, como político o discurso produzido no contexto e sobre um determinado processo eleitoral, o trabalho propões-se a:

1. Analisar, pela ótica da Arqueologia do saber (Foucault, 1997) os efeitos de sentido produzidos pelas “apropriações” por parte do discurso político de outras formações discursivas, considerando o tema: eleições de 2000 para prefeito de Juazeiro do Norte – CE;
2. Buscar as condições de aparecimento dos enunciados, verificando o papel da memória discursiva no processo de constituição dos sentidos do discurso político do (no) folheto de cordel, analisando os expedientes

⁷ On peut choisir de considérer comme politique un discours du fait de sa source (c’est notre choix), mais d’autres critères sont recevables : le contenu (est politique un discours qui fait référence aux problèmes de gouvernement d’une société, ou bien **qui se donne comme politique**), les modes de diffusion (est politique un discours obéissant à certaine règles de publicité), ou encore les effets (électoraux par exemple). Tradução e grifos nossos.

lingüístico-discursivos no processo de construção de identidades dos elementos concernentes ao jogo discurso político: “o povo”, “o Juazeiro”, os candidatos em disputa;

2.3. _____ Considerando a diversidade de regimes de materialidade da língua, verificar os efeitos de sentido do político produzidos por um suporte material (o folheto de cordel) diferente dos gêneros políticos tradicionais, como panfletos e outros.

Trabalharemos, portanto, com duas hipóteses:

- a) “Os **signos-poder** (discurso político) no folheto de cordel sedimentam-se, fundamentalmente, por meio das formas do sagrado, do discurso religioso, constituindo um tipo particular de “espetacularização da política” (Courtine, 1981);
- b) O folheto de cordel constrói um *porte-parole* diferente daquele do período da Revolução Francesa, estudado por Guilhaumou (1989). Nesse espaço simbólico (Juazeiro), o porta-voz do povo, para legitimar-se, deve, antes de tudo, ser reconhecido como porta-voz do Padre Cícero, como discurso de autoridade.

Para tal intento, dividimos o trabalho em quatro capítulos: no primeiro, fazemos um breve apanhado histórico dos fundamentos epistemológicos da AD, em suas relações intersticiais com a Lingüística, a Psicanálise e o Materialismo Histórico. No segundo capítulo, apresentamos algumas noções com as quais trabalharemos nas análises, tais como Discurso, Formação Discursiva, Sujeito, Identidade, Memória, Interdiscurso, gêneros do discurso, na perspectiva dos diálogos e duelos (Gregolin, 2004) de dois teóricos cardeais dessa disciplina: Michel Pêcheux e Michel Foucault, com algumas interfaces com as teorias de Bakhtin (1982, 1997), verificando os pontos de acordos e desacordos entre eles no processo de constituição das questões mais caras à AD. No terceiro capítulo, procedemos à análise dos folhetos no intuito de verificação das nossas hipóteses e no quarto capítulo analisamos as várias faces do sujeito enunciador do folheto.

Na França, há uma longa tradição de estudos do discurso político, cujos trabalhos iniciais tratavam majoritariamente deste tema, como, por exemplo, os números 13, 23, 41 e 62 da Revista *Langages*, editada pelo *Group de Saint Claude*. Há ainda o grupo da ENS que publica a Revista *Mots: Les langages du politique*, o Grupo multidisciplinar de Comunicação

Política do CÉDITEC, da Université Paris XII, o grupo dirigido por Guilhaumou, da Université de Lyon etc.⁸. No Brasil, temos o trabalho de Osakabe (1979) sobre os discursos do Estado Novo. Sobre o discurso dos governos militares, há Fiorin (1988), numa perspectiva de análise mais semiótica, além de Indursky (1997), de abordagem baseada na AD francesa. Sobre o discurso da transição do governo militar para o governo civil na Argentina, pode-se salientar o trabalho de Zoppi-Fontana (1997), que discute os processos discursivos de constituição do *porte-parole* no momento de transição política neste país.

No interior do Grupo de Estudos de Análise do Discurso de Araraquara (GEADA) vêm sendo produzidos diversos trabalhos sobre discurso político, como, por exemplo, os trabalhos de Vanice Sargentini sobre representações do trabalhador brasileiro, os de Roberto Baronas sobre *slogans* políticos e os de Carlos Piovezani Filho sobre espetacularização da política etc, os quais adotam, para a análise das mais diversas materialidades, a perspectiva arquivista.⁹.

Acreditamos que o presente trabalho veste-se de uma importância ímpar, por vários aspectos: a princípio, embora não seja um trabalho de historiador, é o primeiro a tratar dessas eleições, um marco na história política do Ceará, visto que, em Juazeiro do Norte, a segunda maior cidade desse estado, pela primeira vez, o poder político tradicional, herdeiro das estruturas coronelistas do “império do bacamarte” (MACEDO, 1990), foi questionado no terreno onde elas são mais fortes: o terreno eleitoral, por uma mulher de esquerda, neófitas em política.

Também por se tratar de uma localidade não situada nos grandes centros econômicos do país, tal perspectiva nos aproxima um pouco da “história vista pelas margens” (Le Goff, 1996), o que possibilita uma verificação da hipótese desta como **descontinuidade** e **irrupção** (Foucault, 1995, 1999, 2000). Um outro aspecto é a questão da **raridade do acontecimento**, dos próprios folhetos de cordel como mídia política, um gênero marginal tanto do cânone literário acadêmico como do midiático, como do político e mesmo assim, ter

8 A propósito dos diversos trabalhos sobre Análise do Discurso e em especial, de trabalhos sobre discurso político na França, ver BONNAFOUS, S e TOURNIER, M. *Analyse du Discours, lexicométrie, communication et politique* In: *Les analyses du discours en France. Revue Langages* nº 117, p. 67 a 95. Paris: Larousse, 1995.

9 Ver, por exemplo, SARGENTINI, V. **A teatralidade na geração de empregos: mídia na campanha eleitoral** in: GREGOLIN, M.R.V (org.). **Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo**. p. 125 a 134. São Carlos: Editora Claraluz, 2003; SARGENTINI, V. **Identidade do trabalhador no imaginário do “povo”** in: SILVA, M.S.S (org). **Os sentidos do povo**. São Carlos: Claraluz, 2006; PIOVEZANI FILHO, C.F. **Política midiaticizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade** in: GREGOLIN, M.R.V (org.). **Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Editora Claraluz, 2003; PIOVEZANI FILHO, C.F. **Elementos para uma caracterização do discurso político** In: **ANAIS do Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste - GELNE**. p. 455 a 463. João Pessoa: 2006 (CD room); BARONAS, R.L. **Da espetacularização à sloganização do discurso político**. In: Revista da ANPOLL. São Paulo, 2003; BARONAS, R.L. **Notas sobre o amargo da língua política**. Ecos Revista. p. 20 a 35. Cáceres – MT, 1995, dentre outros.

vido o material mais discursivizado, mais polemizado do que qualquer manifesto, panfleto ou discurso de candidato, constituindo-se como um conjunto de enunciados recalçados, ditos, interditos, inseridos em uma teia de dizeres/poderes/saberes, que nos chega através de cacos de memória, redita, desdita, silenciada, falada, re-significada, construindo identidades e fazendo sentido (s).

2 Escavando o solo teórico

*O tempo das grandes reviravoltas
não passou certamente,
o da reflexão talvez tenha chegado
(Denise Maldidier)*

Para falar de Análise do Discurso, necessário se faz alguma especificação, a título de esclarecimento e situacionalidade epistemológica, visto que as palavras e expressões possuem memória, responsável pela cristalização de determinados sentidos. Isso significa que as palavras possuem história, advindo deste fato a necessidade de explicitação. “Análise do Discurso”, por exemplo, é um termo que tem sido usado como uma espécie de guarda-chuva teórico onde se abrigam distintas perspectivas de análise.

Para Charaudeau e Maingueneau (2004, p 43 a p. 45), pode-se atribuir ao termo definições diversas: muito amplas, quando é considerado como um equivalente a “estudos do discurso”, ou restritivas quando distingue diversas disciplinas que tomam o discurso como objeto. Se compreendida como “estudos do discurso” sem outra especificação, refere-se ao estudo da linguagem como atividade inscrita em um contexto, produzindo unidades transfrásticas, cujas finalidades seriam sociais, referenciais ou expressivas. Segundo os autores (Op. Cit, p. 44), incluem-se, nessa perspectiva, abordagens diversas como as teorias cognitivistas - Análise Crítica do Discurso de Van Dijk (1985), a Análise de Conversação, a Etnografia da Comunicação, a Sociolingüística Interacional de Gumperz, etc. A Análise da conversação subdivide-se, segundo Levinson (1983) em *Discourse analysis*, cuja base é a análise lingüística hierárquica de textos conversacionais, corrente representada por Sinclair e Coulthard (1975) e os primeiros trabalhos da Escola de Genebra (Roulet *et al*, 1985), e a *Conversation analysis* propriamente dita, que estaria, por exemplo, na esfera da Etnomedologia de Garfinkel (1959). É denominado, também, de Análise do Discurso, o campo mais propriamente conhecido como Lingüística Textual, como os trabalhos de Charolles e Combettes (1999).

No Brasil há também diversas correntes que utilizam o termo Análise do Discurso, mas propondo uma acepção particular de “discurso”, como por exemplo, os grupos cujo fundamento epistemológico é a Semiótica Greimasiana, representados, dentre outros, por Fiorin e Diana Luz Pessoa de Barros; uma outra corrente é a mais propriamente denominada de Análise da Conversação, como o grupo liderado por Marchuschi, da UFPE e uma outra abordagem é a da Lingüística Textual, de pesquisadoras como Costa Val, Ingedore Koch etc.

Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 13) destacam, ainda, uma outra compreensão de Análise do Discurso que seria um “ponto de vista específico sobre o discurso” (op.cit, p. 44). Para eles (op.cit, p. 13) “a Análise do Discurso não tem por objeto nem a organização textual por si mesma nem a situação de comunicação, mas deve pensar o dispositivo de enunciação que associa uma organização textual e um lugar social determinado”.

O que diferencia, pois, todas essas tendências é a forma de abordagem, o ponto de vista teórico/epistemológico e, por conseguinte, o dispositivo analítico. Todas podem se interessar pelos mesmos *corpora*. Por exemplo, uma entrevista, pode ser analisada considerando-se as regras do diálogo (objeto da análise conversacional), as variedades linguageiras (objeto da Sociolingüística), os modos de argumentação (objeto da Retórica), etc. No entanto, ainda que possuam o mesmo *corpus*, o objeto de estudo não é o mesmo, visto que, dependendo da perspectiva de análise, mudam-se, por exemplo, conceitos elementares, tais como “discurso”, “condições de produção” etc. Tal assertiva vem confirmar o que afirmava Saussure (1995) de que “o ponto de vista cria o objeto”.

De acordo com a explanação de Charaudeau e Maingueneau (2004), a AD seria um conjunto muito eclético de diversas tendências.¹⁰ Eles sintetizam sua classificação, distinguindo quatro grandes pólos de tendências em “Análise do Discurso”:

1. Os trabalhos que inscrevem o discurso no quadro da interação social;
2. Os trabalhos que privilegiam o estudo das situações de comunicação linguageira e, portanto, o estudo dos gêneros do discurso;
3. Os trabalhos que articulam os funcionamentos discursivos com as condições de produção de conhecimentos ou com os posicionamentos ideológicos e
- 3-4. _____ Os trabalhos que colocam em primeiro plano a organização textual ou a seleção das marcas de enunciação.

Courtine (1999b, p. 11) discorda da perspectiva de que todas essas tendências possam ser consideradas “Análise do Discurso”. Sua argumentação baseia-se no fato de grande parte dessas correntes tomarem o enunciado regular e não “o discurso” como objeto, posicionando-se a respeito das mesmas desta forma:

10 Essa obra foi alvo de inúmeras críticas na França, a maioria das quais vão justamente no sentido da miscelânea promovida pelos autores das mais variadas perspectivas teóricas denominadas de Análise do Discurso. Uma dessas críticas é a de Courtine (2003) que denomina a Análise do Discurso definida por Maingueneau e Charaudeau de “*La Samaritaine*”, uma imensa loja de departamentos de Paris onde se encontra “tudo e qualquer coisa”.

Qualquer que seja sua importância e seu interesse, não se trata, contudo aqui, na maioria dos casos, parece-me, de discursos. Simplesmente porque o discurso não é *um objeto lingüístico* (.) Não se pode conceber perspectiva geral sobre a discursividade somente a partir da textualidade, no apagamento de toda dimensão histórica. (grifos do autor) (COURTINE, 1999b, p. 17).

O autor confirma sua reserva à utilização do termo Análise do Discurso por algumas correntes, nos seguintes termos: “havia uma análise *do* discurso que queria articular história e lingüística. Existem agora *n* análises *de* discurso que, em sua maioria, abandonaram tal projeto” (op.cit, p. 11).

De acordo com Orlandi (2002, p.32 a 33), são comuns alguns tipos de posturas que descaracterizam o escopo da Análise do Discurso, dentre as quais destaca duas: uma que se beneficia das contribuições da Análise do Discurso, mas não mostra o caminho já percorrido pelos autores deste campo. Segundo a autora: “desenvolvem-se trabalhos que, sem a noção de discurso seriam impossíveis [...], mas apagam-se as referências a seu corpo teórico organizado [...], silenciando o que a Análise do Discurso já pratica há 40 anos.” Essa prática é denominada pela autora de “puxadinho teórico” (op. cit, p. 32), e outra que fala da Análise do Discurso sem praticá-la, trabalhos que citam o escopo teórico da AD, mas que, no momento das análises questionam continuamente seus conceitos, suas teorias etc.

É, portanto, devido a todas essas vertentes que adotam o termo e na tentativa de evitar esses problemas, que sentimos a necessidade de explicitar o que estamos chamando de Análise do Discurso. Não desmerecendo as demais teorias e considerando logicamente as transformações ocorridas no interior dessa “transdisciplina”¹¹ no decorrer de três décadas, situamo-nos no terreno dos que não abandonaram o projeto de articular História e Lingüística. Nosso trabalho fundamenta-se teoricamente na chamada “Escola Francesa de Análise do Discurso”, assim batizada por L. Guespin, segundo Orlandi (2002, p. 28) e Malidier (2003, p. 58). Mais precisamente com as elaborações do grupo em torno de Michel Pêcheux.

Para a constituição dessa disciplina foram basilares, também, as elaborações do multifacetado e inquietante filósofo Michel Foucault, acerca das questões em torno da História, do Discurso, do Sujeito e da Identidade, com quem Pêcheux obliquamente travou “diálogos e duelos” (Gregolin, 2004) nem sempre ou quase nunca tranqüilos. Trabalhamos, também, com alguns aspectos do legado de Mikhail Bakhtin, especificamente no tocante à questão dos gêneros do discurso, uma das muitas faces da sua concepção dialógica da linguagem, embora esse autor somente tenha cruzado o caminho da AD francesa num período

11 Cf. nota nº 2.

bem posterior, por intermédio de Jaqueline Althier Revuz (1982), em sua discussão sobre heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva. Os desdobramentos desse campo teórico, principalmente a partir da década de 80 vão aproximá-lo de alguns historiadores contemporâneos, como Michel de Certeau, apontando uma perspectiva de “[...] para além dos Grandes Textos (da Ciência, do Direito, do Estado), pôr-se na escuta das circulações cotidianas, tomadas no ordinário do sentido”. (PÊCHEUX, 1997 b, p. 48).

Toda teoria passa por transformações, visto que a ciência não está embalada a vácuo na sociedade. Em alguns momentos, alguns temas são mais ou menos enfatizados, outros secundarizados, outros silenciados. As questões postas por um campo do saber estão diretamente relacionadas tanto com a situação sócio-histórica da época em que surgem e se desenvolvem quanto com os diálogos mantidos por meio de aproximações e distanciamentos com os campos vizinhos.

Hoje, mais de duas décadas depois do desaparecimento de Michel Pêcheux e Michel Foucault, para a compreensão dos problemas e desafios colocados para a Análise do Discurso, faz-se necessário um recuo, logicamente com as lentes de que dispomos nesse momento, às bases epistemológicas dessa disciplina, tentando compreender as transformações, deslocamentos e reformulações do seu arcabouço teórico.

Para Gregolin (2004b), é necessário recuperar a “espessura teórica das formulações” no sentido de evitar uma circulação desenfreada dos conceitos, o que traz como consequência imediata a banalização dos mesmos. De acordo com a autora (2004 b, p. 191), a recuperação da historicidade desse campo permite a desconstrução de certos discursos sobre a AD:

a) Aqueles que propagam que o nosso campo “não tem identidade”, os quais desconhecem a história da AD e se instalam confortavelmente na idéia de que “tudo e qualquer coisa que se faça é análise do discurso”; b) aqueles que criticam as teses de Pêcheux e desconhecem que ele próprio operou transformações e refações; e c) aqueles que negam as relações entre os pensamentos de Pêcheux e de Foucault na constituição histórica dos conceitos da análise do discurso de linha francesa. (aspas da autora).

Nessa perspectiva, tentaremos, pois, demonstrar, de forma que não se pretende exaustiva, alguns dos conceitos fundamentais desse campo teórico, não descartando uma panorâmica sobre os tateamentos, transformações, reelaborações, pelos quais atravessou a “Escola Francesa de Análise do Discurso”, considerando a dimensão sócio-histórica, o contexto no qual esses duelos teóricos foram travados, no intuito de encontrar os desafios

teóricos colocados por/para essa disciplina no momento atual.

2.1 Rumores da Rue D`Ulm

Malidier (2003), em texto denominado *Re (ler) Michel Pêcheux Hoje*, traça um percurso detalhado do que denomina de a “aventura teórica” da AD francesa, convidando-nos a uma viagem pelas três fases da disciplina:

- a) A primeira, por ela alcunhada de “o tempo das grandes construções”, compreendido entre 1969 e 1975, durante o qual Pêcheux desenvolveu o projeto de Análise Automática do Discurso e escreveu o que Courtine (1999, p. 6) e outros autores vão considerar como o seu trabalho mais importante: *Les verités de La Palice*;¹²
- b) A segunda fase será a dos “tateamentos teóricos”, compreendido entre 1976 a 1979, quando dos sinais da crise do marxismo e das polêmicas com a Sociolinguística na França;
- c) A última fase é denominada pela autora de “desconstrução dirigida”.¹³

Pêcheux, por sua parte, em texto de 1983 – *Analyse de Discours: trois époques*¹⁴ faz um balanço da disciplina, apontando as questões principais apontadas em cada momento.

Há diferenças entre o balanço feito por Pêcheux e aquele realizado por Malidier. Pêcheux escreveu o texto dele em 1983 e ela em 1990 e, portanto, já com uma visão mais nítida dos desenvolvimentos do projeto inicial da AD. Outra diferença é que Pêcheux aponta três fases da AD, enquanto a segunda fase, apontada por Pêcheux, para Malidier é um momento de transição (“tateamentos”). Os recortes temporais que um e outro autor colocam também são diferentes.

De acordo com Mazière (2005, p. 30), as perspectivas abertas pelos trabalhos de Jean Dubois foram também essenciais na constituição do projeto de Análise do Discurso. No I Colóquio Internacional de Linguística Aplicada, realizado em 1964, na cidade de Nancy, cujo

12 PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 3 ed. Editora da UNICAMP, 1997. Tradução de Eni Orlandi, Lourenço Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana Serrani.

13 Tradução de Gregolin (2004b, p. 64); na tradução de Orlandi do texto de Malidier (2003, p. 71: desconstrução “domesticada”; tradução de Heloísa Monteiro Rosário do texto de Courtine (1999, p. 6): desconstrução “dominada”.

14 A Análise de discurso: três épocas. In: GADET, F & HAK, T. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997a. (p. 61 a 161).

tema era a “tradução automática”, Dubois discute a questão da singularidade das economias lingüísticas, ou seja, dos “particularismos lingüísticos”. Para assegurar a conservação do sentido dos elementos a traduzir, ele afirma a necessidade de descrições exaustivas dos eventos imediatos (os “micro-contextos”) ou do recurso às associações de termos que constituem o “tema do texto” resumido por um “micro-glossário”. A “polissemia paradigmática” é tratada no interior de “classes de equivalência”, classes cujos termos são equivalentes relativamente a outros elementos. Trata-se da *reprise* da definição de distribuição (de inspiração harrisiana), aplicada à questão do sentido, o que muda tudo, visto que Dubois abandona “a palavra” dos lexicólogos em favor da construção sintagmática.

Uma conjuntura particular permitiu a Dubois o desenvolvimento de suas posições. Depois de uma passagem pela universidade de *Vincennes*, buscava pesquisadores para o departamento de Lingüística de *Nanterre*. Ele era responsável pelas Revistas *Langages*, lançada em 1966 e *Langue Française*, lançada em 1969. A revista *Langages* foi o principal meio difusor da Análise do Discurso. No entanto, a “Análise do Discurso de Nanterre” desenvolveu-se mais no sentido dos estudos lexicográficos e sócio-lingüísticos¹⁵, diferentemente da linha desenvolvida pelo “grupo em torno de Michel Pêcheux”, na Escola Normal Superior.

Segundo Malidier (2003, p. 17), na década de 60, a Escola Normal Superior da *Rue d’Ulm*, em Paris, não era apenas uma escola prestigiosa, mas um lugar de ardor teórico onde o pensamento buscava um novo fôlego em encontros interdisciplinares inéditos. A pesquisa nessa escola funcionava através dos círculos, como o Círculo marxista-leninista e o Círculo de Epistemologia, o qual editava os *Cahiers pour l’analyse*, revista na qual Pêcheux vai publicar seu primeiro artigo. Era o apogeu do que Courtine (2006, p. 9) denomina de “a multiplicação das releituras, das grandes manobras discursivas; os conceitos se entrecrocavam: a luta de classes reinava na teoria”. Para o autor, a AD nasceu não só como uma prática de leitura dos textos políticos, mas como uma verdadeira “política da leitura”, tomando para si toda uma herança republicana francesa da universalização dessa prática, da escola como motor do progresso social, idéias retomadas pelo marxismo no interior do movimento operário francês, no sentido que “o partido” (comunista) se posicionava como “o olho da história”, ou seja, aquele responsável por fazer as massas vêem o que ainda não conseguem.

Quando o autor fala, ainda, de “luta de classes na teoria”, certamente, está se

15 A primeira tese desenvolvida por este grupo foi a de Marcellesi, na qual propõe uma nova forma de interdisciplinaridade e com quem Pêcheux travou grandes duelos teóricos.

referindo à posição basilar que Althusser desempenhava nesse momento, no tocante às questões concernentes à “leitura sintomal” de Marx, a qual, apesar de todas as críticas, teve o grande mérito de romper com o “mito especular” da leitura como algo transparente aos olhos do leitor, colocando a questão da visibilidade e invisibilidade, o legível e o ilegível do texto, semeando a desconfiança na obviedade dos sentidos e influenciando toda uma geração de intelectuais tanto do ponto de vista teórico como político.

Althusser (1975, p. 17) distingue dois modos de leitura dos clássicos da Economia Política em Marx: primeiro, Marx lê o discurso das suas “fontes” (David Ricardo, Adam Smith etc) mostrando aquilo que não fora percebido por eles, o que permite um levantamento de concordâncias e discordâncias. Então, uma outra leitura impõe-se a partir dessa: ela mostra que Marx percebeu aquilo que os clássicos não enxergaram.

Através dessa leitura, Althusser buscou explicitar uma filosofia para o materialismo histórico, propondo colocar o marxismo no centro da racionalidade contemporânea, no sentido de superar o que Dosse (1993, p. 329) chamou de a “vulgata stalinista fundada num economicismo mecânico”. Para tal intento, era necessário afastar-se dos modelos conscientes, dos “humanismos”, o que é executado a partir da noção bachelardiana de “corte epistemológico” que separa a ciência, de um lado, encarnada pelo materialismo histórico, e a ideologia, inscrita nas *praxis* sociais dos aparelhos do Estado. É justamente nesse aspecto do “marxismo althusseriano” que Pêcheux vai se sedimentar para elaborar as suas teorias do discurso, articulando a ideologia e o inconsciente.

De acordo com Henry (1997, p. 13), a entrada de Pêcheux na vida intelectual ocorreu por meio da publicação de dois textos: *Réflexion sur la situation théorique des sciences sociales, spécialement de la psychologie sociale*, de 1966, e *Remarque pour une théorie générale des idéologies*, de 1968, ambos assinados com o pseudônimo de Thomas Herbert. O primeiro texto trata da situação teórica das ciências sociais naquele momento, o que o leva a desenvolver uma análise sobre os instrumentos científicos. Para Pêcheux, um instrumento científico é, antes de tudo, aquele da história da ciência e das técnicas científicas. É visível, nesta abordagem, um certo fulcro em Bachelard e Canguilhem, os quais praticavam uma abordagem anti-empirista e não-positivista, que recusava a concepção continuísta do progresso das ciências, apontando desde então para as discontinuidades e as rupturas. Aos postulados desses dois teóricos, Pêcheux vai adicionar elementos oriundos de uma análise marxista sobre as consequências da divisão do trabalho (em particular da separação entre o trabalho manual e intelectual e das contradições entre as forças produtivas e das relações sociais) em uma sociedade dividida em classes.

O segundo texto apresenta algumas respostas aos questionamentos do primeiro. Para Pêcheux/Herbert (1968) em cada ciência, devem-se distinguir dois momentos: primeiro, o momento da transformação produtora do seu objeto, marcado pela elaboração teórico-conceitual que subverte o discurso ideológico com o qual ela rompe. Depois, há o momento da “reprodução metódica” desse objeto, de natureza conceitual e experimental.

Pêcheux apresenta vários exemplos de ferramentas ou instrumentos utilizados nas “práticas técnicas”, dentre os quais as balanças, que foram por muito tempo instrumentos de transações comerciais, antes de se tornarem, com Galileu, objeto da teoria das balanças, fundamento da Física que proporcionou uma homogeneidade entre o objeto e os seus métodos, conduzindo esse campo do saber ao *status* de Ciência. Em síntese, para Pêcheux, “só há instrumento em relação a uma teoria” (op. cit., p 31).

O que ele vai contestar, no período em que escreveu esses dois textos, é justamente o estatuto de ciência de certas disciplinas que, sob o acobertamento do sujeito psicológico e sob a égide da cientificidade, negam sua relação com a política. Por exemplo, algumas teorias psicológicas consideravam o cérebro como o órgão do pensamento e da inteligência. Com base nessas teorias, alguns antropólogos punham-se a determinar o peso médio do cérebro das diversas “raças” humanas relacionando tal peso ao suposto nível de aptidão intelectual das raças, considerando a distância de tais cérebros em relação às espécies animais. Para Pêcheux, isso significava que algumas pseudo-ciências utilizavam-se de técnicas científicas desenvolvidas em outros campos para justificar, dentre outras coisas, ideologias racistas. O filósofo denunciava, desta forma, aquilo que Canguilhem já havia denominado de ideologias pré-científicas.

Para Herbert/Pêcheux (1968, p. 50 a 52) as ciências colocam suas questões através da interpretação de instrumentos, de modo que o ajustamento de um discurso científico a si mesmo consiste, em última instância, na apropriação dos instrumentos pela teoria. É isso que faz da atividade científica uma prática.

No segundo texto ainda assinado por Thomas Herbert, Pêcheux propõe que se considere a ideologia como um processo de “dupla-face”:

1. Quando relacionada ao **processo de produção**, a ideologia é um processo, cujos conceitos operatórios são descolados de sua seqüência operatória e recombinadas em um processo original (grifos nossos);
2. No tocante às relações sociais, a ideologia mantém as diferenças necessárias ao funcionamento das relações de produção, entre trabalhadores e não-trabalhadores. Neste caso, a função da ideologia é fazer com que os agentes da

produção reconheçam o seu lugar nessas relações.

Esses dois textos de Pêcheux desenham, pois, uma análise sobre as raízes históricas da epistemologia do conhecimento empirista. Segundo Henry (1997, p. 18), Pêcheux era um filósofo de formação, mas um filósofo fascinado pelas máquinas, pelas ferramentas, pelos instrumentos. No entanto, para Pêcheux, os instrumentos estavam a serviço da teoria, não o contrário. Seu objetivo era abrir uma fissura teórica e científica no campo das ciências sociais, e, em particular, da psicologia social (op. cit, p. 14).

É, pois, por uma crítica a esses métodos das ciências sociais, as variantes das análises do conteúdo (hermenêutica etc), mas também às aplicações estruturalistas a diversos domínios que vai nascer a Análise Automática do Discurso, objeto da tese de Pêcheux defendida em 1968, com base em três campos interdisciplinares: a Lingüística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise. Essa obra constitui um questionamento das intuições da leitura empírica. Suas proposições apóiam-se nos procedimentos automatizados da informática e sobre os procedimentos do distribucionalismo do americano Zelig Harris que seleciona classes de enunciados elementares em relação de paráfrase. Nesta obra, Pêcheux denuncia as ilusões do sujeito falante e defende a tese de que os sentidos dependem das formações discursivas na qual o texto se inscreve. Para a comprovação de tais correspondências dever-se-ia constituir em *corpus* um conjunto de textos, permitindo confrontar seus efeitos de sentido. Esse primeiro modelo (AAD-69) focaliza os **discursos doutrinários estáveis e podem ser fechados**. (Pêcheux, 1997a, p. 61 a 161) (grifos nossos).

De acordo com Maldidier (2003, p. 19) “essa primeira ‘máquina discursiva’ desempenhará [...], para ele, o papel do momento quase mítico de uma fundação e o do protótipo, remodelado sem cessar, criticado, corrigido, finalmente abandonado, mas sempre presente.” O próprio Pêcheux referir-se-á a esse momento como “AAD-69”. (PÊCHEUX, 1997a).

Para Orlandi (2004, p. 17), a questão da informatização e da memória metálica (sem exterior) é um dos pontos de dificuldade do projeto da AAD 69, ou seja, tal projeto esbarrou na impossibilidade de se construir um dispositivo informatizado que pudesse descrever propriedades discursivas, a partir de uma “totalidade” de textos que levassem a uma análise “fechada”. O problema residia na impossibilidade de se representar a “memória” de um discurso sem esvaziar a noção de acontecimento.

Assim, para a elaboração das suas teorias, Michel Pêcheux referir-se-à, sob a significativa designação de “A Tríplice Aliança” a Marx, Freud e Saussure. Marx a partir da

leitura de Althusser, Freud, a partir da leitura de Lacan e Saussure, a partir da leitura executada pelo próprio Pêcheux e de sua crítica aos estruturalismos lingüísticos pós-saussureanos.

2.2 O lugar da Análise do Discurso

2.2.1 Análise do Discurso e Lingüística

*Quanto mais longe vou,
mais estou voltando para casa.
(Cora Coralina)*

*Para trabalhar com a categoria do discurso,
é preciso ser lingüista e esquecer que o
é ao mesmo tempo.
(J. J. Courtine).*

Conforme demonstramos anteriormente, a Análise do Discurso é uma “disciplina” de “entremeios” que nasceu do diálogo entre a Lingüística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise. Por isso, julgamos necessário deter-nos um pouco nos pontos em que a AD se relaciona com a Lingüística, a Psicanálise e o Marxismo e quais as conseqüências teóricas dessas interseções, tanto para a AD quanto para essas outras disciplinas. Por isso, julgamos importante nos deter um pouco mais pormenorizadamente nas questões concernentes à AD que advieram dos diálogos com esses campos. Para uma pequena contribuição a tais questionamentos iniciamos por relacionar a Análise do Discurso com a Lingüística. Dizia Michel Pêcheux (1975) que a relação da AD com a Lingüística é de **pressuposição**. Isso significa que esse autor atribui um destacado lugar a essa disciplina na história das ciências da linguagem, reconhecendo o corte epistemológico operado por Ferdinand de Saussure nesse domínio. Em diversos dos seus textos, Pêcheux dedica-se ao lugar do discurso na história da Lingüística¹⁶.

As abordagens pré-saussureanas da linguagem desenvolviam-se, basicamente, em

16 **Y-a-t-il un voie pour la linguistique hors du logicisme et du sociologisme?** Trad. Brasileira: **Há uma via para a lingüística fora do logicismo e do sociologismo**. Escritos (3). Campinas: Labeurbe/Nudecri, p. 5 a 16, 1998. **Sur la (dé) constructin des théories linguistiques**. In: DRLAV, n° 27. Tradução brasileira de Celene M. Cruz e Clémence Jouët-Pastré: **Sobre a desconstrução das teorias lingüísticas**. In: **Línguas e Instrumentos lingüísticos**. Campinas: Pontes, 1999, e *La langue introuvable* (1981) Gadet e Pêcheux. Tradução brasileira de Bethânia Mariani. **A língua inatingível: o discurso na história da lingüística**. Campinas: Pontes, 2004, dentre outros.

duas perspectivas: a primeira, sistematizada em 1660 pela *Grammaire de Port Royal*, de Lancelot e Arnauld, adotava uma visão racionalista segundo a qual haveria alguma espécie de elo intrínseco entre as palavras e as coisas. A linguagem era concebida como espelho do pensamento e seria baseada numa lógica universal. A segunda abordagem, a dos neogramáticos do século XIX, acreditava que os motivos pelos quais um objeto é ligado a uma idéia poderiam ser determinados historicamente. Assim, quanto mais na história se adentrasse, mais se supunha encontrar o elo entre a coisa e o seu *designatum*, numa espécie de regressão. Era o auge das gramáticas históricas, como, por exemplo, os estudos de Franz Bopp, dentre outros. Acreditava-se que o sânscrito, a língua sagrada da antiga Índia era a língua *mater* de todas as outras, por ser a mais antiga língua conhecida.¹⁷

Embora os primeiros estudos de Saussure não contradissem a posição neogramática¹⁸ ele não estava satisfeito com tais abordagens¹⁹, criticando-as pelo fato de que ambas (a neogramática em menor extensão que a abordagem racionalista) consideravam a linguagem como uma espécie de nomenclatura, ou seja, uma coleção de nomes para objetos e idéias.

Segundo Benveniste (1995, p. 15), tanto a questão da arbitrariedade do signo lingüístico quanto a sua teoria do valor, já estavam presentes no *Mémoire*, fazendo-se sentir, no entanto, de forma mais aprofundada no *Cours de Linguistique Générale*²⁰.

2.2.1.1 O valor de Saussure

De acordo com Câmara Jr (1973, p. 10): a primeira “idéia-força” de Saussure foi a necessidade de levar em conta o que ele chamou de “estados da língua” (grifos do autor). Para Saussure, concentrar-se na configuração atual de uma forma particular de linguagem é focalizar a relação entre os elementos dessa linguagem e não no valor “intrínseco” ou *a priori*

17 Cf. PAVEAU, M.A e SARFATI, G.E. **As grandes teorias da lingüística: da gramática comparada à pragmática**. Trad. Rosário Gregolin et al. São Carlos: Editora Claraluz, 2005.

18 Em sua “tese” defendida na Universidade de Berlim, em 1878: *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes* (**Ensaio sobre o Sistema Primitivo das Vogais Indoeuropéias**) ainda trabalhou com o método histórico-comparativo.

19 “Eu estou cada vez mais consciente da imensa quantidade de trabalho exigida para **mostrar ao lingüista o que ele está fazendo**. A profunda inadequação da terminologia atual, a necessidade de reformá-la e, para fazer isso, demonstrar que tipo de objeto a linguagem é, constantemente estragam o meu prazer pela Filologia”. Saussure, F. Carta de janeiro de 4 de janeiro de 1894 a A. Meillet, citado em BENVENISTE, E. **Problemas de Lingüística Geral**, p. 40. 4 ed. Campinas: Pontes, 1995. Grifos nossos.

20 Título da edição francesa do livro póstumo publicado por seus alunos. SAUSSURE. **Cours de Linguistique Générale**. Editora Payot, 1966. Ed. Brasileira: **Curso de Lingüística Geral**. 20 ed. São Paulo, Cultrix, 1995.

que eles possuiriam.

Foi, pois, nessa perspectiva, que o mestre genebrino definiu a língua como um sistema, cujos elementos individuais não têm sentido fora dos limites deste. Os próprios termos do sistema são produtos do sistema. Em uma antológica passagem do *Cours*, Saussure diz que “na língua, só existem diferenças” (1995, p. 104.). Para a demonstração dessa tese, usa a metáfora do jogo de xadrez, cuja posição das peças num dado momento é o que importa, não tendo relevância, para sua descrição, de que material as peças são feitas. De madeira ou marfim, o importante é o **valor relacional** que cada uma desempenha no jogo, uma não existindo sem a outra. Tal idéia de sistema diferencia-se, por exemplo, da noção de conjunto, cujos elementos são independentemente dispostos. No sistema, cada elemento, somente adquire **valor** de acordo com a função que desempenha, relacionando-se com os outros elementos.

A teoria do valor saussureana trouxe muitas conseqüências para o desenvolvimento da nova ciência da linguagem/língua como a definição da língua como “sistema de signos”, do signo como composto de significado e significante, cuja relação é arbitrária. Para Benveniste (1995, p. 43), o que há de primordial na doutrina saussureana é que “a linguagem, como quer que se estude, é sempre um objeto duplo, formado de duas partes [...] e cada uma das quais não tem valor a não ser pela outra”, derivando daí as famosas dicotomias: a dualidade articulatória/acústica; som/sentido; indivíduo/sociedade; língua/fala; diacronia/sincronia, sintagma/paradigma; material/não-substancial, identidade/oposição etc.

Tais postulados causaram uma verdadeira revolução nos estudos de linguagem, visto que o chamado corte saussureano instaurou a possibilidade concreta de descrição de uma língua particular, trazendo, também, no seu ínterim, um método de investigação: o método **hipotético-dedutivo**, ou seja, contrariamente ao método histórico-comparativo predominante nos estudos de linguagem, Saussure propunha que se partisse do todo (sistema) para a compreensão das partes. Foi tão marcante essa idéia de sistema que ainda hoje produz efeitos. Embora o autor jamais tenha utilizado o termo “estrutura”, por isso é chamado de estruturalista *avant la lettre*, a idéia de sistema significou uma verdadeira *eureka* para as ciências humanas e sociais que passaram a considerar as realidades culturais como um conjunto de signos a serem interpretados.

2.2.1.2. Estruturalismo e Pós-Estruturalismo na França rebelde

*Eu digo não ao não
Eu digo é proibido proibir
(Caetano Veloso)*

Na França, a chegada das idéias estruturalistas ocorreu em meados dos anos 50. Num primeiro momento, Saussure era conhecido apenas em alguns círculos restritos, como o círculo Lingüístico de Moscou, Praga e Copenhagen. Foi por causa das perseguições políticas do nazismo que Roman Jakobson, exilado nos EUA, encontrou-se com Claude Lévi Strauss, o qual manteve, assim, contato com a Lingüística Estrutural, vindo a publicar posteriormente um artigo relacionando tal legado com a Etnologia, na então recém-fundada revista *Word* dirigida por Jakobson. Esse artigo tornou-se um dos capítulos iniciais do livro *Anthropologie Structurale* (LÉVI-STRAUSS, 1968, p. 21), no qual o autor reconhece sua dívida para com a Lingüística Estruturalista e descreve seu método antropológico por meio da noção central de **estrutura inconsciente**, à qual poder-se-ia chegar por meio do emprego do “método estrutural”, baseado no estudo dos fonemas de Trubetskoï.²¹

Utilizando esse método, Lévi-Strauss (1968) sugeriu que as ciências sociais deveriam ser capazes de formular relações necessárias e que "novas perspectivas se abriam", permitindo que o antropólogo estudasse os sistemas de parentesco da mesma forma que o lingüista estudava fonemas. Para o autor (1968, p. 34):

Tal como os fonemas, os termos de parentesco são elementos de significação, tal como os fonemas, eles só adquirem esta significação sob a condição de se integrarem em sistemas. Os sistemas de parentesco, tal como os sistemas fonológicos, são elaborados pelo espírito no estágio do pensamento inconsciente.

Foi, pois, a partir de Lévi-Strauss, que a Lingüística passou a ser considerada como “ciência-piloto”, ou seja, aquela da qual seriam tomados de empréstimo os modelos analíticos, de cientificidade etc, incidindo definitivamente sobre a Literatura, a Filosofia e a Psicanálise, fenômeno conhecido como a “virada lingüística das ciências humanas” (Dosse, 1993, p. 32). Nessa perspectiva, a preocupação com as questões da linguagem e do sujeito

²¹ A fonologia lingüística estrutural passa do estudo dos fenômenos lingüísticos *conscientes* para o estudo da sua infraestrutura *inconsciente*; em segundo lugar, ela se recusa a tratar os *termos* como entidades independentes, tomando, ao contrário, como base de sua análise as *relações entre os termos*; em terceiro lugar, ela introduz a noção de *sistema*; finalmente, ela visa à descoberta *das leis gerais*, quer encontradas por indução, quer deduzidas logicamente. (TRUBETSKOI, 1933 p. 33)

eram prementes, como em Roland Barthes, Michel Foucault, Louis Althusser, Jacques Lacan, Derrida, Greimas, Pêcheux, Dumézil, Kristeva, Todorov e diversos outros. Foucault assim definiu esse novo paradigma: “o estruturalismo não é um método novo: é a consciência desperta e inquieta do saber moderno.” (Foucault, 1999, p. 218). E para os rumos desse “saber moderno” importava rechaçar o psicologismo então predominante e fundamentar suas bases na legitimidade do pensamento científico.

Assim, embora tradicionalmente, alguns autores falem de Estruturalismo, essa designação não se refere a um movimento, ou a algo homogêneo. Na verdade, parece mais adequado falar em “Estruturalismos”, por tratar-se, mais de um “ponto de vista epistemológico” (Garvin, 1963 apud Mattoso Câmara Júnior, 1973) do que de uma corrente filosófica ou algo semelhante. No centro desse novo paradigma, situa-se o estruturalismo lingüístico a servir como norte e inspiração. Afinal, a Lingüística em seu papel de “ciência-piloto” das ciências humanas teria condições e as ferramentas essenciais para análise da língua, enquanto estrutura formal, submetida ao rigor do método e aos paradigmas de cientificidade, tão valorizada na época. Ao longo do percurso triunfal dos estruturalistas, que marcou de forma indelével os anos 50 e 60, houve sempre uma constante: a deliberada exclusão do sujeito. Esse foi o preço a pagar pelos defensores do paradigma estrutural para a ruptura com a fenomenologia, o psicologismo e hermenêutica. Importava normalizar o sujeito, já que era visto como o elemento suscetível de perturbar a análise do objeto científico, que deveria corresponder a uma língua objetivada, padronizada.

Esse era, pois, o panorama existente na França até 1967, época em que o estruturalismo viveu seu apogeu, ainda que já demonstrasse certas fissuras internas. O movimento de maio de 68 e as novas interrogações que surgiram de súbito no âmbito das ciências humanas foram decisivos para subverter o paradigma então reinante, trazendo como consequência o sujeito para o centro do novo cenário, permitindo-lhe, como afirma François Dosse (1993, p.65), “reaparecer pela janela, após ter sido expulso pela porta”. O que alguns teóricos denominam de Pós-Estruturalismo²², nem de longe pode ser compreendido como uma corrente filosófica, ou qualquer coisa homogênea. De acordo com Michel Peters (2000, p

22Alguns autores como Manfred Frank (1988), um filósofo alemão contemporâneo, prefere o termo “neoe estruturalismo”, sugerindo assim uma continuidade com o “estruturalismo”, na mesma perspectiva do que faz John Sturrock (1986, p. 137) que interpreta o “pós” da expressão “pós-estruturalismo” como nomeando algo que “vem depois e que tenta ampliar o estruturalismo, colocando-o na direção certa”. Segundo Sturrock, “o pós-estruturalismo é uma crítica ao estruturalismo, feita a partir do seu interior: isto é, ele volta alguns dos argumentos do estruturalismo contra o próprio estruturalismo e aponta certas inconsistências fundamentais em seus métodos, inconsistências que os estruturalistas ignoraram”.

31), o Pós-Estruturalismo não pode ser simplesmente reduzido a um conjunto de pressupostos compartilhados, a um método, a uma teoria ou até mesmo a uma escola. É melhor referir-se a ele como um **movimento de pensamento** - uma complexa rede de pensamento – que corporifica diferentes formas de prática crítica. O pós-estruturalismo é, decididamente, interdisciplinar, apresentando-se por meio de muitas e diferentes correntes.

Foi, sem dúvida, central para a emergência deste “movimento de pensamento” a redescoberta, por um grupo de pensadores franceses, da obra de Friedrich Nietzsche, bem como a interpretação que Martin Heidegger fez dessa obra. Outro aspecto relevante para o pós-estruturalismo foi a circulação das leituras estruturalistas tanto de Freud quanto de Marx. Considerava-se que, enquanto Marx havia privilegiado a questão do poder e Freud havia dado prioridade à idéia de desejo, Nietzsche era um filósofo que não havia privilegiado qualquer um desses conceitos em prejuízo do outro. Sua filosofia propunha a combinação desses dois elementos.

Um marco na configuração do chamado Pós-Estruturalismo foi o Colóquio Internacional sobre Linguagens Críticas e Ciências do Homem, na Universidade Johns Hopkins, em outubro de 1966, onde Derrida apresentou o seu ensaio A estrutura, o Signo e o Jogo no Discurso das Ciências Humanas (1995, p. 278 a 280), no qual o autor questiona a "estruturalidade da estrutura" ou a idéia de "centro" que, argumentava ele, operava para limitar o jogo da estrutura:

[...] toda a história do conceito de estrutura [...] tem de ser pensada como uma série de substituições de centro para centro, um encadeamento de determinações do centro. O centro recebe, sucessiva e regularmente, formas ou nomes diferentes. A história da metafísica, como a história do Ocidente, seria a história dessas metáforas e dessas metonímias. A sua matriz seria [...] a determinação do ser como *presença* em todos os sentidos desta palavra. Poder-se-ia mostrar que todos os nomes do fundamento, do princípio, ou do centro, sempre designaram o invariante de uma presença (*eidōs, arche, telos, energeia, ousia* [essência, existência, substância, sujeito], *aletheia*, transcendentalidade, consciência, Deus, homem, etc.). (grifos do autor).

Derrida colocava em questão, aqui, o estruturalismo francês da década anterior e, ao mesmo tempo, apontava a direção de seu projeto. De acordo com o autor, nomeando suas fontes de inspiração, o "descentramento" da estrutura do significado transcendental e do sujeito **soberano** pode ser encontrado: a) Na crítica nietzscheana da metafísica e, especialmente, na crítica dos conceitos de **ser** e de **verdade**; b) Na crítica freudiana da

autopresença, "da consciência, do sujeito, da auto-identidade e da autoproximidade ou da autopossessão"; e c) Mais propriamente, na destruição heideggeriana da metafísica, "da determinação do Ser como presença". (op.cit, p. 283).

Derrida discutiu, ao longo desse ensaio, o tema do "descentramento", concluindo por distinguir duas interpretações de estrutura. Uma delas, de origem hegeliana e exemplificada no trabalho de Lévi-Strauss, sonhava "decifrar uma verdade e uma origem que escapem ao jogo e à ordem do signo", buscando aí a "inspiração de um novo humanismo". A outra, "que já não estava voltada para a origem, afirma "o jogo da diferença" e procurava superar o homem e o humanismo." (DERRIDA, 1995, p.292).

O humanismo tendia, como um motivo central do pensamento liberal europeu, a colocar o "sujeito" no centro da análise e da teoria, vendo-o como a origem e a fonte do pensamento e da ação, enquanto o estruturalismo, na perspectiva althusseriana, por exemplo, via os sujeitos como portadores de estruturas. Os pós-estruturalistas continuavam, de formas variadas, a sustentar essa compreensão estruturalista do sujeito, concebendo-o, em termos relacionais, como um elemento governado por estruturas e sistemas, continuando a questionar também as diversas construções filosóficas do sujeito: o sujeito cartesiano-kantiano, o sujeito hegeliano e fenomenológico; o sujeito do existencialismo, o sujeito coletivo marxista.

Assim, a genealogia do pós-estruturalismo francês, por exemplo, deve ser compreendida, em parte, por suas filiações com o pensamento de Nietzsche. Em particular; com sua crítica da verdade e sua ênfase na pluralidade da interpretação; com a centralidade que ele concede à questão do estilo, visto como crucial, tanto filosófica quanto esteticamente, para que cada um se supere a si próprio, em um processo de perpétuo autodevir; com a importância dada ao conceito de **vontade de potência** e suas manifestações como **vontade de verdade** e **vontade de saber**. Esses temas filosóficos foram assumidos, adotados e experimentados pelos pós-estruturalistas franceses sob novas e estimulantes formas. Foucault, por exemplo, desenvolveu a genealogia nietzscheana como uma forma de história crítica que resistiu à busca por origens e essências, concentrando-se, em vez disso, nos conceitos de **proveniência** e **emergência**. Ao analisar; por meio do uso de narrativas e da narratologia, a pragmática da linguagem, Lyotard (1998) demonstra a mesma aversão que tinha Nietzsche pelas tendências universalizantes da filosofia moderna. Derrida (1995), seguindo Nietzsche, Heidegger e Saussure, questiona os pressupostos que governam o pensamento binário, demonstrando como as oposições binárias sustentam, sempre, uma hierarquia ou uma

economia que opera pela subordinação de um dos termos da oposição binária ao outro, utilizando a **desconstrução** para denunciar, deslindar e reverter essas hierarquias. Deleuze (1983) fixa-se na diferença como o elemento característico que permite passar de Hegel a Nietzsche, privilegiando os "jogos da vontade de potência."

De acordo com Peters (2000) é necessário compreender o Pós-Estruturalismo em seu desenvolvimento no contexto histórico francês, tanto como uma reação quanto como uma fuga, relativamente ao pensamento hegeliano. Podemos encontrar uma passagem emblemática dessa perspectiva em Deleuze, em seu texto Nietzsche e a Filosofia (1976), trabalho que envolve, essencialmente, o "jogo da diferença" contra o "trabalho da dialética:

Três idéias definem a dialética: a idéia de um poder do negativo como princípio teórico que se manifesta na oposição e na contradição; a idéia de um valor do sofrimento e da tristeza, a valorização das "paixões tristes", como princípio prático que se manifesta na cisão, na separação; a idéia da positividade como princípio teórico e prático da própria negação. Não é exagero dizer que toda a filosofia de Nietzsche, em seu sentido polêmico, é a denúncia dessas três idéias. (DELEUZE, 1976, p. 68).

Deleuze contrasta a força negativa da dialética e sua predisposição puramente reativa - o positivo é obtido apenas por meio da dupla negação, "a negação da negação" - com a força puramente positiva da afirmação inerente à "diferença", a qual é tomada como a base de um pensamento radical que não é nem hegeliano nem marxista.

Assim, de acordo com Gregolin (2004b, p. 24), a despeito do fato de toda tentativa de classificação demonstrar-se redutora, é possível considerar alguns dos formuladores da Análise do Discurso como inseridos no que Pavel (1988) chamou de "estruturalismo especulativo", cujas tendências revisitavam as problemáticas postas por Freud e Marx, em relação ao Sujeito e à História. Segundo a autora (op.cit, p. 24), "tratava-se, no caso de Foucault e Pêcheux, de 'historicizar as estruturas', estabelecendo uma relação tensa com os conceitos e métodos da lingüística saussuriana [...], fazendo retomar o sujeito e a história que haviam ficado em suspenso na definição do objeto saussereano (langue)." (aspas da autora).

2.2.1.3. E Saussure ficou sozinho com as suas idéias?

Em seu texto *Sur la (dé) construction des théories linguistiques* e em *La langue introuvable*,²³ contrapondo-se ao que denomina de “visão cética (oportunista ou pragmática)” que reduz a história da Lingüística a algumas individualidades ou oscilação de modas intelectuais, Pêcheux afirma que essa disciplina está exposta aos complexos efeitos do processo histórico e político que constituem o seu espaço, demonstrando que a relação entre a especificidade do real da Lingüística é indissociável dos embasamentos e dos acordos com os quais é constituída sua rede de alianças. Pêcheux aponta três momentos importantes desse processo, nas transformações do interesse da Lingüística que, segundo ele, se efetuaram “com e contra Saussure”. De acordo com o autor, esse processo vai se constituir de “diásporas reais e reunificações enganadoras” (1999, p. 9).

A princípio, na década de 20, as idéias de Saussure foram recebidas e aceitas apenas em alguns poucos círculos lingüísticos e vagaram de Moscou a Praga, depois Copenhague, ocorrendo, no percurso o que Pêcheux vai denominar “difração epistemológica” (1999, p.10), derrapando para interpretações sociologistas, logicistas ou psicologistas. Na década de 50, com o desenvolvimento industrial do pós-guerra, vai ocorrer uma enorme difusão da parafernália tecnológica em todas as áreas da sociedade, o que propicia o surgimento dos modelos lógicos, oriundos de trabalhos da Matemática e da Informática, as quais, segundo Plon (1976) pretendiam chegar a uma “teoria geral das interações”, concebidas como troca de informações. Era o auge da psicologia behaviorista, com seu jogo de “entradas” e “saídas” estruturando o comportamento. A noção de homeostasia²⁴ emerge enquanto categoria interdisciplinar, visando caracterizar, com os mesmos instrumentos, tanto uma máquina quanto um grupo social.

Quanto à Gramática Gerativa Transformacional, que entrou na França, somente em 1967, graças a Nicolas Ruwet, que se identificou com os trabalhos considerados revolucionários para a época de Noam Chomsky, não chega a ser propriamente um rompimento com o estruturalismo. O que o gerativismo chomskiano a rigor faz é levar às últimas conseqüências os postulados saussurianos, ocupando os espaços deixados pela

23 Sobre a desconstrução das teorias lingüísticas. Trad. Brasileira de Eni Orlandi In: *Línguas e instrumentos lingüísticos*. Campinas: Pontes, 1999. GADET, F. e PÊCHEUX. *A língua inatingível: o discurso na história da lingüística*. Campinas: Pontes, 2004. Tradução de Bethânia Mariani Maria Elizabeth Chaves de Mello.

24 Homeostase: Estado de equilíbrio do organismo vivo em relação às suas várias funções e à composição química dos seus fluidos e tecidos. In: Holanda, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Editora Nova Fronteira. 1 ed, 15ª reimpressão, s/d.

formulação pioneira de Saussure.

Ainda que Chomsky (1971) critique a concepção saussureana de língua como inventário sistemático de elementos depositados como um tesouro na mente das pessoas, é notório o fato, constatado por lingüistas como F.Gadet (1987), da dívida de Chomsky para com Saussure, ao conceber o par **competência/desempenho**. Gadet percebe entre este par e o par **língua/fala** saussureano uma forte analogia, embora admita que os dois divirjam no caráter criador da linguagem. Saussure localiza a criação unicamente na fala, ao passo que Chomsky desdobra a criatividade em dois tipos, que classifica como (i) o que muda as regras (faltas, lapsos, criações agramaticais), localizado no desempenho e (ii) o que é governado pelas regras (criações de formas novas), pertencente à competência da língua.

O fato é que pelo formalismo do método e pela obstinada rejeição do sentido, o gerativismo se inscreve na tradição do estruturalismo, dando-lhe continuidade e novo alento, no final dos anos 60. Ao procurar um sistema formal que explique a totalidade dos enunciados, Chomsky apóia-se na noção de natureza humana, aliando os universais lingüísticos ao inatismo e operando um profundo corte com os contrastes culturais e sociais.

Nesse afã de levar a lingüística a uma formalização cada vez mais apurada (e, por vezes, ilegível), Chomsky acaba, na opinião de Dosse (op.cit.p.30), por separá-la das outras ciências sociais, fazendo-a distanciar-se, em consequência, do título de ciência-piloto, até então ostentado.

Foi também contra esse cientificismo explícito do modelo chomskiano de gramática gerativa que se insurgiu a Análise do Discurso. Não era possível compactuar com um paradigma cognitivista, que desistoriciza o sujeito e trata a língua como um órgão mental. Embora Pêcheux tenha reconhecido o mérito histórico da gramática gerativo-transformacional em ter designado o lugar onde, na língua, o gramatical não cessa de negociar com o não-gramatical, não deixa, por isso, de criticar Chomsky por ter cedido à pressão das línguas lógicas e encobrir suas descobertas no espaço da normalidade biológica.

Do ponto de vista político, a Análise do Discurso (AD) nasce, assim, na perspectiva de uma intervenção, de uma ação transformadora, que visa combater o excessivo formalismo lingüístico então vigente, visto como uma nova facção de tipo burguês. Ao lado dessa tendência revolucionária, a AD busca desautomatizar a relação com a linguagem, de

onde advém sua relação crítica com a lingüística. A rigor, o que a AD faz de mais corrosivo é abrir um campo de questões no interior da própria lingüística, operando um sensível deslocamento de terreno na área, sobretudo nos conceitos de língua, historicidade e sujeito, deixados à margem pelas correntes em voga na época.

De acordo com Pêcheux (1999c, p. 10), de Bloomfield até Harris e nos primeiros trabalhos de Chomsky, a Lingüística saussureana parecia se dirigir para suas melhores condições de realização, através do alargamento para o nível sintático do que Saussure havia desenvolvido no nível fonológico e morfológico. No entanto, apesar desta aparente reunificação, principalmente nos Estados Unidos, a Lingüística vai tender mais para uma concepção de língua como uma espécie de programa dentre outros (inteligência artificial, *hardware*, etc). Para Pêcheux (op. cit., p. 17):

Apesar dos esforços excepcionais de lingüistas como Jakobson para dar conta da tarefa, e fazer valer o estatuto poético da linguagem humana (.), a Lingüística dos anos 50 continuou presa nesse imaginário interdisciplinar da comunicação como *regulação funcional controlada*: ela o havia previamente de forma indireta autorizado, senão suscitado, ao denominar-se “funcionalista”. (grifos do autor).

Pêcheux faz uma crítica dessa perspectiva da Lingüística, por considerar que ela estava inscrita num “esforço para atingir o nível internacional do positivismo bio-psico-funcional” (op. cit., p. 21). Assim, o próprio da língua passa para uma posição marginalizada, ocorrendo um distanciamento das intuições de Saussure quando definiu a língua como fato social.

O autor demonstra que a aparente reunificação que apontava para o que julgava como as melhores condições de desenvolvimento dessa disciplina, na perspectiva de um trabalho sobre o “próprio da língua”, acaba num lugar marginalizado, ocorrendo, na verdade, uma nítida diáspora, que se configurou como uma distinção entre uma “Lingüística do cérebro e uma “Lingüística social.”

O terceiro momento, destacado por Pêcheux é o do período 1960-1975, que se caracteriza, principalmente na França, pelo Estruturalismo, um conjunto heteróclito de procedimentos teóricos que marcou o fim da hegemonia da Fenomenologia (Husserl, Merleau Pointy, etc) e do Existencialismo (Sartre, principalmente), e redimensionou totalmente o espaço entre “as ciências” e as “letras”. É nesse momento que as ciências humanas e sociais, na Europa, “descobrem” Saussure.

Assim, para a construção da teoria do discurso da Escola Francesa, foi fundamental o diálogo dos seus teóricos com os fundamentos epistemológicos da Lingüística, principalmente a partir de Saussure. Para Gadet e Pêcheux (2004, p. 55), “Saussure constitui direta ou indiretamente a **pedra de toque** de todas as escolas lingüísticas atuais, o seu ponto de partida crítico”. (grifos nossos). Para esses autores, o deslocamento operado por Saussure da função da língua para o seu funcionamento²⁵ significou, além de um grandioso achado teórico, uma conquista científica irreversível.

O valor saussureano, para Pêcheux, relaciona-se com o princípio de unidade da língua. Há um funcionamento das línguas em relação a elas mesmas e é precisamente isto que a lingüística descreve quando fala de fonologia, morfologia e talvez de sintaxe. (Maldidier, 2003, p. 31).

Assim, quando Pêcheux discute a questão do “efeito metafórico”, o primeiro elemento da sua concepção de sentido, é na questão do **valor** saussureano que ele se baseia. *Meta-phora*, em grego quer dizer transferência. a **metáfora** é entendida como efeito de uma relação significante, uma palavra por outra, no sentido utilizado por Lacan²⁶. Uma palavra, uma proposição não tem um sentido que lhe é próprio, intrínseco e sentidos derivados a partir de uma suposta literalidade. O sentido é sempre uma palavra, uma proposição por outra e essa superposição, essa **transferência**, pela qual os elementos significantes se confrontam, revestem-se de sentidos vários, não podendo ser determinados a partir de supostas propriedades “inerentes” à língua. Pêcheux (1975, p. 132) vai, portanto, definir a metáfora como:

O processo sócio-histórico que serve como fundamento da apresentação (*donation*) de objetos para sujeitos, e não como uma simples forma de falar que viria secundariamente a se desenvolver com base em um sentido primeiro, não-metafórico, par ao qual o objeto seria um dado natural, literalmente pré-social e pré-histórico.

Para Pêcheux (1988, p. 301), a metáfora, é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso. O autor desloca, desta forma, a noção de valor para o campo semântico, sem a subordinação da significação e não apenas, como na lingüística saussureana, para a fonologia, a morfologia e a sintaxe. O que significa, então, pensar a questão do valor na

25 Há uma diferença fundamental entre a corrente lingüística predominante nos EUA na década de 50, auto-denominada “funcionalista”, a qual considera a língua como um código, uma máquina lógica e a Análise do Discurso Francesa, cujo objeto é a língua “funcionando”, mas numa perspectiva que considera os aspectos sócio-históricos como constitutivos da linguagem, ou seja, que pensa o funcionamento não apenas para o sistema, mas principalmente para as suas práticas.

26 LACAN, J. *Écrits*. Paris: Seuil, 1966.

relação do discurso com a língua? Significa propor uma reflexão que, ao lado da noção de estrutura introduz a questão do acontecimento, na relação que, para Pêcheux é intrínseca, entre o texto e a sua “exterioridade”.

Não há metalinguagem no equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente do seu sentido para derivar para outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). (PÊCHEUX, 1997b, p. 53).

É nessa perspectiva que Pêcheux discorda de Bakhtin quanto à crítica desse a Saussure, em termos da concepção de língua de Saussure. Bakhtin (1982) qualifica o par diacrônico *langue/parole* de “objetivismo abstrato”. Para Pêcheux, Bakhtin não consegue ver a diferença entre linguagem e língua, operada por Saussure, o que, na opinião de Pêcheux, extrairia da Lingüística sua especificidade e a transformaria numa vasta Semiologia. Também a questão do sentido, em Pêcheux, diferentemente de Bakhtin não poderia ser equacionada na esfera das “relações interindividuais”, conforme defendia este autor, visto que Pêcheux propunha uma concepção de discurso como “efeitos de sentido” entre interlocutores, mas com uma concepção particular de Sujeito, afetado constitutivamente pela presença do Outro.²⁷

Pêcheux reconhece, pois, a *coupure*, o corte saussureano entre uma Lingüística pré-científica e uma Lingüística fundada em hipóteses e métodos rigorosos. Para Gadet e Pêcheux (2004, p. 53), “fazer lingüística é supor que o real da língua é representável, que ele guarda em si o repetível, e que esse repetível forma uma rede que autoriza a construção de regras,” apontando, no entanto, o calcanhar de Aquiles da dicotomia *langue/parole*. Ela jaz, segundo os autores, na **analogia** que, em direção oposta aos esforços de Saussure para ligá-la à língua, abre uma imensa porta para o sujeito individual, porta pela qual adentraram o formalismo e o subjetivismo.

É, pois, nessa perspectiva que a relação da Análise do Discurso com a Lingüística é de **pressuposição**. Mas de uma pressuposição que desloca a noção de língua ao não dicotomizá-la em relação à fala, deslizando esse par para a relação língua/discurso. Para a Análise do Discurso, a língua é uma estrutura, mas uma estrutura sujeita a falhas, ao

27 Durante uma das reuniões do GEADA (Grupo de Estudos de Análise do Discurso de Araraquara), em 2003, a professora Rosário Gregolin fez um comentário que julgamos extremamente pertinente, tendo em vista a multifacetada concepção dialógica da linguagem desse autor que incidiu significativamente nos estudos de linguagem no século XX, tanto em Lingüística, como em Literatura, Estudos Culturais etc., e que cruzou o caminho da AD através do hoje clássico trabalho de Jaqueline Authier Revuz (1983). O comentário foi o seguinte: “Embora Pêcheux não o tivesse reconhecido desde o início, Bakhtin estava para a AD mais como o ‘ponto de apoio de Arquimedes’ do que como ‘a pedra de Drummond’.” Ver também **GREGOLIN, Bakhtin, Foucault e Pêcheux** In: BRAIT, B (org.). **Bakhtin. Outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006.

equivoco, e não um *systeme où tout se tient*” (Saussure, 1966). A língua não é uma estrutura fechada nem um sistema abstrato, mas uma ordem significante que se inscreve na história para fazer sentido e, como tal, é constitutivamente atravessada por falhas, pelo equivoco, pelo jogo na e sobre as regras, em síntese, uma estrutura permeada pelo inconsciente e pela ideologia.

Na década de 60, na França, segundo Chevalier (1974, p. 132), a AD, foi, para a lingüística, como um efeito reativo do “gesto decisivo de separação”, através do qual a disciplina se institucionalizou como ciência no início do século. Seu projeto foi, desse modo, pensado como uma “negação” e uma “superação” do gesto inaugural de Saussure. Tratava-se, pois, de fazer ressurgir o que a lingüística formal havia excluído: as condições de emprego da língua.

De acordo com Courtine (1999, p. 8), a maioria dos textos de Análise do Discurso, na década de 70, na França, ao se referir à dicotomia *langue/parole*, utilizavam metáforas referentes ao que limita, comprime ou força: “um ‘espartilho’ que se deve ‘fazer explodir’ (ROBIN, 1973, p. 79); um ‘fecho’ que se deve ‘fazer saltar’ (GUESPIN, 1971, p. 11), um ‘velho modelo’ cuja fortificação deve ser submetida a uma ‘ação erosiva’ (GUESPIN, 1976, p. 47 a 48)” etc.

Assim sendo, AD levou às últimas conseqüências a afirmação de Saussure de que “a língua é um fato social”. Restava, no entanto, discutir o que seria a língua como “fato” e apontar, na perspectiva aberta por esta corrente, o que seria “social”.

2.2.2 O Outro do (no) real da língua: Análise do Discurso e Psicanálise

*O meu saber da língua é folclórico
Muitos me argüirão deste pecado”
[...]
‘belo vale, por que belo vale’
este som de leite e veludo.
Quis dizer nêspira e não disse
(Adélia Prado)*

A teoria do discurso de Michel Pêcheux, de base lingüística, vai ser, necessariamente, atravessada pelas questões colocadas pela Psicanálise, principalmente com Jacques Lacan (1966). Um dos princípios básicos da teoria psicanalítica de Lacan é a questão de que “o Inconsciente é estruturado como uma linguagem”. (1966, p. 20).

As elaborações sobre o “real da língua” em Pêcheux reportam-se ao uso que o

lingüista J.C. Milner (1987) faz do termo, tomando de empréstimo a Jacques Lacan a distinção entre **real/simbólico/imaginário**. A realidade empírica em sua positividade não é o real da língua. O concreto com o qual a lingüística trabalha, de natureza negativa (Saussure), é o efeito lingüístico desse real.

Para Lacan, “o dizer é da ordem do não-todo” (1966, p. 73). Isso quer dizer que a língua é constitutivamente lacunar, que as palavras são insuficientes para expressar. Algo semelhante ao que diz a poesia de Adélia Prado (1991, p. 45): “esse som de leite e veludo, quis dizer nêpera e não disse”. Isso quer dizer que as palavras não expressam os pensamentos, os sentimentos, primeiro, porque o Sujeito da Psicanálise é um sujeito cindido, clivado, dividido, atravessado constitutivamente pelo Outro: o Inconsciente. De acordo com Lacan: “o sujeito não sabe o que diz, por uma simples razão: ele não sabe quem é.” (op. cit, p. 74). Daí, a assertiva de Milner (1987, p. 34) de que “o real da língua é o impossível que lhe é próprio”, ou seja, na constituição do dizer há sempre algo que não se pode dizer, que deve ser silenciado, como diz outra poesia de Adélia Prado (1991, p. 56): “a palavra é disfarce de uma coisa surda-muda, foi inventada para ser calada”.

Para explicar a questão do inconsciente Lacan cunha o insólito termo *lalangue*, traduzido para o português por “alíngua”. De acordo com Ferreira (2000, p. 26):

A alíngua é o real da língua, o inconsciente [...] A existência desse lugar singular – que admite a falta e a torna constitutiva da estrutura – é fundamental para uma concepção de língua afetada pelo real. Tal concepção vai nos permitir perceber no equívoco e nos fatos que ele representa o registro do simbólico que atravessa a língua e a consagra ao que lhe é próprio.

Pêcheux vai trabalhar, pois, com tais postulados lacanianos, criticando os lingüistas que descartavam o estatuto poético, as falhas e o humor como próprios à língua, ironizando-os: “somos lingüistas e lemos os poetas nos dias de *Sabbat*.”. (GADET e PÊCHEUX, 2004, p. 63). Para os autores, a poesia e o humor não são “o domingo do pensamento”. A falha, o humor, o equívoco, a falta, não são “defeitos” da linguagem, mas uma de suas características primordiais. É justamente nesta característica onde reside a possibilidade da interpretação. Assim, Pêcheux desenvolve uma concepção de língua como uma estrutura, mas uma estrutura permeada, não excepcionalmente, mas de forma constitutiva, inerente a ela própria, de falhas, de equívocos, não como o amolecimento de um núcleo duro “lógico”. Pêcheux considerava, pois, o *joke*, o humor, os deslizamentos do sentido não como algo extraordinário, mas como constitutivo do “real da língua”. É nesse

sentido que ele concorda com Jakobson, cujo trabalho lingüístico preocupou-se com a dimensão poética da linguagem. Para Pêcheux (1997, b, p. 53), “nada de poesia é estranho à língua [...], a poesia não é o domingo do pensamento.” A discursividade, para ele, seria, pois, efeito da língua sujeita a falhas que se inscreve na história.

Assim, quando coloca a questão do próprio da língua, Pêcheux enfatiza a necessidade de discutir as materialidades discursivas, implicadas em rituais ideológicos, nos discursos filosóficos, em enunciados políticos, nas **formas culturais e estéticas**, através de suas relações com o cotidiano e o “ordinário do sentido”. Em Pêcheux, o objeto da lingüística (o próprio da língua) aparece, pois, atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas, por uma “higiene pedagógica do pensamento”, e o da transformação do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida *a priori*, de um trabalho do sentido sobre o sentido (metáfora), tomados no relançar infinito das interpretações. (PÊCHEUX, 1997 b, p. 51.)

Concordando, pois, com o filósofo, inserimo-nos entre aqueles que lêem os poetas tanto nos dias de *Sabbat* como nos demais dias da semana, inclusive os de “feira”, pois consideramos que o discurso poético, a despeito das suas especificidades, está também inserido numa rede de coerções tanto históricas quanto lingüísticas. Para o autor, a dificuldade do estudo das línguas naturais provém do fato de que suas marcas sintáticas são essencialmente capazes de deslocamentos, de transgressões, de reorganizações. “É também a razão pela quais **as línguas naturais são capazes de política**” (GADET E PÊCHEUX, 2004, p. 24).²⁸

É, pois, nesses espaços intersticiais, nesses pontos de deriva onde trabalha a análise do discurso, como disciplina de descrição/interpretação, visto que tais elementos não são fases sucessivas, mas de uma alternância ou um **batimento**, no sentido mesmo de sístole/diástole. Isso ocorre porque o próprio da língua é dado, segundo Pêcheux pela “felicidade da simetria e o drama da abertura.”²⁹

Nesse sentido, as conseqüências teóricas do Inconsciente lacaniano para a teoria do discurso residem, dentre outros aspectos, em duas direções: a) Na questão do Outro constitutivo, o que, somando-se à teoria da ideologia, vai desaguar na concepção de discurso e de sujeito como heteróclitos, cindidos, clivados. Tais postulados terão como conseqüência o primado do interdiscurso, a heterogeneidade constitutiva da linguagem e b) A questão da não-

28 Grifos nossos.

29 Expressão cunhada por J. Milner em *A Roman Jakobson ou le Bonheur par la Symétrie*. In *Ordre et Raison de Langue*. Paris: Seuil, 1982, p. 336.

evidência do sentido, a não-transparência da linguagem.³⁰

No entanto, é importante enfatizar que a teoria pecheutiana do discurso é constituída associando ao inconsciente os fatores sócio-histórico-ideológicos. Nessa perspectiva, retomando, também, a afirmação leninista de que “as palavras mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”, Pêcheux vai concordar com Jean Claude Milner quanto à “língua no ponto de poesia” e quanto à questão do equívoco como constitutivo e discordar do lingüista à medida que este não considera o real da história, o que vai ser desenvolvido no escopo da AD por meio do materialismo histórico.

2.2.3. O Materialismo Histórico no posto de comando

Pêcheux era um intelectual que levava a sério a ontológica premissa marxista de que “os filósofos se limitaram a interpretar o mundo, diferentemente cabe transformá-lo.” Pertencia ao Partido Comunista Francês e não diferenciava a luta teórica da luta política. Embora fosse um leitor atento de diversas fontes do marxismo, fora, como várias outras figuras importantes do Estruturalismo/Pós-Estruturalismo francês, aluno de Louis Althusser de quem trouxe para o projeto da AD a teoria das ideologias.

Para compreender o posicionamento de Althusser, é necessário desenredar a teia das questões históricas, políticas e teóricas na qual ele estava envolvido. A Revolução Bolchevique que transformou a Rússia czarista na poderosa União das Republicas Socialistas Soviéticas serviu de inspiração e norte aglutinador para várias gerações de comunistas e socialistas das mais diversas matizes no mundo inteiro. No entanto, a partir da década de 50, o primeiro “país socialista”³¹ do mundo começava a mostrar, aos olhos do mundo, a face do

30 Sobre as relações da Análise do Discurso com a Psicanálise, ver LEITE, N. V. A. **Psicanálise e Análise do Discurso - O acontecimento na estrutura**. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994; CORACINI, M.J.; GRIGOLETTO, M.; MAGALHÃES, I. (Org.). **Práticas identitárias: língua e discurso**. São Carlos: Claraluz, 2006 e MARIANI, B. **A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise**. Editora Claraluz, 2006.

31 As aspas nessa designação da ex-URSS, extensivas a todos os outros países que fizeram revoluções socialistas dizem respeito ao fato de alguns teóricos marxistas não considerarem que esses países concretizaram os postulados essenciais de Marx, a começar pela própria impossibilidade, segundo Marx, de se construírem “ilhas socialistas”, citando como exemplo, a Comuna de Paris. Considerando que o capitalismo é um sistema mundial, o sistema que o substituiria ou seria mundial ou não seria socialista. Léon Trotsky atribuía à então URSS, China, Cuba, etc, a denominação de “Estados operários burocratizados” por considerar que tais países haviam passado por uma revolução econômica (estatização e coletivização da produção, etc), mas não por uma revolução política, visto que, segundo o autor, o poder político pertencia não mais aos trabalhadores em seus

chamado “socialismo real”. Os expurgos stalinistas, denunciados por Nikita Kruchev, os *gulags*³² produziram uma crise sem precedentes entre aqueles que reivindicavam o marxismo, associado, não sem uma grande dose de equívoco, ao stalinismo. De acordo com Althusser, tais acontecimentos não estavam relacionados com a aplicação do marxismo na prática. O problema, para ele, residia no equívoco de interpretação dos textos de Marx. Por isso, os títulos das suas obras desse período: *Pour Marx, Lire le Capital*, etc. Para Courtine (1999b, p. 13) tratava-se de que os intelectuais podiam participar da luta de classes, sem muito ônus, visto que ela agora se dava no plano teórico.³³

Althusser opera uma releitura de Marx, no tocante à questão da ideologia, concebida em Marx como “falsa consciência”. Na primeira parte de *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado* (1974), Althusser afirma que, numa sociedade de classes, para manter a sua dominação, a classe dominante gera mecanismos de perpetuação ou de reprodução das condições materiais, ideológicas e políticas de exploração. Essa dominação se efetiva, pois, através de dois mecanismos, os quais, em síntese, dizem respeito aos mecanismos de operação da ideologia: a) os ARE (Aparelhos Repressivos do Estado) – o Exército, a Polícia, a Justiça etc., e os AIE (Aparelhos Ideológicos do Estado) – a Igreja, a família, a Escola etc. Para a descrição do funcionamento da ideologia, Althusser formula três postulados:

- a) A ideologia representa a relação imaginária de indivíduos mantém com suas reais condições de existência;
- b) A ideologia tem uma existência porque existe sempre num aparelho e na sua prática ou suas práticas e
- c) A ideologia interpela os indivíduos como sujeitos.

Assim, para Althusser, “a ideologia exprime sempre, seja qual for a sua forma (religiosa, jurídica, política) posições de classe” (op. cit, p. 23).³⁴

Foi, portanto, com base na concepção althusseriana de ideologia que Pêcheux elaborou a sua teoria do discurso, relacionando-o a um exterior ideológico. Para Pêcheux (1975), a região do materialismo histórico interessante à teoria do discurso é a da

organismos de decisão coletiva direta: os *soviets* de deputados operários, mas a uma casta burocrática configurada no Comitê Central do PCUS.

³² Campos de concentração onde ficavam os opositores do regime stalinista.

³³ Nesse mesmo texto, na página 16, o autor faz uma crítica à questão dos aparelhos de Althusser, em duas perspectivas: a) No mesmo momento em que [Althusser] escrevia, a classe operária à qual ele se referia estava desaparecendo. Reconfigurações econômicas, “contra-revolução” e êxodos industriais, transformação do comportamento político e mutação da identidade cultural dos operários [...] tornavam caduca a análise de Althusser e b) Em pleno desenvolvimento do aparelho audiovisual de informação, na véspera do reinado das imagens, é para a Escola que Althusser dá o papel de “aparelho ideológico dominante”.

³⁴ Sobre o lugar de Althusser na Análise do Discurso ver o item **Sete Anotações Sobre uma Figura Nuclear: Althusser** in: Gregolin, M.R.V. (2004b, p. 34 a 52).

“supraestrutura ideológica,”³⁵ ligada ao modo de produção dominante numa dada formação social. A interpelação ideológica consiste em fazer com que cada indivíduo seja levado a ocupar “um lugar” nessa relação de classes. Isso ocorre sem que ele tenha consciência desse processo, ao contrário, com a impressão de que é mestre do seu discurso. Tal concepção de instância ideológica atua fortemente na constituição do indivíduo enquanto sujeito.

Assim, em um dado momento histórico, as relações sociais podem caracterizar-se pelo afrontamento de posições ideológicas na forma de aliança, antagonismo ou dominação. Essa disposição de posições vai constituir as formações ideológicas, definidas por Haroche et al (1971, p. 102) como:

Um elemento (determinado aspecto na luta dos aparelhos) susceptível de intervir como uma força confrontada com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado; cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem individuais nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito.

É, pois, nesse marco, em que, a princípio, institui-se a noção de formação discursiva de Pêcheux *et al.* Para esses autores, sendo o discurso um dos aspectos materiais da ideologia, a formação ideológica teria, por conseguinte, uma ou mais formações discursivas, dependentes de condições de produção específicas.

Foi, portanto, com base na concepção althusseriana de ideologia que Pêcheux elaborou a sua teoria do discurso. Entretanto, em vários dos seus textos, Michel Pêcheux afirma que o conceito de formação discursiva com o qual trabalha é emprestado de Foucault. No entanto, essa transposição não ocorre, de forma linear, tranqüila e contínua, visto que Foucault estabelecia as relações entre os dizeres e os fazeres, apontando para a não-autonomia das práticas discursivas. Foucault não trabalhava com as questões de luta de classes e ideologia na mesma perspectiva do marxismo, concebendo as formações discursivas não em termos de ideologia e luta de classes, mas em termos de saberes/poderes.³⁶

35 Segundo Marx, a sociedade é sedimentada de forma piramidal em **infra-estrutura, estrutura e supra-estrutura**. A **infra-estrutura** são os meios de produção: as máquinas, as matérias-primas, a força de trabalho; a **estrutura** é o mecanismo pelo qual os homens se dividem para produzir os bens materiais, o que caracteriza uma formação sócio-econômica, ou o modo de produção (feudal, existência de servos e senhores; capitalista - proletários e burgueses etc) e a **supra-estrutura** que são o conjunto de crenças, idéias, etc, as quais refletiriam, segundo Marx, em última instância, posições de classe. In BOGTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

36 Ver GRANGEIRO, C.R.P. **Michel Pêcheux e Michel Foucault: diálogos necessários sobre formação discursiva, sujeito e identidade**. ANAIS do Simpósio Internacional Michel Foucault: perspectivas. Florianópolis, 2005. p. 517 a 523. (cd-room).

3 Discurso e formação discursiva

3.1 Discurso e formação discursiva em Foucault

*Falamos a sua língua
mas não entendemos seu sermão
(Nando Reis)*

Tendo em vista que as categorias analíticas de um dado campo de saber modificam-se no decorrer do tempo, tecemos algumas considerações acerca do conceito de formação discursiva (doravante f.d), por ser esse conceito basilar para as análises do nosso *corpus*, haja vista a sua íntima relação com as questões concernentes ao sujeito, ao interdiscurso e à história.

A formulação do conceito de f.d em Foucault está desenvolvida, principalmente, na Arqueologia do Saber, publicado em 1969. Em trabalhos anteriores, como a História da Loucura e o Nascimento da Clínica, ele já havia analisado os mecanismos de constituição do saber da medicina e da loucura. Em As Palavras e as coisas, Foucault analisa a mudança dos saberes da época clássica para a época moderna (passagem do século XVIII ao século XIX) com relação aos temas da vida, do trabalho e da linguagem. Através dessa análise, ele aponta as relações entre **dizer** e **fazer**. Distanciando-se tanto da idéia de que a palavra é a coisa, como da concepção platônica de linguagem como representação, Foucault defende que a palavra institui a coisa, ou seja, se a linguagem se coloca em movimento pelos discursos, então, são esses discursos que instituem os objetos de que falamos; é a discursivização, o **falar sobre** que constitui o “referente”. Assim sendo, ele não procede a sua análise partindo do sujeito ou do objeto porque, para ele, esses elementos não existem *a priori*. Eles só vão existir a partir do momento em que forem constituídos por uma prática dentro de uma sociedade, como por exemplo, o corpo. Na Idade Média, o corpo do homem não era visto da mesma forma que no século XVIII, pelo fato de encontrar-se aquele momento histórico bastante determinado pelo teocentrismo, pelas superstições, etc., diferentemente do século XVIII no qual, com a descoberta da patologia, o corpo passa a ser visto como um conjunto de órgãos e a Medicina passa a discursivizá-lo, a fabricar práticas/dizeres sobre ele.

Esses diferentes saberes nasceram, pois, de práticas, de formas de organização. É nessa perspectiva de abordagem em que se inserem as idéias desenvolvidas na Arqueologia do

Saber, as quais, a princípio, constituiriam o prefácio de *As palavras e as coisas*. Segundo Gregolin (2003, p. 27), a *Arqueologia do saber* é um livro de caráter teórico-metodológico, em que o autor reflete sobre seus trabalhos anteriores e sistematiza uma série de conceitos basilares para a abordagem do discurso. Sua preocupação fundamental, nesse momento, é a de analisar as condições de possibilidade dos discursos. Assim, para a construção do conceito de formação discursiva, Foucault vai operar construindo os conceitos pela negativa, tendo sempre em vista seu objetivo de descrever os mecanismos de constituição das “ciências do homem”. Interessava-lhe, pois, saber o que são esses domínios, essas massas enigmáticas que chamamos **a Medicina, a Gramática, a Economia política** etc.

É, pois, da colocação de tais questões de onde vem o conceito de formação discursiva de Foucault (1997a). Para ele, os discursos são uma dispersão, ou seja, são formados por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade *a priori*, cabendo à Análise do Discurso descrever essa dispersão, buscando as “regras de formação” que regem a formação dos discursos. Assim, para o autor:

Sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma formação discursiva” (1997a, p. 43).

Em Foucault, as regras que determinam uma formação discursiva apresentam-se, pois, como um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias. Todos esses elementos caracterizam a formação discursiva em sua singularidade, possibilitando a passagem da dispersão para a regularidade.³⁷

Para Foucault a formação discursiva é vista como um conjunto de enunciados que não se reduzem a objetos lingüísticos, tal como as proposições, atos de fala ou frases, mas submetidos a uma mesma regularidade e dispersão na forma de uma ideologia, ciência, teoria, etc. Dito de outro modo, para o filósofo francês o que garante a unidade de um discurso clínico, por exemplo, não é a sua linearidade formal – sintática ou semântica -, mas algo comparável a uma diversidade de instâncias enunciativas simultâneas (protocolos de experiências, regulamentos administrativos, políticas de saúde pública etc). Michel Foucault chama de *écart* enunciativo a regra de formação (as modalidades enunciativas) dos

³⁷ Na *Arqueologia do Saber*, a colocação do conceito de formação discursiva aí não se esgota. Ele vai, em seguida, esmiuçar cada um desses elementos componentes da noção de f.d: formação dos objetos, das modalidades enunciativas, dos conceitos, das estratégias, etc.

enunciados na sua heterogeneidade, na sua impossibilidade de se integrar a uma única cadeia sintática.

Foucault estabelecia as relações entre os dizeres e os fazeres, apontando para a não-autonomia das práticas discursivas, não abordando as questões de luta de classes e ideologia na mesma perspectiva do marxismo. Para o marxismo, o motor da história é a luta de classes, cujos embates ocorrem continuamente até ocorrer uma revolução que promoveria uma ruptura na estrutura da sociedade, cujo resultado último seria o desaparecimento da classe dominante enquanto tal. Para Marx, a construção de uma sociedade comunista (sociedade sem classes, portanto, sem exploração do homem pelo homem) seria o grande desafio (fim) histórico da classe trabalhadora. Foucault, por sua vez, contesta essa concepção de história como continuidade, discorda da idéia de ruptura, concebendo a idéia de acontecimento histórico não como “ruptura”, mas como “irrupção”. Ao invés de ideologia, ele trabalha com a constituição de saberes/poderes, os quais, segundo ele, não passariam necessariamente pela questão das classes sociais e não estariam necessariamente determinados, nem mesmo em “última instância” pelos fatores econômicos:

La noción de ideología me parece difícilmente utilizable por tres razones. La primera es que, se quiera o no, está siempre en oposición virtual a algo que sería la verdad. Ahora bien, yo creo que el problema no está en hacer la partición entre lo que, en un discurso, evidencia la cientificidad y la verdad y lo que evidencia otra cosa, sino ver históricamente cómo se producen los efectos de verdad en el interior de los discursos que no son en sí mismos ni verdaderos ni falsos. Segundo inconveniente, es que se refiere, pienso, necesariamente a algo como a un sujeto. Y tercero, la ideología está en posición secundaria respecto a algo que debe funcionar para ella como infraestructura o determinante económico, material, etc. Por estas três razones, creo que es una noción que no puede ser utilizada **sin precaución**” (grifos nossos). (FOUCAULT apud GALLARDO, 1989, p. 1).

Assim, Foucault concebe as formações discursivas não em termos de ideologia, termo profundamente marcado historicamente pelo viés marxista de posições no tocante à luta de classes, mas em termos de saberes/poderes. Ele refuta tanto o termo **ideologia** como **cultura**, os quais minimizariam a dimensão discursiva em prol de vagas “representações”. Além disso, assim como as noções de “ciência” e de “teoria”, essas palavras evocam de uma ou de outra forma uma tendência a pares opositivos do tipo **ciência/verdade**, **ideologia/erro** ou algo a que concebia como o sonho de uma transparência do saber livre de “falsas representações” ou “falsas consciências”. As produções discursivas para Foucault são muito mais que « representações » visto que são elas as ferramentas efetivas de controle e de (trans)

formação dos indivíduos.

Tal perspectiva foucaultina era contestada pelos marxistas authusserianos. Dominique Lecourt, por exemplo, em *Sur l'archeologie du savoir. A propos de Michel Foucault* (1970) critica Foucault no tocante ao que chama de “pontos de fuga” acusando-o de desenvolver um discurso paralelo.³⁸

Nesse sentido, é somente considerando esse contexto epistemológico, teórico e político tenso, que se torna possível compreender as questões mais profundas que estavam na base das diferenças em torno da questão da formação discursiva entre Foucault e o grupo de Michel Pêcheux.

3.1.1. Sujeito e identidade em Foucault

*Chame nome
Rasgue o verbo
Somos todos
figuras de linguagem
(Flora Fontelles)*

Na esteira da questão da formação discursiva em Foucault está a relação desta com o discurso e o Sujeito. Embora tenha discorrido em toda a sua obra sobre a problemática dos poderes/saberes na sociedade, sua preocupação não era propriamente com o poder. O objetivo central dos seus estudos foi “produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano em nossa cultura”. Assim, sua abordagem em torno dessa questão está diretamente relacionada com a sua crítica às chamadas “analíticas da finitude”, quais sejam: a fenomenologia, o positivismo e o marxismo, as quais se propuseram a definir o homem por meio da análise de seu corpo, da história da produção ou das suas relações empíricas como responsáveis pelo que ele é em sua “essência”. Para Foucault, a perspectiva dessas analíticas da finitude acabou por cair num “sono antropológico”, ou seja, o sujeito é constituído, mas a filosofia até o século XIX quis apresentá-lo como constituinte, como um *cogito* de tipo cartesiano, um sujeito agenciador, senhor dos seus atos. Contrariamente, para ele, o sujeito foi sendo constituído por longos, árduos e conflituosos acontecimentos

³⁸ Leia-se discurso paralelo em relação ao que denominavam de “o grande método”: a dialética, no seio do paradigma marxista. Pêcheux também utilizava essa designação para referir-se à dialética. Em *A Língua Inatingível* (2004, p. 33), citando Bertold Brecht, diz que “não se pode aceder ao **grande método** sem humor”. (Grifos nossos).

discursivos, epistêmicos e práticos”³⁹. Assim, como seu propósito era construir uma história do presente, constrói uma arqueogenealogia do sujeito, analisando três modos de objetivação deste, a partir de certas práticas: a) práticas objetivadoras, as quais permitem pensar um sujeito normalizável como objeto da ciência; b) práticas discursivas que cumprem o papel de fundadoras epistêmicas e c) práticas subjetivadoras, por meio das quais o sujeito pode pensar-se enquanto tal, tais como a prática da confissão, da psicanálise etc.

Nesse sentido, para Foucault, o sujeito não existe *a priori*, nem sua origem, nem sua suposta essência imanentista. Não há, pois, nenhum tipo de essência identitária *per si*. A identidade do sujeito é uma construção histórica, temporal, datada e como tal, fadada ao desaparecimento. O sujeito, para Foucault é disperso, descontínuo, é uma função neutra, vazia, podendo adquirir diversas posições, inclusive a de autor⁴⁰: “somos seres de linguagem e não seres que possuem linguagem” (Foucault, 2000, p. 20 a 21).

O primeiro efeito da abordagem foucaultiana é, pois, o de desapaosar o sujeito do papel central que lhe era atribuído na tradição cartesiana. O Sujeito já não é mais um *je tout-puissant*, que assume os enunciados: são, inversamente, os enunciados que se impõem a ele em função das diferentes posições que ocupa. Os enunciados são, portanto, produtos de uma multiplicidade de lugares institucionais que coagem fortemente o seu dizer:

A unidade de uma formação discursiva não é a manifestação majestosamente desenvolvida de um sujeito que pensa, que conhece e que diz: é, ao contrário, um conjunto onde se pode determinar a dispersão do sujeito e sua descontinuidade consigo (FOUCAULT, 2000, p. 74).

O projeto mesmo de M. Foucault é, aliás, uma história do condicionamento do indivíduo pelas instituições. (DREYFUS e RABINOW, 1995, p.155). Assim, o que ele chama de **subjetividade** aparece como o resultante das « disciplinas », mediante as quais o Sujeito moderno se constitui por intermédio das práticas objetivadoras que o fundam como objeto de saber/poder/dizer e o cuidado de si (ligado às práticas de confissão religiosa, de exame de consciência etc).

³⁹ Cf. Araújo, I.L. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000, p. 87 a 122.

⁴⁰ Ver FOUCAULT. **O que é um autor**. Lisboa: Veja, 1992.

3.2. “Foucautear o que há de bom” ou de como as paralelas se encontram na infinita *highway* da AD

Quando Pêcheux, segundo ele próprio, traz para a AD a noção de formação discursiva, ele faz as readaptações relacionando tal conceito à questão da ideologia e da luta de classes. Tratava-se, segundo o próprio Pêcheux de extrair da noção de Foucault o que “ela tinha de materialista e revolucionária” (1990d)⁴¹, justamente a concepção de discurso como prática. Assim definem Haroche, Pêcheux e Henry (1971), a formação discursiva: “é aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc).

Aqui, são bastante perceptíveis duas bases epistemológicas fundamentais na teoria de Michel Pêcheux: por um lado, a necessidade de pertencimento às teses althusserianas que associa as condições do dizível diretamente à luta de classes e à ideologia, e por outro, a perspectiva de fulcro na Lingüística, onde se faz presente a questão dos gêneros do discurso, um dos componentes da materialidade lingüística. A noção de f.d em Pêcheux *et al*, embora abra visivelmente espaço para a questão do gênero do discurso, o foco continua sendo o aspecto da “posição” do sujeito na (da) f.d.

No entanto, observa-se, também, uma reelaboração das teses althusserianas, principalmente no que diz respeito à interpelação do sujeito pela ideologia. Em *Les Verités de la Palice*, (1975), Pêcheux coloca a problemática da teoria materialista dos processos discursivos sob o signo das condições ideológicas de **reprodução/transformação** das relações de produção. Ao acentuar a questão da transformação, ele está operando claramente um redimensionamento das teses althusserianas, no sentido da não-univocidade da f.d, apontando para a sua heterogeneidade. Em *Rémontons de Foucault a Spinoza* (1990d), Pêcheux rediscute a noção de ideologia, abrindo espaço para a questão das fronteiras maleáveis da formação discursiva.

Naquilo que concerne à ideologia, corresponde ao fato de que os aparelhos ideológicos do estado são, por sua própria natureza plurais: eles não formam um bloco ou uma lista homogênea, mas existem dentro de relações de contradição-desigualdade-subordinação tais que suas propriedades regionais (sua especialização. nos domínios da religião, do conhecimento, da moral, do direito, da política, etc) contribuem desigualmente para o

41 PÊCHEUX, M. *Remontons de Foucault à Spinoza*. In: MALDIDIER, D. *L’Inquiétude du discours*. Paris: Éditions des Cendres, 1990d.

desenvolvimento da luta ideológica entre as duas classes antagonistas, intervindo desigualmente na reprodução ou na transformação das condições de produção. (PÊCHEUX, 1990d, p.54).

Pêcheux opera, pois, com a categoria marxista da contradição dos “dois mundos em um só”, de que “o gérmen do novo está dentro do velho”, ou na reformulação de Lênin: “o um se divide em dois”, o que significa que “uma ideologia não é idêntica a si mesma, ela só existe sob a modalidade da divisão, e não se realiza a não ser na contradição que com ela organiza a unidade e a luta dos contrários” (PÊCHEUX, op.cit., p. 55).

Isso quer dizer que a f.d é uma unidade dividida, a qual, embora seja passível de descrição por suas regras de formação, por suas regularidades, ela não é una, mas heterogênea, não de forma acidental, mas constitutiva. Assim, no interior de uma mesma f.d. coabitam vozes dissonantes que se cruzam, entrecruzam, dialogam, opõem-se, aproximam-se, divergem, existindo, pois, espaço para a divergência, para as diferenças, pois uma f.d é “constitutivamente freqüentada por seu outro” (PÊCHEUX, 1997c, p. 57).

A grande consequência da instalação do outro na f.d é justamente a concepção de sujeito que daí decorre. O intuito de Pêcheux era constituir uma teoria não subjetivista do sujeito para a qual operam necessariamente a ideologia e o inconsciente.

De acordo com essas afirmações, verifica-se ainda, uma forte tendência althusseriana de colar o sujeito na formação discursiva, apontando para uma unicidade entre o sujeito e a f.d. Entretanto, em outro capítulo do mesmo livro, Pêcheux introduz outras modalidades de tensão entre o sujeito e a formação discursiva, das modalidades das tomadas de posição, quais sejam:

- a) A **superposição** entre o sujeito do discurso e o sujeito universal que revela uma identificação plena do sujeito do discurso com a forma-sujeito da f.d, a qual marca a reduplicação da identificação. Essa superposição caracteriza o discurso do “bom sujeito” que reflete espontaneamente o sujeito;
- b) Situação em que a tomada de posição do sujeito contrapõe-se ao sujeito universal. Essa modalidade consiste em uma **separação** (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta em relação à forma-sujeito);
- c) A **desidentificação**, ou seja, uma tomada não subjetiva que conduz ao trabalho de transformação-deslocamento da forma-sujeito. Trata-se, segundo Pêcheux, de um processo subjetivo no qual a interpelação ideológica continua a funcionar. mas contra si mesma. (PÊCHEUX, 1997c, p. 214 a 218). (grifos nossos).

Assim, para o autor, essa desidentificação funciona como uma espécie de interpelação ideológica às avessas. Para Pêcheux, “essa desidentificação não implica num apagamento do sujeito: o sentido não ‘morre’, o sujeito não desaparece. A repercussão consiste num trabalho na e sobre a forma-sujeito do discurso”.

Nesse sentido, quando, por exemplo, o folheto constrói a identidade de Juazeiro como, “terra santa”, “terra de oração”, atribuindo uma pretensa homogeneidade identitária a essa localidade, qualquer sujeito que não assuma tais prerrogativas seria um sujeito desidentificado com o que seria a sua formação discursiva, seria um “mau-sujeito” (PÊCHEUX, 1997c, p. 219).

O que se observa nesses postulados pecheutianos acerca do sujeito e da f.d é uma ferida na univocidade do sujeito. Ou seja, no interior de uma mesma f.d há espaço para o confronto, a divergência, a contra-identificação do sujeito, o que confirma a sua heterogeneidade constitutiva. O sujeito, aqui, já se encontra clivado, atravessado constitutivamente pelo outro e não, totalmente assujeitado, como em Althusser.

De acordo com Guilhaumou (2004), a noção de f.d sofreu um declínio no escopo da Análise do Discurso, na década de 80. Tal fenômeno possivelmente esteja relacionado ao movimento de “desmarxização” das ciências humanas desse período. Somente agora, 20 anos mais tarde, ele vem sendo novamente tema de debates no interior da AD tanto na França como no Brasil.⁴² Um movimento fundamental, nesse sentido, foi feito por Courtine, cujo trabalho de 1981 vai operar uma leitura tanto de Pêcheux como de Foucault no tocante a questões basilares desse campo.

Aproximando, pois, as duas abordagens de f.d feitas entre Pêcheux e Foucault, Courtine (1981) concebe a formação discursiva como fronteiras que se deslocam e cujo movimento é impulsionado pela **memória discursiva**, propondo, pois, a articulação entre dois modos de existência do discurso como objeto de análise:

- o **nível do enunciado** que diz respeito ao sistema de formação dos enunciados que englobam “um feixe complexo de relações funcionando como regra. Nesse sentido, tal sistema determinaria “o que pode e deve ser dito” por um sujeito

42 Ver, por exemplo: BARONAS, R. L. **Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade** In: Vanice Maria Sargentini; Pedro Navarro Barbosa. (Org.). **Michel Foucault e os domínios da linguagem**. São Carlos SP: Claraluz Editora, 2004; SARGENTINI, V. **A noção de formação discursiva: uma relação estreita com o corpus na análise do discurso**. Anais do II SEAD. Porto Alegre, 2005, disponível em www.discurso.ufrgs.br/sead/doc/vanicesargentini.pdf, GREGOLIN, M.R. **Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades**. Anais do II SEAD. Porto Alegre, 2005. Disponível em <http://www.discurso.ufrgs.br/sead/doc/rosariogregolin.pdf> e INDURSKY, F. **Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela ?** ANAIS do II SEAD. Porto Alegre, 2005, disponível em www.discurso.ufrgs.br/sead/doc/freda.pdf.

falante inserido num determinado lugar, numa determinada conjuntura, no interdiscurso de uma f.d. Esse nível, para o autor é o lugar da constituição da “matriz do sentido” de uma dada f.d no plano dos processos históricos de formação, transformação e reprodução dos enunciados. Esse nível se situa, ainda, no plano das “regularidades pré-terminais”, aquém da coerência horizontal, visível, dos elementos formados e

- o nível da formulação que se refere ao que o autor denomina “estado terminal do discurso” onde os enunciados manifestam certa “coerência visível horizontal”. Trata-se do intradiscurso em que a seqüência discursiva existe como discurso **concreto** no interior do “feixe complexo” de relações de um sistema de formação. (COURTINE, 1999, p. 18).

Nessa perspectiva, segundo o autor, os discursos devem ser analisados articulando o intradiscurso e o interdiscurso, noção profundamente importante para a AD, visto estar relacionada com outras questões cardeais, tais como: a memória discursiva, que aprofunda a relação da linguagem com os processos sócio-históricos e também com a questão da não-evidência do sentido.

É, portanto, considerando a perspectiva foucaultiana de conceber os enunciados efetivamente produzidos, como um acontecimento discursivo, como um nó em uma rede de dizeres, considerando o tema das eleições de 2000 em Juazeiro, em que inserimos a análise dos folhetos, cujas construções identitárias, de subjetividades, estão diretamente relacionadas a esse batimento intersticial entre o já-dito e o jamais-dito.

É, pois, na perspectiva aberta por este autor, que consideramos adequado falar de formação discursiva, no entanto, com as “precauções” pertinentes. Pensamos que as abordagens de ambos os autores não se excluem, ao contrário, complementam-se, dependendo do *corpus* a ser analisado e dos objetivos do analista. Em *Rémontons de Foucault a Spinoza* (1990d), Pêcheux fala da f.d, com base nos princípios leninistas dos complexos co-dominantes, da divisão de dois mundos em um só. No entanto, as relações sociais no mundo contemporâneo se complexificaram. Os mundos são muito mais que “dois”. Entre as classes sociais existem muitos extratos de classes, outras questões identitárias que envolvem os processos de identificação ideológica. E o discurso, como materialidade desses processos ideológicos, é constantemente atravessado, entrecortado por outros discursos, pelo discurso do Outro, que afeta constantemente o sujeito, o qual deslinda-se, desliza, se vela, se mostra, se mascara, se transforma, como um camaleão, não sendo nunca idêntico a si mesmo, nem à sua

formação discursiva, senão como **efeito de identificação**. O próprio Pêcheux vai refletir sobre essas mudanças de materialidades discursivas, como, por exemplo, em *Discurso: estrutura ou acontecimento* (1997b), aprofunda a questão da instabilidade da f.d, analisando o enunciado *on a gagné*, tradicional grito de guerra das torcidas organizadas de futebol na França, pronunciado por ocasião e em comemoração à vitória eleitoral de François Mitterand, em 1981. Pêcheux analisava, nesse momento, os deslizamentos dos sentidos nessa operação, que demonstravam os mecanismos pelos quais o discurso político começava a incorporar elementos do discurso midiático, apontando para a sua “espetacularização”, e colocando a necessidade de se compreender os regimes contemporâneos de discursividade, quando as “línguas de madeira” da política, por exemplo, começavam a absorver elementos das “línguas de vento” (discurso da mídia, da publicidade etc).

Tendo em conta, pois, a complexidade da noção de f.d, falaremos, neste trabalho, de **formações discursivas** do ponto de vista de um certo “posicionamento” ideológico, concebendo, no entanto, a ideologia como elemento constitutivo dos processos de produção dos sentidos, e não como “visão de mundo” ou em oposição à ciência. É nesse sentido que podemos falar de “discurso misógino”, “discurso anti-comunista”, considerando, no entanto, que essas “tomadas de posição” não são, em absoluto, fechadas, ao contrário, todos esses discursos relacionam-se entre si, clivam-se, cindem-se, traspagam-se, interpenetram-se, num processo ininterrupto de interdiscursividade.

3.3 História, memória e interdiscurso

*Diga qual a palavra
que nunca foi dita
(Milton Nascimento)*

Para Courtine (2006, p. 88), o discurso político é um lugar de memória e a memória é um poder. O autor toma de empréstimo um termo de Nora, que assim define o lugar de memória:

O que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar [...]. À medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da

história. (NORA, 1993: p. 15).⁴³

No entanto, quando Courtine (1999a, p. 72) discute a questão da memória, ele o faz na perspectiva do que chama de memória discursiva. Partindo do ponto de vista do enunciado como “acontecimento discursivo”, a memória discursiva é concebida, pois, como a articulação entre singularidade e repetição. Tudo que é dito é necessário que já tenha sido dito, sendo que esse dizer jamais é repetido. É necessário que algo já tenha sido dito e esquecido, apagando-se certos sentidos para assim, ressurgir e fazer outros sentidos. O que ouvimos, pois, são apenas ecos, fragmentos de coisas já-ditas. “O novo não está, pois, no que é dito, mas no acontecimento à sua volta.” (FOUCAULT, 2000, p. 26).

O sujeito que enuncia o faz de um lugar social, sócio-histórico, funcionando como porta-voz dos discursos. Daí deriva a ilusão de univocidade do sujeito e das formações discursivas. No entanto, essa univocidade é desfeita no momento em que se inicia o trabalho de desenredar os fios descontínuos e ininterruptos tecidos pelos discursos. Isso quer dizer que as formações discursivas não são homogêneas, ao contrário, elas são traspassadas, entrecortadas por saberes/dizeres produzidos em outras regiões, cujos sentidos são deslocados, dialogam, parafraseam-se, transformando-se, reelaborando-se, fazendo com que todos os trajetos de uma região a outra pareçam possíveis. Elas são recuperáveis por meio do interdiscurso, da memória discursiva, definida por Pêcheux (1999a, p. 54) como:

Aquilo que, em face de um **texto que surge como acontecimento a ler**, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc), de que sua própria leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (aspas do autor, grifos nossos).

Assim, todo dito é um já dito em outro lugar, que atua de forma decisiva no processo de memória/esquecimento, responsável pela ativação de determinadas representações, culturalmente construídas, arquivadas numa memória discursiva, cultural, sócio-histórica e responsáveis pela produção e interpretação dos efeitos de sentidos produzidos nos diversos enunciados. Para Courtine (1999, p.16):

A memória concerne à existência histórica do enunciado, no seio de práticas discursivas [...], capaz de dar origem a atos novos, no sentido de que toda a produção discursiva acontece numa conjuntura dada e coloca em movimento formulações anteriores já enunciadas.

⁴³ Tradução nossa.

Para Pêcheux (1999, p. 56), a memória não pode ser concebida como um esfera plana, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório. Ao contrário, a memória é necessariamente um espaço móvel de divisões, disjunções, deslocamentos e retomadas, conflitos de regularização. Um espaço de desdobramentos, réplicas polêmicas e contra-discursos.

É, pois, considerando os dois folhetos de cordel como “acontecimentos a ler” que os analisamos na perspectiva discursiva, cujos sentidos são tecidos considerando que possuem uma memória e uma atualidade, sendo, pois, esse aspecto que constitui esses documentos como “monumentos”. Segundo Foucault (1999a, p. 54), todo enunciado atua no domínio de memória que constitui a “exterioridade do enunciável para o sujeito enunciator na formação dos enunciados ‘pré-construídos’ de que sua enunciação apropria-se.”

A memória, na perspectiva da AD não é concebida, pois, no sentido psicológico, de memória individual, mas presumida pelo enunciado enquanto inscrito na história.⁴⁴

Até o século XIX, a noção de história relacionada à língua pressupunha sempre uma dimensão temporal, expressa na forma de cronologia e/ou de evolução, acentuando um forte sentido de exterioridade de uma com relação à outra: a língua como produto da história, por exemplo. A partir da própria fundação da Lingüística como ciência, com a noção de língua como sistema, já não é mais possível colocar a história como algo exterior, complementar ou em relação de causa e efeito com o sistema lingüístico. Com a Análise do Discurso, essa relação umbilical da língua com a história é aprofundada, tornando-se **constitutiva**. Quando se pensa numa temporalidade, na perspectiva da AD, trata-se de uma temporalidade interna, ou seja, não se pensa a história como algo exterior que “se reflete” no texto. Não se parte da história para o texto, como nas análises de conteúdo, mas se considera o texto como materialidade histórica. Trata-se, pois, de verificar, não a historicidade refletida no texto, mas de compreender como a materialidade verbal (ou imagética ou sonora, dependendo do *corpus* a ser analisado) produz sentidos, conforme afirma Orlandi (2004, p. 55): “são, pois, os meandros do texto, o seu acontecimento como discurso, a sua “*mise-en-oeuvre*”, como dizem os franceses, ou, como podemos dizer, o trabalho dos sentidos nele, que chamamos historicidade.”

44 Sobre as relações da abordagem foucaultiana da Análise do Discurso com a história, ver GREGOLIN, M.R. **Michel Foucault: o discurso nas tramas da história**. In: FERNANDES, C.A e SANTOS, J.B.C. **Análise do Discurso: unidade e dispersão**. Uberlândia: Entremeios, 2004a.

3.4 A língua fazendo gênero

*O que se ouve soar na palavra
é o eco do gênero em sua totalidade
(Bakhtin)*

É antiga a tentativa de classificar a atividade verbal humana em gêneros. Já em Platão, no livro III da República, ele divide a *mimese* (representação literária da vida) em três modalidades: a épica, a lírica e a dramática. Também Aristóteles discutiu a sistematização dos gêneros. Na *Arte Retórica* propôs três gêneros retóricos: (o deliberativo, o judiciário e o epidítico); e na *Arte Poética*, propôs uma extensa classificação dos gêneros poéticos, enfatizando, sobretudo, a tragédia e a epopéia.

Foi, no entanto, o Círculo de Bakhtin que estabeleceu alguns paradigmas importantes para a compreensão dos gêneros do discurso, que, em linhas gerais, permanecem bastante frutíferos e atuais. A diferença básica da abordagem bakhtiniana de gênero em relação às teorias clássicas encontra-se no fato de que a maioria dessas teorias focavam sua atenção nos aspectos formais. Já para o Círculo de Bakhtin, o foco central da questão dos gêneros não está no produto (as formas), mas principalmente, no processo de produção das formas verbais.⁴⁵ O ponto de partida de Bakhtin é o de que há uma relação orgânica entre a linguagem e a atividade humana. Para ele, todas as esferas da atividade social (jurídica, política, literária, etc.) efetuam-se na forma de enunciados, os quais emanam dessas esferas, articulando o conteúdo temático, o estilo verbal (operação com os recursos da língua - lexicais, gramaticais, sintáticos etc.) e, principalmente, a construção composicional. Para Bakhtin (1997, p. 279): “Esses três elementos: (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolúvelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera da comunicação.”

Tais pressupostos coadunam-se, **em certa medida**, com o pensamento de Foucault (2000)⁴⁶ quando afirma que não podemos dizer tudo, a todo tempo, em qualquer lugar. Existem coerções para a atividade verbal humana. Quando enunciamos, quando

45 Embora muitas teorias clássicas considerassem a questão dos gêneros mais por suas propriedades formais, e, portanto, numa perspectiva, muitas vezes, normativa (de onde advém a crítica do Romantismo à Estética clássica), cumpre destacar que Aristóteles, quanto à questão dos gêneros, não separava forma, função e atividades sociais em que ocorriam.

46 Logicamente Foucault não pensa em termos de “comunicação”, mas nos processos de coerção do **dizer/fazer**, visto que concebe o discurso como práticas discursivas. Quando colocamos em diálogo autores de tradições tão diversas, o fazemos apenas em aspectos pontuais em que suas teorias se tocam, guardando, entretanto, todas as devidas diferenças epistemológicas.

entramos na “ordem do discurso”, inscrevemo-nos num jogo sócio-histórico, com suas regras que funcionam como mecanismos de coação do dizer. Isso significa, também, que há, por outro lado, determinadas formas cristalizadas da atividade verbal. Seria impossível a constituição de uma cultura letrada, se a cada ato enunciativo fosse criado um novo gênero. Essas formas relativamente estabilizadas da linguagem são a garantia da permanência da própria história humana. Assim, para Bakhtin (1997, p. 279), “qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*. (grifos do autor).

Esses tipos, não são, no entanto, estáticos. Ao contrário, eles se modificam, se interpenetram, desaparecem. Ao afirmar que os gêneros são tipos “relativamente estáveis”, Bakhtin vai acentuar, de um lado, a historicidade do gênero e, de outro, a necessária imprecisão de suas características e fronteiras. Dada a heterogeneidade da linguagem, os gêneros encontram-se, também, em constante negociação e interfuncionalidade.⁴⁷

O *gênero* é, pois, uma força aglutinadora e estabilizadora dentro de uma determinada “região do dizer”, é um certo modo de organizar idéias, meios e recursos expressivos, suficientemente estratificado numa cultura, de modo a garantir a comunicabilidade dos produtos e a continuidade dessa forma junto às comunidades de enunciadores futuros. Num certo sentido, é o gênero que orienta todo o uso da linguagem no âmbito de um determinado meio, pois é nele que se manifestam as tendências expressivas mais estáveis e mais organizadas deste, acumuladas ao longo de várias gerações de enunciadores. Mas não se deve extrair daí a conclusão de que o gênero é necessariamente conservador. Por estarem inseridas na dinâmica de uma cultura, as tendências que preferencialmente se manifestam num gênero não se conservam *ad infinitum*, mas funcionam nesta relação tensa, dialética, entre a contínua transformação e a tentativa de estabilização.

Bakhtin (1997, p. 281) classifica, ainda, os gêneros como primário (simples) e secundário (complexo). O primeiro constitui-se em circunstâncias de uma comunicação verbal espontânea. São as conversações ordinárias, familiares, etc. O segundo, constitui-se no contexto de uma produção cultural mais complexa, mais elaborada, principalmente escrita: artística, científica, sócio-política etc. Os gêneros secundários, ao absorverem e transmutarem os gêneros primários em secundários, transformam o regime de materialidade.

47 A propósito do entrelaçamento dos gêneros do discurso, ver GREGOLIN, M.R.V. **Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria?** In GREGOLIN, M.R.V e BARONAS, R. (orgs.). **As materialidades do sentido**. 2 ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2003.

Tais elementos vão ao encontro, ainda, das elaborações de Roger Chartier. Esse autor, em diversas obras sobre a história da leitura, demonstra que, no processo de constituição da interpretação, onde se articulam autores, textos e leitores, o conteúdo, denominado pelo autor de *mise en texte* (1999, p. 23) do material que se dá a ler não pode ser desvinculado da sua materialidade, do *mise en livre/mise en page* (Op.Cit, o 24), ou seja, a colocação dos tipos, o tipo de impressão, a hierarquização dos seus elementos etc, oferecem ao leitor determinados **protocolos de leitura**. Em outras palavras, no processo de produção/recepção de determinado conteúdo de leitura, é importante levar em consideração também as materialidades, as quais, participam elas mesmas do processo de produção dos sentidos.⁴⁸

Assim sendo, podemos perceber que o gênero também é uma das dimensões da discursividade, visto que funciona como um dos elementos da formação discursiva. Determinadas “regiões do dizer” utilizam-se de materialidades específicas. Por exemplo, o campo político-eleitoral utiliza-se, comumente, de panfletos, manifestos, cartazes, *outdoors*, pequenos impressos contendo convites para atividades políticas, anteriormente denominados “mosquitos” (atualmente *fly*). No entanto, partindo do pressuposto foucaultiano de que os discursos são uma dispersão, bem como do pressuposto bakhtiniano de que os gêneros não são estáveis, consideramos que essa dispersão do discurso político ocorre também quanto ao material de publicidade político-eleitoral.

Consideramos que tais pressupostos acerca dos gêneros são importantes à medida que o nosso *corpus* constitui-se, basicamente de uma forma cristalizadas na sociedade atual: o folheto de cordel e, como *corpus* de apoio, panfletos de propaganda político-eleitoral e um texto veiculado na imprensa. Pretendemos, com a análise de tais textos, demonstrar, também, essas fronteiras fluidas dos gêneros do discurso, cujos elementos decisivos são justamente os aspectos sócio-históricos no qual determinada materialidade verbal se insere, nunca *a priori*, mas na sua realização enunciativa. Veremos, como, no contexto de uma eleição, o material mais discursivizado, ou seja, mais comentado, polemizado, rebatido, foi um folheto de cordel. Em hipótese alguma, pretendemos ter as respostas, muito menos definitivas para tal questão. No entanto, consideramos que alguns elementos sócio-históricos agem como determinantes do dizer, inclusive da forma de dizer, o que pode nos servir de base para uma reflexão nesse sentido, tendo em vista que o material analisado é composto de textos sincréticos, ou seja, um

48 Cf. FERREIRA, L.C. Práticas de Leitura Contemporâneas: representações discursivas do leitor na revista Veja. Tese de doutorado. UNESP/FLCAR, 2006 e MILANEZ, Nílton. As aventuras do corpo: dos modos de subjetivação às memórias de si em revista impressa. Tese de Doutorado. UNESP/FLCAR, 2007.

híbrido de textos verbais e imagéticos.

De acordo com Souza (1998), no âmbito da leitura de imagens, há uma tendência a compreender o não-verbal em duas vertentes: ou se toma a imagem da mesma forma que o signo lingüístico, discutindo-lhe as questões relativas à arbitrariedade, à imitação, à referencialidade, ou se a toma nos traços específicos que a caracterizam, tais como extensão e distância, profundidade, verticalidade, estabilidade, cor, sombra, textura, etc., buscando-se a definição de que modo se dá a apreensão (ou leitura) da imagem naquilo que lhe seria específico.

Em ambos os casos, no entanto, acaba-se por propor para o estudo do não-verbal uma descrição formal da imagem, desconsiderando, assim, a materialidade significativa da imagem na sua dimensão discursiva. Ou seja, em geral, não se discutem nem os usos que vêm sendo feitos - como na mídia, por exemplo - da imagem, nem as possibilidades de interpretação da imagem social e historicamente determinadas.

Ao se pensar a imagem através do verbal, acaba-se por descrever, falar dela, dando lugar a um trabalho de segmentação. É comum a assertiva de que “uma imagem vale mais do que mil palavras”. A palavra fala da imagem, a descreve e traduz, mas geralmente não revela a sua matéria visual. Por isso mesmo, para Davidson (1984, p. 21 apud Souza, 1998), “uma imagem não vale mil palavras, ou outro número qualquer, visto que a palavra não pode ser a moeda de troca das imagens”. Para o autor, é a visualidade que permite a existência, a forma material da imagem e não necessariamente a sua co-relação com o verbal.

A não co-relação com o verbal, porém, não descarta o fato de que a imagem pode ser lida. Propriedades como a **representatividade**, garantida pela **referencialidade** sustentam, por um lado, a possibilidade de leitura da imagem e, por outro, reafirmam o seu *status* de linguagem. Ao se interpretar a imagem pelo olhar - e não através da palavra - apreende-se a sua matéria significativa em diferentes contextos. O resultado dessa interpretação é a produção de outras imagens (outros textos), produzidas pelo espectador a partir do caráter de incompletude inerente tanto à linguagem verbal como à não-verbal. Esse caráter de incompletude da imagem aponta, dentre outras coisas, para a sua recursividade. Quando se recorta pelo olhar um dos elementos constitutivos de uma imagem produz-se outra imagem, outro texto, sucessivamente e de forma plenamente infinita. A interpretação do texto não-verbal se efetiva, então, por esse efeito de sentidos que se institui entre o olhar, a imagem e a possibilidade do recorte, a partir das formações sociais em que se inscreve tanto o sujeito-autor do texto não-verbal, quanto o sujeito-espectador. Nesse caso, o discurso deixa antever o trabalho de um sincretismo de imagens (rede de

associações) de caráter sócio-histórico-ideológico. Trata-se, então, da questão dos implícitos no âmbito da imagem. As imagens implícitas funcionam como pistas, favorecendo a compreensão das associações de ordem ideológica (o discurso), ou favorecendo a compreensão da narratividade de uma publicidade, filme, etc, sem se ater exclusivamente ao verbal, mas buscando uma articulação num plano discursivo não-verbal e revelando a tessitura da imagem em sua heterogeneidade.⁴⁹

De acordo com Pêcheux, a imagem, é, nas sociedades contemporâneas, um forte operador de memória social, comportando no interior dela mesma um programa de leitura, um percurso discursivamente escrito em outro lugar. Para o autor, toca-se, aqui, no “efeito de repetição e reconhecimento que faz da imagem como que a recitação de um mito” (PÊCHEUX, 1999a, p. 51).

Segundo o autor (op. cit, p. 52), é por meio da memória coletiva, sócio-histórica, não só do verbal, como das imagens, que se chega à construção dos estereótipos.

Contemporaneamente, os estereótipos são estudados por Amossy (2005) e Maingueneau (2005) etc, mas numa abordagem pragmática. Embora Maingueneau (2005, p. 73 a 74) enuncie que “o discurso é um acontecimento inscrito em uma configuração sócio-histórica e não se pode dissociar a organização dos seus conteúdos e o modo de legitimação de sua cena discursiva”, ele parece não praticar essa perspectiva no momento das análises, atendo-se, pois, para tanto, no nível da enunciação.

De fato, todo ato de linguagem (verbal, imagético, icônico etc) é, em maior ou menor grau, um ato de disputa de poder, e a persuasão é uma das dimensões da linguagem. Na antiga Retórica, Aristóteles (s/d, p. 78) distinguia os aspectos da persuasão: *logos*, *pathos*, *ethos*. O orador deveria, para agir sobre o seu auditório dispor de argumentos válidos (*logos*), para produzir um efeito eficaz sobre esse auditório (*pathos*), mas também afirmar sua autoridade e construir uma “imagem de si” capaz de inspirar confiança. Aristoteles distinguia diversos *ethè*: a *phronesis* (ter um ar ponderado e especializado), a *eunoia* (propor uma imagem agradável de si) e a *arété* (apresentar-se como homem simples e sincero). Segundo Barthes, “o orador enuncia uma

49 Beltin (2006) propõe, em sua iconologia, uma espécie de “arqueologia das imagens” que articula as noções de imagem, meio e corpo. Para o autor, os corpos foram formatados em uma história cultural e representados através de mídias. As imagens são negociadas entre corpos e mídias, em virtude dos nossos corpos sempre carregarem sempre uma identidade coletiva. O *media* é polissêmico e polivalente e as imagens não apenas refletem um mundo exterior, mas representam estruturas essenciais de nosso pensamento. Citando Flusser, o autor afirma que a imagem não apenas reflete a realidade, mas a cria, “ela intervém entre o mundo e nós [...] e, ao mesmo tempo, nos faz viver no mundo”.

informação e ao mesmo tempo ele diz: ‘eu sou isso, não sou aquilo’. Dito de outra forma, são os ‘ares’ que se dá o locutor por seu discurso.” (Barthes 1984 : 212). O *ethos* é, pois, uma maneira de dizer que diz sobre uma maneira de ser.

De acordo com Maingueneau (2005), o *ethos* não é dito explicitamente, ele é antes de tudo mostrado. Ao que Barthes denominou de **ares**, o autor denomina de **tom**⁵⁰. De acordo com Maingueneau (1989, p. 45):

O que é dito e o tom como é dito são igualmente importantes e inseparáveis. Eles se impõem àquele que, no seu interior, ocupa um lugar de enunciação, fazendo parte integrante da formação discursiva, ao mesmo título que as outras dimensões da discursividade.

Por outro lado, para desqualificar um discurso oponente, constrói-se um anti-fiador que funciona como antiethos (Maingueneau, 2005, p. 79), ou seja, o anti-modelo, a anti-imagem do Outro, a qual conduz o “auditório” a se desidentificar, a recusar essa representação.

Consideramos, pois, a persuasão como uma das dimensões da linguagem. No entanto, como nos situamos no terreno da Análise do Discurso, “disciplina” que concebe o discurso como os efeitos da língua inscritos na história e sujeitos, constitutivamente a falhas, a equívocos, fazendo com que, assim como “mentira de água é matar a sede” (Vital Farias), o discurso não “convença”. Da concepção de discurso deriva, também, a concepção de sujeito como construção sócio-histórico-ideológica (Pêcheux), e como uma posição vazia, neutra, dispersiva (Foucault), não nos sendo, pois, possível, assumir a perspectiva de um sujeito que “escolhe” as suas “estratégias” de persuasão para “convencer” o seu “auditório”. Os estereótipos constituem-se, portanto, como representações sociais, os quais são significados num dado regime de discursividade constituído em determinados momentos, variando muito de uma a outra cultura.

Para a leitura das imagens, na perspectiva de análise dessas no sentido da memória e do interdiscurso, recorreremos, ainda, à noção de **intericonicidade** de Courtine (2005, 2006)⁵¹

50 Uma noção de tom bastante similar a essa idéia de *ethos* desenvolvida por Maingueneau já estava desenvolvida em Bakhtin em **Os Gêneros do Discurso**. In: **Estética da criação verbal**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

51 Da mesma forma que existem palavras sobre as palavras, existem imagens sobre as imagens. (Tradução nossa). O autor ainda não publicou suas elaborações a esse propósito. Tais observações são frutos dos seus seminários na Sorbonne-Paris IV – Saint Jacques, de outubro de 2005 a fevereiro de 2006 e de conferência proferida em São Carlos, por ocasião do I CIAD – Congresso Internacional de Análise do Discurso, em 26 de

a qual, seguindo o princípio da interdiscursividade, seria a relação que o elemento icônico mantém com outros anteriormente realizados, no sentido de ativar/recalcar dizeres já-ditos, ou mais precisamente já-mostrados. Segundo o autor, “de la même façon qu’il y a des mots sur les mots, il y a des images sur les images”. A imagem fala, portanto, também com outras imagens, ativando elementos da memória discursiva de quem vê, cujos efeitos de sentidos são construídos, pois, nesse jogo de memória/ocultamento.

Colocamos algumas questões em relação à imagem, visto que o nosso *corpus* é composto de textos sincréticos, ou seja, textos constituídos de elementos verbais e imagéticos. Os textos sincréticos, em outros contextos podem “fazer sentido” de forma independente. Nesse contexto, entretanto, esses sentidos são intercambiáveis. De acordo com Gregolin (2003b, p. 57):

Na vida social moderna os textos sincréticos adquirem cada vez mais relevo, a memória cultural não está apenas depositada, salvaguardada, nos materiais escritos. Pelo contrário, ela migra para as formas da mídia e, alinhavada pelos seus veículos, sujeita à memória social às ordens do icônico, do simbólico, da simbolização.

Neste trabalho, verificamos, pois, como os elementos que compõem esse material sincrético deslizam de uma forma a outra, se interpenetrando, se intercompletando e produzindo sentidos no âmbito do discurso político.

3.4.1 Literatura de Cordel como Gênero de Discurso

*Vou fazer um martelo agalopado
Enzipado, colado num disquete
Formatado na lira da internet
Home page de blog coqueado
Na web inserido, sincopado
Com seu drive ancorar e dançar coco
www quer dizer que coco é oco
com seu Jaks viver de pandeiar
ver a ema gemer no juremar
e com seu mouse brincar de arrancar toco
(Claylson Ribeiro)*

Diversos autores, dentre eles Diegues Jr (1975), e Cascudo (1994) atribuem às “folhas volantes” ou “folhas soltas” lusitanas a origem da literatura de cordel. Essas folhas volantes eram pequenas brochuras de impressão rudimentar, vendidas nas feiras, nas romarias, praças e ruas, expostas penduradas em barbante, cordão ou cordel, daí a designação “de cordel”, bastante comum em Portugal. Segundo Diegues Jr (1975, p. 36): “Como seria natural, se trasladou, com o colono português, para o Brasil [...]; nas naus colonizadoras, com os lavradores, os artífices, a gente do povo, veio naturalmente essa tradição do romanceiro, que se fixaria no Nordeste como literatura de cordel.”

No Brasil, essa denominação começou a ser usada a partir da década de 70, segundo Meyer (1980: 3) mais por influência dos pesquisadores que utilizavam o termo usado em Portugal, o que rapidamente foi incorporado pelos poetas. Antes disso, eram chamados de “folhetos de feira”, “folhetos” “foiete”, ou versos. Até 12 páginas eram chamados folhetos, a partir de 16 eram “romances”.

Essa suposta origem lusitana do cordel é contestada por Abreu (1999: p.125):

A apregoada filiação dos folhetos nordestinos à literatura de cordel portuguesa, embora não se sustente após uma comparação atenta, faz parte do senso comum e (...) assenta-se em pressupostos oriundos da relação colonial mantida entre Portugal e Brasil. O imaginário das elites ocidentais construiu o “mito do colonizador” como ser culturalmente superior a quem cabe oferecer aos colonizados uma língua, uma religião, uma literatura, uma maneira de ver, pensar e organizar o mundo. (aspas da autora).

Ainda segundo a autora, tal pensamento surge a partir de uma visão eurocêntrica e preconceituosa, segundo a qual (op.cit, p. 127):

Homens pobres, com pouca ou nenhuma instrução formal, vivendo fora dos grandes centros intelectuais, não poderiam ter sido capazes de criar uma forma poética; ela tem que ser fruto de cópia ou de adaptação de um modelo preestabelecido. (ABREU, 1999, p. 127).

Essa pesquisadora, a partir de dez anos de investigação com o material português, em cotejo com os folhetos brasileiros, concluiu que não havia nenhum tipo de semelhança, a não ser a adaptação no Brasil, de algumas histórias oriundas de Portugal. E mesmo esta adaptação era responsável por uma grande re-significação, até mesmo no tocante à forma, visto que os cordéis portugueses eram escritos em trovas ou quadras (estrofes de quatro versos) e os folhetos brasileiros apresentarem uma imensa variedade de formas (sextilha, septilha, diversos tipos de martelo, etc)⁵². Além da imensa variação temática que vai desde narrativas heróicas, desafios, temas de literatura e história universais, temática religiosa, política, sátira de tipos humanos, cangaço e até pornografia. Em princípio os folhetos eram (e ainda o são) comercializados nas feiras e praças públicas.

O folheto é uma pequena brochura geralmente impressa em papel jornal, com número variado de páginas, sempre múltiplos de quatro: 8,16,32,48, etc, geralmente de tamanho 15 por 11 cm, escrita em versos rimados, contendo, em geral, uma xilogravura (gravura em madeira) na capa, juntamente com o nome do autor. O autor do folheto pode ser ou não o autor da xilo (cujas autorias vem marcada pelas iniciais). Na contracapa, aparecem algumas informações, às vezes a biografia do autor, algumas considerações a respeito do folheto, informações sobre próximas edições ou prefácio do trabalho.

Embora seja literatura escrita, o cordel não é senão a forma gráfica de uma poesia essencialmente oral dos repentistas, improvisadores, cantadores de viola, de onde advém sua influência mais próxima. Ou seja, de acordo com a conceituação de Bakhtin, o folheto de cordel seria um gênero secundário que incorporou elementos oriundos de um gênero primário (oral). Não há, no entanto, uma passagem direta da oralidade para a escrita, sempre há deslizamentos, transformações, aquisições de alguns elementos, perda de outros.⁵³ Mas

52 Ver GRANGEIRO. **O que é cordel?** In **O discurso religioso na literatura de cordel de Juazeiro do Norte**. p 127 a 137. A Província Edições. Crato, 2002.

53 Interessante a abordagem da Profa. Ria Lemaire da Université de Poitiers sobre as origens orais da Literatura de Cordel brasileira. A autora, em texto intitulado **Folheto ou Literatura de Cordel? – uma questão de vida ou morte**, ainda não publicado, e que nos foi gentilmente cedido, critica o que denomina de **perspectivas escriptocêntricas** dos estudos de cordel. Para a autora (op.cit, p. 21), “temos dois mundos ‘con-correntes’ em vários sentidos da palavra: o da oralidade e o da escrita, que desde que a escrita chegou se desenvolvem, co-correm no tempo, como DOIS mundos DIFERENTES que se interpenetram, se influenciam, utilizam e adaptam os pontos fortes um do outro, continuamente e mutuamente, mas desenvolvendo-se seguindo cada um seu próprio ritmo e caminho” [...] impõe-se, pois, nos estudos desse patrimônio [o cordel], uma mudança de perspectiva radical e estudos a partir da oralidade, como base de tudo e não a partir do **produto tardio** dela: o

quando apresentado em sua forma gráfica, logicamente o folheto está submetido às coerções de toda ordem dessa forma material.

O cordel é, pois, o suporte de um sistema de relações entre editores, autores e o público, e, por vezes, quem encomenda, visto que existem, também, “folhetos de encomenda”, em geral, para alguma campanha publicitária, política, paga-se ao poeta para que escreva um folheto sobre determinado tema.

O fato é que essa forma de expressão enraizou-se de maneira tão profunda na região nordeste que se transformou rapidamente num dos principais elementos da cultura desta região, funcionando como instrumento de alfabetização, como meio jornalístico, visto que grande parte dos fatos divulgados na grande imprensa e mesmo acontecimentos cotidianos da comunidade eram/são versejados pelos cordelistas, e também como fonte histórica.⁵⁴ Atualmente é utilizado, dentre outras possibilidades, como instrumento de publicidade comercial, política etc, por ser um tipo de leitura leve, cujas rimas favorecem a compreensão e a memorização e por gozar ainda de bastante audiência, principalmente entre as camadas populares. Em entrevista a Orígenes Lessa, Rodolfo Cavalcanti assevera esse prestígio, que, historicamente, os folhetos gozam diante do público: “o sertanejo sabe pelo rádio ou por ouvir dizer os acontecimentos importantes. Mas só acredita quando sai no folheto. Se o folheto confirma, aconteceu.”⁵⁵

Em Juazeiro do Norte, a literatura de cordel é uma tradição, impulsionada pelos fenômenos religiosos e incentivada, inclusive, pelo Padre Cícero.⁵⁶ Segundo Lopes (1982), há três grandes escolas de cordelistas no Nordeste: a Serra do Teixeira, na Paraíba, a Escola de Pernambuco e a de Juazeiro do Norte, esta última, berço também, da gravura popular (xilogravura), utilizada inicialmente por Inocêncio da Costa Nick, o Mestre Noza e depois popularizada nas capas dos folhetos como ilustração, ao lado ou mesmo em substituição da litogravura ou zincogravura, dentre outros fatores, pela redução do preço da impressão.

Tais elementos são importantes para compreender a noção de “raridade do acontecimento” (Foucault, 2000). Por que um folheto de cordel foi o acontecimento mais

folheto; uma longa evolução/transição em direção de formas cada vez mais ‘escritas’, mas que nunca perderam os seus laços com a sua origem oral. (LEMAIRE, s/d, p. 19). Maiúsculas da autora e negrito nosso.

54 Ver Curran, Mark. **História do Brasil em Cordel**. São Paulo: Editora da USP, 1998 e Soares. **O cordel como agente educativo das camadas populares do Nordeste**. Fortaleza, mimeo, 1992.

55 Entrevista de Rodolfo Cavalcanti a Orígenes Lessa In **Getúlio Vargas na Literatura de Cordel**. Rio de Janeiro: Documentário, 1973.

56 Há o caso do poeta João de Cristo Rei, romeiro, que veio a Juazeiro procurar trabalho e orientação espiritual, como tantos outros e foi se aconselhar com o Padre Cícero, nesses termos: “o que eu devo fazer, meu Padim, com que eu vou trabalhar?” “- Escreva poesia”, teria respondido o Padre Cícero. “- Mas sobre o que eu vou escrever?” “- Qualquer coisa que você faça, darei por bem feito.” João de Cristo Rei escreveu, pois, somente na década de 30, mais de trezentos cordéis sobre o Padre Cícero e Juazeiro.

comentado, criticado, enfim, mais discursivizado no contexto de uma eleição?

No caso do folheto de cordel, por exemplo, embora não pertença aos gêneros por meio dos quais se veiculam discursos políticos, verifica-se que esse tipo de “mídia”, possui uma aceitação maior em Juazeiro do Norte pelos seus (e)leitores potenciais, do que, por exemplo, panfletos ou outro gênero mais tradicionalmente “político”, o que provavelmente não ocorreria em outro contexto, no Sul do Brasil ou em outro país. Podemos compreender tal fato com base a concepção de poderes de Foucault (1985, 1995), os quais se apresentam de forma capilar, difusos por todos os poros da sociedade. Consideramos, pois, nesse sentido, as formas culturais, como portadoras de discursos/poderes/saberes. É possível fazer, também, uma ponte desse pensamento com a perspectiva apontada por Certeau (1994, p. 45), para quem as formas culturais geram múltiplas significações a partir das práticas do cotidiano, cujo resultado é uma cultura plural, que jamais será dicotômica. São nas práticas cotidianas, o uso do corpo, a linguagem, as ferramentas e utensílios, que estão imersas as possibilidades de resistências. Contra as estratégias do Estado, aparecem as táticas do povo, nas quais se formam micro-resistências, uma subversão comum e silenciosa. Segundo o autor (1994), **táticas** são uma série de procedimentos que usam as referências de um lugar próprio e transformam o lugar próprio em espaços dinâmicos. Já os procedimentos que controlam o lugar são definidos como **estratégias**. As táticas são múltiplas e cotidianas, aparecem nas várias formas de lidar com o trabalho, a família, as atividades diárias, no uso das roupas, da cozinha, onde a criação surge por toda parte.

Certeau (1994) pensa a **estratégia** como uma ferramenta hegemônica, uma manipulação das relações de força que se torna possível a um sujeito que seja dono de vontade e poder. É da dimensão do querer, do planejado, projetado. Pode ser calculado. É uma fala autorizada que vai gerir a relação desse sujeito de poder com os outros sujeitos em suas relações sociais. Há um sujeito próprio que é ciente da capacidade do uso planejado de poder. No entanto, correlata a cada estratégia há uma tática que aparece no cotidiano. A cada estratégia há uma tática que responde, que fala nas brechas, nas falhas das estruturas hegemônicas, com astúcia, ao acaso. As táticas não se mantêm, são contra-hegemônicas, não têm um lugar, não se preservam. Não têm o projeto de dominar, de forma visível e objetiva, opera sorrateiramente, aproveita algumas ocasiões. As táticas são feitas na ação de viver, ao acaso do tempo. Enquanto as estratégias são caracterizadas e organizadas pelo postulado de um poder, as táticas representam, justamente, a ausência de poder centralizado, o que deságua na politização das práticas cotidianas. Para Certeau (2000b, p. 245): “o cotidiano está

semeado de maravilhas, espuma tão fascinante, nos ritmos prolongados da língua, quanto à dos escritores ou dos artistas. Sem nome próprio, todas as espécies de linguagens dão origem a essas festas efêmeras que surgem, desaparecem e retornam”.

É, pois, nessa perspectiva, em que inserimos o papel do folheto de cordel, como um poder difuso, à deriva, contra-hegemônico, não estratégico, visto que não pertence nem ao cânone literário, nem aos gêneros políticos tradicionais, nem midiáticos, mas mesmo assim, tem a sua força, sua “vontade de poder” como “vontade de verdade”, como representação de um saber popular, ancestral, tradicional, de resistência, tático, que traz, como toda expressão cultural, contradições, heterogeneidades sócio-histórico-ideológicas.

Nesse sentido, considerando o folheto de cordel como um elemento pertencente ao “arquivo”, as “coisas a saber”, no contexto das eleições de 2000, em Juazeiro do Norte, analisaremos, pois, os mecanismos de constituição dos sentidos do discurso político nos folhetos “Engana-me que eu gosto”, volumes 1 e 2, de Abraão Batista. Considerando a materialidade do folheto - um texto sincrético que articula um texto verbal e um texto imagético (poesia e xilogravura), verificaremos como ocorre a produção de sentidos na articulação dessas duas formas materiais, bem como a forma pela qual o discurso do cordel mobiliza elementos da memória discursiva, do interdiscurso para desqualificar um discurso, legitimar um outro discurso e construir subjetividades políticas.

Os folhetos foram a resposta do autor a uma fala da candidata do PT em que critica a administração do Centro de Cultura Mestre Noza, exercida pela *marchand* Maria de Lourdes Batista, esposa do autor do folheto, propondo transformá-lo numa cooperativa de artesãos. O primeiro folheto foi proibido de circular por decisão judicial, sendo, inclusive, apreendido pela polícia federal da casa do autor. Depois da apreensão do primeiro volume, o autor publicou, no mês seguinte, o segundo volume de mesmo título: “Engana-me que eu gosto 2”.

O material analisado (dois folhetos) pertence, pois, ao gênero literatura de cordel por apresentar-se materialmente na forma de pequenas brochuras impressas em papel jornal em versos rimados, contendo o primeiro volume 08 páginas e 38 estrofes, em sextilhas. Em ambas as capas, abaixo da xilogravura, há indicação, nessa seqüência, do número de edições do mesmo folheto: 1ª Ed, do número de exemplares publicados: 2 M (dois mil), a cidade Jdo (Juazeiro do Norte) a data (o primeiro em 20.09.2000), a autoria da xilogravura (do autor), o número de páginas: 8 e o número do folheto de produção do autor (o primeiro: 133 e o

segundo, também 8 páginas, sem a data de edição, indicando a data da edição do primeiro volume e o número de cinco mil exemplares. Todos esses elementos são significativos. Eles não estão dissociados do complexo processo de apreensão do conteúdo de leitura, sendo parte constitutiva deste.

4 O jogo de máscaras do teatro político

*em mim
 eu vejo o outro
 e outro
 e outro enfim dezenas [...]
 O outro
 que há em mim
 é você [...]
 assim como
 eu estou em você
 eu estou nele [...]
 (Paulo Leminski)*

Geralmente, em nossa sociedade, quando utilizamos o termo “máscara” e “teatro”, via de regra, há um sentido pejorativo. No entanto, quando compreendemos a realidade na perspectiva das ciências da linguagem, não o fazemos em termos pejorativos, visto que em todo ato lingüístico atua necessariamente o imaginário, conforme afirma Charaudeau (2005, p. 5): “o sentido que nasce de todo ato de linguagem é o resultado do encontro do sujeito que enuncia e um sujeito que interpreta, cada um em função do que um imagina do outro. Podemos dizer que a identidade desses sujeitos é apenas a imagem co-construída que resulta desse encontro.”

Portanto, utilizamos o termo “máscara” no sentido das diversas faces que o sujeito pode adquirir no jogo discursivo, visto que ele não existe, a priori, mas constitui-se/é constituído pelos discursos. E “teatro” no sentido de que, quando tratamos de linguagem, na perspectiva da Análise do Discurso, o sujeito se mascara, se vela/revela/desvela, como num teatro de sombras, no qual os sujeitos assumem diversas facetas na enunciação política. Estamos falando de um jogo de desvelamento/ocultação, memória/esquecimento, fala/silenciamento, de um campo em que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” (Foucault, 2000, p. 10).

É assim que o folheto de cordel, em sua forma sincrética de semiotização (poesia e xilogravura) vai construir elementos com base da memória discursiva, ativando pré-construtos, dizeres já-enunciados sobre o campo político da esquerda, mas mobilizando, também outras formações discursivas, como o que poderíamos chamar de uma f.d da agricultura, do discurso religioso, fazendo irromper, nesse ínterim, processos de identificação e mecanismos de constituição/construção dos sujeitos políticos.

4.1 O sujeito político Comunista/Feminino

No processo de desqualificação do discurso da candidata do PT, a imagem da primeira xilogravura, utiliza-se de um procedimento comum no discurso político: a derrisão, a qual, de acordo com Bonnafous (2003b, p. 35) é a associação do humor e da agressividade que a caracteriza e a distingue da pura injúria”. A derrisão é, pois, uma forma de “desqualificar o Outro por meio do ridículo” (BONNAFOUS, op.cit, p. 37). No caso do material analisado, essa desqualificação age na memória discursiva do leitor, atualizando determinados elementos de outras formações discursivas, ressignificando-os.



Nesse caso, a figura constrói, de forma derrisória, um *anti-ethos* à medida que associa a figura feminina a figuras presentes em outras formações discursivas, como os discursos mitológico e religioso. Na cabeça da figura, ao invés de cabelos, aparecem serpentes em número de sete, o que “faz falar” enunciados inscritos na f.d religiosa, por meio do texto da Bíblia Sagrada, o Apocalipse, que descreve a imagem da besta: Jo-13:1 “E eu pus-me sobre a areia do mar e vi subir do mar **uma besta que tinha sete cabeças** e dez chifres, e, sobre os chifres, dez diademas, e, sobre as cabeças, **um nome de blasfêmia**” (grifos nossos). A cabeça de serpentes é já um **ícone** na cultura ocidental porque reporta, também, à figura da medusa, num processo que J.J Courtine denomina de **intericonicidade**, ou seja, a relação dialógica entre imagens.



A medusa era uma das górgonas da mitologia grega, monstros cujas cabeças eram cobertas de escamas de dragão e onde, em vez de cabelos cresciam serpentes. Tinham presas enormes, iguais às de um javali, mãos de bronze e asas de ouro. De acordo com o mito, quem olhasse as górgonas nos olhos era imediatamente transformado em pedra. Perseu, um semi-deus que tinha recebido do Rei Polidectes a tarefa de cortar a cabeça de Medusa, sabendo que não poderia fitá-las, baixou o rosto diante das górgonas adormecidas. Usando seu escudo reluzente como espelho, descobriu a Medusa e a degolou. Depois de decapitar a Medusa, Perseu pairou com seus sapatos alados sobre os desertos da Líbia, carregando a cabeça do monstro. As gotas de sangue desta cabeça pingaram na terra, das quais nasceram serpentes multicoloridas e, desde então, esta região é infestada por **víboras venenosas**. Desta forma,

“vencer a Medusa é sinônimo de vitória sobre as forças do Mal, sejam externas e visíveis ou interiores e invisíveis.” (SCHWAB, 1996, p. 156).

A imagem dialoga, ainda, no arquivo das eleições de 2000, com a imagem da candidata veiculada no material publicitário da Frente de Esquerda: FE - Esperança do Povo, num jogo de máscaras, uma batalha pelas construções dos efeitos de sentido de veridicção, ou seja, onde atua a “vontade de verdade”. De acordo com Nietzsche (s/d), a verdade surge a partir da linguagem e se impõe como verdadeira de fato a partir do esquecimento. As convenções originais que criaram a linguagem e a verdade estão relacionadas a necessidades de convívio coletivo e sobrevivência, o que o humano de fato abomina não é a inverdade ou a mentira, mas a possibilidade de ter prejuízos com a quebra das convenções sobre o verdadeiro e o falso. O que é então, para o autor, a verdade?

Uma multidão movente de metáforas, de metonímias, de antropomorfismos, em resumo, um conjunto de relações humanas poeticamente e retoricamente erguidas, transpostas, enfeitadas, e que depois de um longo uso, parecem a um povo firmes, canônicas, e constrangedoras: as verdades são ilusões que nós esquecemos que o são, metáforas que foram usadas e que perderam a sua força sensível, moedas que perderam o seu cunho e que a partir de então entram em consideração, já não como moeda, mas apenas como metal." (NIETZSCHE, s/d, p. 94).

A solidificação destas metáforas e metonímias ocorre lado a lado com o esquecimento de suas origens, num largo espaço de tempo histórico, cujo uso constante acaba por se afirmarem não mais como convenções sociais de um povo que queria sobreviver em comunidade e sim como verdades puras e inabaláveis que são verdadeiras em si e por si, independentes de outros fatores.

Em sua fase chamada de genealógica, Foucault aprofunda a visão “discursiva” de Nietzsche sobre a questão da verdade, na perspectiva do que vai denominar “vontade de verdade”. Para esse autor, o par opositivo “verdadeiro/falso” de um discurso é determinado pelas formas do dizível, ou seja, pelas formas de como a verdade circula em determinada sociedade, o que envolve necessariamente questões concernentes à legitimidade do dizer. Quem pode dizer, o quê se pode dizer e para quem são questões abordadas por Foucault que tocam diretamente na relação do sujeito com o seu discurso, o qual constitui-se em si mesmo como efeitos de poder, ou seja, o próprio discurso é portador de poder. Tais pressupostos levam o filósofo a afirmar que não existe verdade dissociada do poder de representar tal ou

qual conjunto de metáforas como verdade.⁵⁷

É assim, pois, que a imagem constrói esse jogo de verdade/desvelamento, dialogando contraditoriamente com a imagem da candidata, por meio da construção de um “corpo político”⁵⁸ monstruoso.

É HORA DE MUDAR!
Porque os outros são iguais.



ÍRIS
Prefeita

DR. LUCILDO
Vice

OPERAÇÃO ESPERANÇA - NINGUÉM PODE MAIS SOFRER

1 - Combate a corrupção;	10 - Saneamento básico, drenagem das ruas e destino adequado dos dejetos;
2 - Geração de emprego e renda e desenvolvimento local;	11 - Urbanização da cidade com recuperação de pavimentação das ruas e eletrificação rural;
3 - Casas para famílias de baixa renda;	12 - Construção do camelódromo e disciplinação do comércio ambulante;
4 - Saúde Pública de boa qualidade;	13 - Segurança pública: reduzir os mecanismos que geram a violência e os seus efeitos.
5 - Educação de boa qualidade;	
6 - Cultura e turismo;	
7 - Incentivo ao esporte;	
8 - Orçamento participativo;	
9 - Limpeza pública: usina de compostagem e aterro sanitário;	

FE - ESPERANÇA DO POVO - PT/PSTU
VEREADORES DA COLIGAÇÃO PT/PSTU

☆ SETÚVAL 13456	☆ JOSÉ GALDINO 13008
☆ CHICO DO MUTIRÃO 13333	☆ LUIZ 13654
☆ JOÃO OLIVEIRA 13555	☆ NEIDE DO HORTO 13444
☆ ZÉ NILTON 13007	☆ DR. SANTANA 13111
☆ ZÉ CARVALHO 13123	☆ PSTU FÁBIO 16222
☆ JOÃO SOARES 13116	

Nesse panfleto sincrético, composto, também de texto verbal e imagético aparece

57 Ver FOUCAULT. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1996 e FOUCAULT. *Resumo dos cursos do Collège de France*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

58 Ver Brossat, A. *Le Corps de l'ennemi: hyperviolence et démocratie*. Paris: La Fabrique, 1998. Nessa obra, o autor discute o que chama de “animalização da política”, ou “zoopolítica”, ou seja, trata-se de uma análise de discurso político, cuja construção do inimigo utiliza-se, não raro, de metáforas animais tais como “raposa, rato, cão, lobo etc”.

a candidata a prefeita sorrindo, vestida de *blaser* em tom escuro, discreto, cabelos penteados, sobancelha feita, maquiagem leve. O sorriso associado aos tons discretos do vestir constroem uma imagem a um tempo de alguém que pode sorrir com franqueza, sinceridade, mas também de moderação. O candidato a vice-prefeito aparece no mesmo plano que a candidata, vestindo uma camisa clara (branca), com os dois últimos botões abertos, o que produz um efeito de sentido de uma certa informalidade, o que seria diferente, por exemplo, se aparecesse portando um paletó⁵⁹. No entanto, essa informalidade é relativa, a qual, associada ao sorriso discreto, menos aberto (não chegam, por exemplo, a aparecer os dentes como o da candidata), produzem também um efeito de moderação, de equilíbrio, de serenidade. O efeito de sentido é do candidato na “medida certa”, sem afetação, sem exageros, demonstrando que aqueles elementos descritos por Aristóteles, na Retórica ainda continuam atuais.

Assim, essa imagem é construída numa perspectiva dialógica, ela tem um “tom” de réplica, de resposta a outras formações discursivas que constroem uma imagem do PT como baderna, desordem, caos. Então, para construir o *ethos* de um sujeito “candidato de uma frente encabeçada pelo PT” é necessário construí-la no sentido de competência, serenidade, moderação, imagem que dialoga polemicamente com outras representações desse sujeito produzidas em outras formações discursivas, como uma contra-imagem àquela do PT como “baderneiros, que fazem algazarra”.⁶⁰

É, pois, nesse jogo de desvelamento, nesse teatro de máscaras político, que as imagens das xilogravuras dizem: “vejam esta moça tão sorridente, honesta, competente, “na verdade” ela é assim: um monstro, uma bruxa, a Besta-fera, a “Comadre de Satanás”, ou uma “lagarta que vomita guerra e ira”, num jogo derrisório, carnavalizado, de desqualificação, mas construindo efeitos de sentido de verdade, ou seja, é um discurso que “se dá como sério”, que pretende “anunciar” a “verdade” ao povo, denunciando a “mentira, a enganação” do discurso ao qual se opõe.

Um dos aspectos pelos quais podemos ler que esse discurso pretendeu-se “sério”, mesmo considerando o uso da derrisão, é o diálogo em termos de aquiescência com outros

59 Na nossa cultura, o paletó, por ser utilizado em contextos formais, como casamentos, formaturas, no universo do trabalho, é associado à imagem de seriedade. Os pastores evangélicos utilizam-no freqüentemente. Os advogados constantemente recomendam aos seus clientes o uso dessa vestimenta no momento de se apresentarem diante dos juízes (os próprios advogados o utilizam, geralmente). Nas câmaras legislativas é uma constante o uso dessa vestimenta, existindo até um polêmico “auxílio-paletó”, um adicional ao salário dos parlamentares.

60 Seria interessante verificar, por exemplo, as transformações da imagem dos candidatos do PT, tomando como *corpus* diversas materialidades: panfletos, *out-doors*, músicas de campanha, dentre outras, de quando esse partido foi fundado até os dias atuais.

enunciados que circularam na cidade em outras materialidades, como panfletos, por exemplo, cujos “ecos” de um podem ser ouvidos nos outros:

POLÍTICA

A luta entre o CERTO e o DUVIDOSO

Está muito fácil a eleição em Juazeiro do Norte. É a escolha do candidato **CERTO**, do candidato **DUVIDOSO**. O eleitor de bom senso já tem sua decisão tomada, baseada no seguinte critério:

O candidato **CERTO** chama-se **CARLOS CRUZ, 25**, conhecido de todos os eleitores de Juazeiro do Norte. Desde jovem, participa da política local no tempo do seu pai, o saudoso farmacêutico e enfermeiro do Padre Cícero, José Geraldo da Cruz, merecedor do nosso respeito.

Carlos Cruz em 1992 foi considerado o melhor Prefeito do interior do Ceará, voltado para os pobres e os jovens. Um grande Prefeito que dinamizou a terra. Somos agradecidos até hoje.

Seu Partido é o **POVO**. Seu Chefe é o **PADRE CÍCERO**. O povo foi buscá-lo em casa para ser o Candidato. Aceitou e conseguiu a preferência de 84 por cento da população. Ele não tolera baderneiros nem esquerdas comunistas. É Cristão. O povo sabe que é o candidato **CERTO**.

Já o candidato **DUVIDOSO**, obedece a ideologia do PT.

Trata-se de uma senhora ligada às esquerdas. Esteve em Cuba onde recebeu instruções de regime comunista de Fidel Castro. Fala gritando de braço ameaçador. Chama seus adeptos de “companheiros e companheiras, vamos a luta contra os poderosos”. O poderoso que conhecemos é Deus que fez o céu e a terra. Ela diz que é “guerreira e sua cor é a de sangue”. Assusta.

Ameaça reformar a Prefeitura com demissões, anulações de concursos e uma rígida tabela de aumento de impostos, se for eleita.

Os comerciantes estão intranquilos já imaginando grupos empunhando paus e depredando as casas comerciais. Apesar de dizer ser devota do padre, o mesmo não dizem seus chefes de PT que iriam dirigir a Prefeitura. Alguns jovens de ideias revolucionárias, inclusive pessoas inexperientes, pensam que ela está certa. Mas os 84 por cento, a maioria do povo, famílias, funcionários, comerciantes, industriais, estudantes, educadores, entidades de classe, chegaram a conclusão de que se trata de um candidato **DUVIDOSO**. É muito arriscado e temeroso votar no **DUVIDOSO**, pois nem sempre se acerta. Entregar o Juazeiro a um administrador **DUVIDOSO**, será o maior erro da História. O povo sofrerá.

Se o Padre Cícero fosse vivo, estaria nas nossas ruas mostrando ao povo o perigo da mulher que se orientou em Cuba para lançar o comunismo na terra Santa do Juazeiro.

Não acreditamos ter alguém no Juazeiro capaz de ser traidor de sua cidade.

CARLOS CRUZ - 25

Boa sorte, Juazeiro querido. Até Domingo

O enunciado de base com o qual o discurso do panfleto dialoga é com o provérbio popular: “não troque o certo pelo duvidoso”. O provérbio, de acordo com Maingueneau

(1989, p. 100) é um caso de “**citação de autoridade**” [...]. Geralmente, tratam-se de enunciados já conhecidos por uma coletividade, que gozam o privilégio da intangibilidade: por essência não podem ser resumidos nem reformulados, constituem ‘a própria palavra’, captada em sua fonte.”

Através da referência ao provérbio, o texto procede à construção discursiva do que seria “o candidato certo”, em que se verificam alguns pontos comuns com o discurso do folheto:

1) Construção do *ethos do grande homem*, com base na legitimação através de um **poder dizer** em nome do Padre Cícero. No caso em tela, diferente do folheto de cordel que imputa tais atributos ao candidato do PDT, aqui o **grande homem** é personificado pelo candidato do PFL: CARLOS CRUZ – 25, através de alguns dispositivos de legitimação, tais como:

- a) Popularidade: “conhecido de **todos** os eleitores de Juazeiro do Norte”;
- b) Participa da política desde jovem, desde o tempo de **seu Pai**, saudoso farmacêutico e **enfermeiro do Pade Cícero** José Geraldo da Cruz, merecedor do nosso respeito. Ocorre, pois, uma transferência de legitimação: se o pai era merecedor de respeito, o filho também o é.

A construção do *ethos do grande homem* é um trabalho de construção complexa que envolve diferentes categorias de atores. De acordo com Jodelet (1989, p. 56): “o grande homem não deseja o poder. Ele acede naturalmente ao mesmo por força das circunstâncias e pelo desejo do povo, de quem é legítimo porta-voz.” Como no caso em questão: o grande homem de Juazeiro não almeja o poder para si, ele é imbuído de nobres sentimentos coletivos: “o povo foi buscá-lo em casa para ser **o** candidato.”

Aqui atua um forte apelo imagético do político popular, conduzido ao poder nos braços do povo, como legítimo porta-voz deste, que não se submete às ideologias partidárias e é, também, legítimo representante do Padre Cícero: “Seu partido é o POVO, seu chefe é o Padre Cícero », o legítimo representante de Jesus Cristo na terra, assertiva que dialoga em sentido de oposição a quem « obedece à ideologia do PT » e a « chefes » do plano temporal.

O dêitico **o** antes da palavra « candidato » também constrói um efeito de sentido homogeneizante e absolutizador, como se não houvesse **outro** candidato, ele é **o** candidato, « o único » capaz de enunciar em nome do Padre Cícero e do povo;

2) Recorrência ao discurso religioso com a atribuição da orientação religiosa do candidato

como mecanismo de legitimação no campo político: “É cristão” e atribuição à candidata do PT de ser contra a religião, o que faz, no plano lingüístico, o texto promover um deslizamento de sentidos do plano temporal para o plano espiritual, por meio da **citação** do discurso oponente:

“O único **poderoso** que conhecemos é Deus”.

“Os poderosos”, no discurso da candidata do PT, referem-se aos detentores do poder do plano temporal. Quando esse sentido é transferido para o plano espiritual, se “o único poderoso que conhecemos é Deus”, e a candidata do PT chama o povo a “ir à luta contra os poderosos”, então está chamando a ir à “luta contra Deus” que é o único “poderoso” que se conhece.

Esse discurso coaduna-se com o do folheto de cordel quando atribui características anti-religiosas à candidata do PT:

“Falar contra Nossa Senhora é burrice e desacato” (F1, p. 6, e 1)

[...] Essa dona com a cara de Caifaz

Vestindo o anticristo

E comadre de Satanás (F1, p. 7, e 1)

3) Construção de um anti-*ethos* feminino/comunista:

a) Trata-se de uma **senhora ligada às esquerdas**. Esteve em Cuba onde recebeu instruções do regime comunista de Fidel Castro. Fala gritando de braço ameaçador.

Chama seus adeptos de “companheiros e companheiras, vamos à luta contra os poderosos”. Diz que é guerreira e sua cor é de sangue. Assusta.⁶¹

b) Um discurso sexista quando se refere ao perigo da **mulher que se orientou em Cuba para lançar o comunismo na terra santa** do Juazeiro, visto que, de acordo com o panfleto, não seria “a mulher”, mas os “seus chefes” que iriam administrar a prefeitura;

4) Presença de frases nominais e de um hiperenunciador (Maingueneau, 2005), causando um efeito de obviedade, de evidência, pela presença de um discurso “sem sujeito”, uma espécie de auto-enunciação:

⁶¹ Esse discurso de que o discurso do PT causava medo ressurgiu na campanha presidencial de 2002, com a atriz Regina Duarte, no programa do PSDB dizendo que tinha “medo” de Lula e de um governo do PT.

“Em 1992 **foi considerado** o melhor prefeito do interior do Ceará”. (considerado por quem?).

5) Desqualificação da candidatura do PT atribuindo-lhe características de inexperiência e despreparo: “despreparo dos **líderes do PT**”: alguns jovens de idéias revolucionárias, inclusive muitas pessoas inexperientes acham que ela está certa;

6) A construção de um **nós** – povo de Juazeiro (terra santa) + o Padre Cícero + aquele que tem legitimidade para enunciar em seu nome (o porta-voz do povo), em oposição a **eles**: os baderneiros, que fazem algazarra, elementos estranhos, interpelando o e (leitor) a se identificar com essa formação discursiva, em tom provocativo. “Não acreditamos ter **alguém** no Juazeiro capaz de ser **traidor da sua cidade**”.

A diferença entre o discurso do folheto de cordel e o do panfleto é que no panfleto não aparece a expressão “Besta-fera”, o que já está presente *ipsi-literis* no panfleto seguinte, assinado por “um eleitor que não é candidato, é povo como você”.

CARO ELEITOR

É através dessa, que venho fazer um apelo a você: pense duas vezes antes de colocar esse **Partido Vermelho** no comando de Juazeiro. Lembre-se o que já dizia o nosso PE. CÍCERO, como falam os mais velhos, que o **Comunismo**, para nossa desgraça, poderia governar nem que fosse por 24 horas. E nós, Juazeirenses, não podemos deixar que isso aconteça, não podemos deixar que esse **partido** que faz algazarra, que gera a intranqüilidade, governe a nossa cidade.

Ninguém consegue paz com violência, guerra só gera mais guerra. Não foi com algazarra que JESUS CRISTO pregou a paz. Ao contrário dos fariseus que só sabiam brigar e pregar a discórdia, JESUS CRISTO foi manso e humilde de coração.

E por isso, caro eleitor, não podemos deixar que o partido da BESTA FERA ocupe a cadeira que um dia o PE. CÍCERO sentou, pela primeira vez, com muito amor.

De um eleitor, que não é candidato, é povo como você.

Outros elementos comuns ao discurso do folheto de cordel:

1. Atravessamento do discurso religioso, em duas perspectivas:

- a) Pela presença de Jesus Cristo, através de passagens da Bíblia: “não foi com algazarra que Jesus Cristo pregou a paz. Ao contrário dos fariseus que só sabiam brigar e pregar a discórdia, Jesus Cristo foi manso e humilde de coração e

- b) Pela referência ao Padre Cícero para sedimentar o discurso anti-comunista, através da desqualificação do partido da candidata: “esse partido vermelho”, “partido que faz algazarra, que gera intranqüilidade”, “partido da Bestafera”;
2. Presença do **Nós** homogeneizante e excludente, nas formas do pessoal: **nós** juazeirenses, e do possessivo: **nossa** desgraça, **nossa** cidade, **nosso** Padre Cícero, que exclui o outro: “o partido que faz algazarra” etc;
 3. Posição do sujeito enunciador do folheto “fora dos partidos”, e das candidaturas para enunciar contra um partido, interpelando “o povo”, “o eleitor” (usado como sinônimos), buscando a adesão deste, a identificação com seu discurso: “de **um eleitor** que **não é candidato**, é **povo** como **voçê**”, semelhante ao discurso do folheto: “estou fora dos partidos porque deles abusei.” (F2, p. 01), de onde é retirada a legitimação, visto que, por ser “povo” como o eleitor, ele está capacitado para “falar a verdade”, a “voz do povo”, visto que pertence a esta categoria. Tal enunciado ativa a memória discursiva da representação do “político”, “o candidato” como aquele que engana, que não diz a verdade. É como se dissesse: “eu falo a verdade porque sou povo, o povo fala a verdade. Não estou mentindo, acredite em mim porque não sou candidato.”

4.2 O sujeito político feminino

É sabido que a origem das formas políticas das sociedades ocidentais vem da Grécia e de Roma. O « povo », para os romanos, por exemplo, equivale a *res publica*, *res populi*, ou seja, o bem público é o bem do povo. A origem da palavra, nos possibilita, de antemão, pistas, da configuração da *Polis* romana. De acordo com Vendryes⁶² (1955, p. 1):

62 (.) *Public* est un hybride de *poil* et de *peuple*, une greffe de système pileux sur un régime démocratique. *Publicus* sert d'adjectif à *populus* (*popularis* est probablement plus tardif) et s'oppose à *privatus*. *Publicus* s'est croisé avec *poplicus*, issu de *populus*, tout en étant dérivé de *pubes* qui désigne le poil, caractéristique de la puberté, ainsi que le pubis, partie du corps couverte de poil. *Pubes* a donc servi à nommer la population mâle adulte, en âge de porter les armes et de prendre part aux délibérations des assemblées. Les femmes étant alors privées de ce devoir et de ce pouvoir (.)

Público é um híbrido de **pêlo** e **povo**, uma superposição do sistema capilar (literalmente) sobre o regime democrático. *Publicus* serve de adjetivo a *populus* (*popularis* é provavelmente posterior) e se opõe a *privatus*. *Publicus* cruza-se com *poplicus*, originário de *populus*, todos derivados de *pubes*, que significa pêlos, característicos da puberdade, assim como *pubis* é a parte do corpo coberto de pêlos. *Pubis* designava, portanto, **a população masculina adulta**, em idade de utilizar as armas e de participar das deliberações das assembléias. As mulheres eram privadas desse dever e deste poder. (tradução e grifos nossos).

De acordo com essa perspectiva, subtende-se que “os pêlos femininos”, não tinham, portanto, nesta sociedade, nenhum papel político. Além disso, a mulher era considerada *res*, ou seja, “coisa”, passível, pois, de pertencer a outrem. Quando solteira era propriedade do *pater familiae*, e, após casar-se, sua posse mudava de dono: de propriedade do seu *pater* passava a ser propriedade do marido.⁶³

No Brasil, um país historicamente colonial e ligado à posse da terra, sociedade de estrutura patriarcal bastante acentuada, as mulheres demoraram, inclusive, a conquistar o direito ao voto, o que só veio a ocorrer mediante uma lei de 1932, exercido oficialmente em 1935 e ampliado a todas as mulheres somente em 1974.

A década de 60 foi um período em que os papéis feminino/masculino foram profundamente questionados. Foi o auge dos movimentos feministas, herdeiros dos movimentos sufragistas, na Europa, nos Estados Unidos e em diversos outros países.⁶⁴

Nesse período, a questão da **identidade feminina** estava bastante presente. No início desse movimento, na luta contra as desigualdades sociais e sexuais, apelava-se para uma suposta “essência identitária” das mulheres. As primeiras manifestações caracterizaram como um movimento que buscava a redefinição da identidade feminina, em algumas perspectivas, de acordo com Castells (2000, p. 23): 1) Na afirmação de igualdade entre homens e mulheres, separando do gênero diferenças biológicas e culturais; 2) Na afirmação da especificidade essencial da mulher, exaltando sua superioridade como fonte de realização humana em relação às práticas sociais e 3) No abandono do mundo masculino, buscando recriar a vida e redefinir a forma de vivenciar a sexualidade, através do convívio em comunidades femininas (protagonizadas pelos movimentos feministas lésbicos).

63 Clássica música “Mulheres de Atenas”, de Chico Buarque de Holanda que trata ironicamente do tema: “mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas, sofrem pros seus maridos, poder e força de Atenas” In: chico-buarque.lettras.terra.com.br/letras/45150/ pesquisado em 26/12/2006.

64 Logicamente há diferenças profundas entre esses movimentos de acordo com os lugares e os momentos históricos. Por exemplo, enquanto na França, na década de 60, as mulheres discutiam o direito ao aborto, ao seu próprio corpo, no Brasil, além das questões do divórcio etc, a preocupação mais emergencial era como escapar, elas próprias, além dos pais, amigos, maridos e companheiros das prisões da ditadura militar.

Às perspectivas feministas indicadas pelo autor, acrescentamos outras duas: a) No reconhecimento das “diferenças” entre os gêneros masculino e feminino e na luta pelo respeito a essas diferenças (tendência do “feminismo francês” desde Simone de Beauvois, Yvette Roudy etc) e b) Na compreensão de que a opressão da mulher é fruto da sociedade de classes e na afirmação de que a emancipação desse gênero será obra de homens e mulheres trabalhadores, com o fim do capitalismo (o chamado “feminismo marxista” de Mercedes Petit e Carmen Carrasco).

Segundo Castells (2000, p. 42), o movimento feminista, apesar da sua diversidade, caracterizou-se pelo esforço histórico, individual e coletivo, formal e informal, de redefinir a identidade feminina construída historicamente no âmbito de uma estrutura familiar e social patriarcal.

De certa forma, essa concepção “essencialista” conseguiu seu intento de unir as mulheres na luta por sua igualdade de direitos em relação aos homens. Posteriormente, outras tendências foram sendo desenvolvidas e o argumento de uma “identidade feminina”, uma essência comum a todas as mulheres, foi caindo em descrédito, apesar de ter continuado em alguns redutos ativistas e teóricos, tendo inclusive retomado sua força nos últimos anos.

A partir da década de 1970, começa a se evidenciar o debate em torno da questão da "alteridade". No plano político e social, esse debate ganha terreno a partir dos movimentos anticoloniais, étnicos, raciais, de mulheres, de homossexuais e ecológicos que se consolidam como novas forças políticas emergentes. No plano acadêmico, filósofos franceses pós-estruturalistas como Foucault, Deleuze, Barthes, Derrida e Kristeva intensificam a discussão sobre a crise e o descentramento da noção de sujeito, introduzindo, como temas centrais as idéias de **marginalidade**, **alteridade** e **diferença**. Entre os "anti-humanistas" de tradição francesa, o autor que mais evidenciou preocupação com a “questão da mulher” foi Derrida. Em vários trabalhos e, sobretudo, na sua Gramatologia (DERRIDA, 2004, p. 35) estabelece como eixo do que o próprio chama de “essa metafísica”: o **fonocentrismo** - o reinado do sujeito ou **op** (primado da voz-consciência), o **logocentrismo** - o primado da palavra como lei, e o **falocentrismo** - o primado do falo como árbitro da identidade. Preocupações semelhantes expressam-se no pensamento de Foucault, que exerceu influência sensível em grande parte da produção teórica feminista no que diz respeito à crítica das teorias clássicas relativas aos conceitos de representação e de poder.

Assim, não é possível falar hoje numa “identidade feminina” una. De acordo com Giddens (1993) no atual contexto em que vivemos nada tem essência, todas as coisas são estruturadas no jogo dinâmico das significações. A ideologia faz da masculinidade uma

norma, portanto as diferenças essenciais entre o homem e a mulher são socialmente construídas e, assim, sujeitas a alterações.

De qualquer forma, o movimento feminista em muito contribuiu para uma reflexão mais aprofundada sobre os papéis e as identidades de gênero, trazendo como consequência uma série de transformações nas sociedades, tanto no aspecto público (como o aumento e diversificação da inserção das mulheres no mundo do trabalho, da política, das artes), como no privado (com a discussão sobre a questão da reprodução tanto sexual quanto social, da divisão dos papéis no interior da família etc).

Para Holanda (1994), é ainda o debate sobre o pós-moderno que coloca a idéia do surgimento de um pluralismo, subsidiário das ideologias neo-liberais e da economia de mercado, onde os diversos agentes sociais teriam livres canais de expressão, sugerindo portanto a superação das lutas de caráter ortodoxo pelas igualdades e pela construção de uma identidade feminina, e a emergência de um novo momento da militância das mulheres: o chamado **pós-feminismo**.

Para a autora, de uma forma geral, não se pode dizer que o ideário neoliberal encontre equivalência na prática política e na intervenção discursiva do conjunto dos diversos segmentos sociais "minoritários", estando, portanto, o feminismo longe de ter esgotado as potencialidades de seu ponto de vista crítico e político.

O fato é que tanto as lutas feministas como as dos outros chamados “novos atores sociais” incidiram sobremaneira sobre os regimes de discursividade contemporâneas. Embora os problemas de discriminação de toda ordem ainda existam, como na questão de gênero, salário inferior da mulher para trabalho igual, violência doméstica, violência simbólica, há um conjunto de discursos sobre o combate ao preconceito circulando atualmente. Esses discursos são oriundos das mais diversas intuições: da Justiça (com a aprovação de leis anti-racistas), do parlamento e dos partidos políticos⁶⁵ (cotas para mulheres⁶⁶, por exemplo), dos sindicatos. Um outro indício dessa discursividade contemporânea é o advento do “politicamente correto”⁶⁷, um tipo de linguagem utilizada e/ou evitada no sentido de não ferir

65 Alguns partidos criaram a política de cotas para a composição de suas direções. O PT foi o primeiro partido a tomar este tipo de medida em 1991. Em seguida, o PDT, o PV e o PPS também implantaram as cotas internas.

66 Lei Eleitoral nº 9.504/97, Art. 10: “Do número de vagas resultantes das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta (30) por cento e o máximo de setenta (70) por cento para candidaturas de cada sexo.” In: **Mulheres sem medo do poder: chegou a nossa vez**. Cartilha para mulheres candidatas a vereadoras. DIPES – IPEA. Senado Federal, 1996.

67 Em 2005, a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos do Brasil elaborou uma cartilha de expressões politicamente incorretas, explicando o significado das mesmas e com o intuito de desestimular o seu uso, sugerindo as expressões “politicamente corretas”. Expressões do tipo: **a coisa ficou preta**: forte conotação racista contra os negros, pois associa o preto a uma situação ruim; **Baianada**: atribui aos baianos inabilidade no

suscetibilidades de ordem étnica, de gênero, de orientação sexual etc.⁶⁸

Considerando, portanto, tais “regras” do que pode e deve ser dito, qualquer discurso, por exemplo, de caráter misógino, pode soar como anacrônico, até considerado crime, e, portanto, interdito, como o discurso do folheto em questão. De acordo com Foucault (2000, p. 9), em nossa sociedade atual, o principal procedimento de exclusão é a interdição. Para o autor (op. cit, p. 9):

Em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes.

Assim, mediante a análise dos elementos tanto imagéticos quanto textuais que compõem ambos os folhetos, identificamos um discurso de desqualificação da candidata com base no seu gênero. Tal elemento é demonstrado, em princípio pela disposição, em ambas as xilogravuras (folhetos 1 e 2), das pernas abertas o que também é constitutivo de uma representação negativa da figura feminina. Embora haja uma mudança (fruto da interdição do primeiro folheto) em relação ao segundo (no segundo folheto os caracteres sexuais foram cobertos), mantém-se, na segunda xilogravura a mesma disposição das pernas abertas, apresentando, pois, um corpo feminino destoante de toda uma tradição, profundamente marcada pela ética “cristã”, que atribui valores do recato a esse gênero.

Outro aspecto desse discurso sexista é a presença do **caldeirão** e da **colher** que destaca de forma depreciativa a questão dos espaços público e privado em relação à figura feminina. Mobilizando um pré-construto de representação da mulher na sociedade patriarcal como inscrita no domínio doméstico é que se torna possível perceber o efeito de sentido da

trânsito. É um preconceito de caráter regional e racial, como os que imputam malandragem aos cariocas, esperteza aos mineiros, falta de inteligência aos goianos e orientação homossexual aos gaúchos; **Cabeça-chata**: termo insultuoso e racista dirigido aos nordestinos, cearenses em especial. **Sapatão**: usada para discriminar lésbicas, mulheres homossexuais. Entendidas e lésbicas são termos mais adequados. **Veado**: uma das referências mais comuns e preconceituosas aos homossexuais masculinos. Expressões adequadas são gay, entendido e homossexual. A cartilha, após sofrer várias críticas, como a do escritor João Ubaldo Ribeiro, não foi publicada. In: Suspensa a cartilha “politicamente correta”. O Estado de São Paulo, 7 de Maio de 2005.

68 Isso não significa que discursos racistas, sexistas, homofóbicos e discriminatórios de toda espécie não existam. Ao contrário, existem, mesmo, por exemplo, grupos racistas organizados como os neo-nazistas na Europa, os *skeen-hads* etc. O que é interessante analisar é justamente as relações de dispersão e regularidade (Foucault, 1997a) desses discursos.

imagem da colher, visto que pertence ao campo semântico da **cozinha**, lugar tradicionalmente atribuído a este gênero. A colher e o caldeirão evocam o espaço doméstico, fazendo falar enunciados bastante vivos na memória discursiva do leitor de que “lugar de mulher é na cozinha”. Considerando, ainda, o contexto sócio-histórico em que essa mulher preteria um cargo público, ser-lhe-ia, pois, incompatível. Pelo gênero da mesma, estaria, assim, desqualificada para o exercício de um cargo público, o qual estaria reservado a alguém **não-mulher**. O caldeirão, além da mesma conotação concernente ao espaço doméstico, evoca, ainda, outra representação feminina indesejada: as denominadas bruxas pela Igreja Católica Medieval, assim consideradas as mulheres que possuíam conhecimentos relativos a curas com plantas medicinais, etc. Mas a princípio, naquele contexto histórico, qualquer mulher poderia assim ser considerada, de acordo com o discurso católico medieval, que atribui à mulher ligações demoníacas, baseado no mito de Adão e Eva, de acordo com o qual, o pecado original é culpa da mulher, por ter tentado e seduzido o homem. (Gen: 3/6).

Tais elementos podem ser captados, ainda, na materialidade verbal do texto, por meio de atributos relacionados ao gênero:

Esse verso é dirigido
 À **dama da enganação**
 Uma **mulher candidata**
 Que alimenta confusão
 Dizendo muita besteira
 No palanque pra multidão.
 (F1, p. 01, e 3)

A desqualificação do discurso da candidata, aqui, ocorre, em função do seu gênero, por meio do acento no substantivo “mulher”. Assim sendo, de acordo com o texto, não é somente uma candidata que fala besteira no palanque, é uma **mulher** candidata.

O discurso sexista pode ser lido, também, por meio dos verbos **ciscar**, **cocoricar** e **cocorejar**, os quais são utilizados para referir-se a “galinha”. Popularmente, a imagem da galinha atribuída à mulher é significado de forma pejorativa, em geral, associado ao comportamento sexual.

Ô coisinha pra enganar
 Vá **ciscar** noutro terreiro
 Pra poder **cocoricar**.
 (F1, p. 02, e 4)

Cocorege noutro sítio
Com o martelo e o facão
(F1, p. 03, e 3)

O que é confirmado em outra estrofe, que retoma uma expressão popular de xingamento no Ceará, um lugar para onde se mandam as pessoas indesejáveis: “Vá para a baixa da égua”, traiçagem (traição) além de “triagem” e “vadiagem”, ambas expressões relacionadas ao comportamento sexual:

Só a mula sem cabeça
Faz tamanha traiçagem
Ou a **égua lá da baixa**
Quando está na **vadiagem**
Escove a boca primeiro
Pois você tem é triagem
(F1, p. 03, e 1)

A desqualificação do discurso da candidata alude, ainda, na memória discursiva, a discursos sobre supostos fracassos de administrações municipais de mulheres do mesmo partido político da candidata:

Sim, ó **Maria Luiza**
Coxa, bamba e sem razão
(F1, p. 03, e 3)

Íris é o retrocesso
Que nos pode acontecer
É como **briga de comadre**
Que ninguém pode entender.
(F1, p. 08, e 1)

Que é do arranco todo
De **Luiza e Erondina**
Foi o **caos nas prefeituras**
Com as brigas em surdina
Cada um querendo ser
Chave, arranco e bobina⁶⁹
(F1, p. 08, e 2)

69 Grifos nossos.

Assim, de acordo com o folheto, uma administração da candidata seria o caos, a exemplo de administrações anteriores de mulheres petistas: Maria Luiza Fontenelle, prefeita de Fortaleza de 1985 a 1988⁷⁰ e Luiza Erundina, prefeita de São Paulo de 1989 a 1992, as quais seriam **brigas de comadres**, uma expressão cristalizada da língua portuguesa que atribui ao gênero feminino a condição de envolver-se em assuntos insignificantes, relativos a disputas irrelevantes, “de comadres”, cuja administração seria o caos, possibilitando as disputas internas, onde todos queriam ser tudo: “chave, arranco e bobina”.

O folheto constrói, na seqüência, representações da figura feminina, opondo dois tipos de mulheres: uma, da esfera privada: “minha mulher, quem eu amo, a mulher alheia” e a outra: a Matriarca do Cão, Comadre de Satanás, égua lá da baixa quando está na vadiagem.⁷¹

Minha mulher tem respeito
O que **você** fez da AMAR⁷²
Se não teve nem topete
Pra ela administrar
O que dirá da cidade
Que você quer bagunçar?
(F1, p. 03, e 2)

Não fale de **quem eu amo**
(F1, p. 02, e 1)

“Estorquir” é coisa suja
Dá processo e dá cadeia
É o mesmo que falar
Sem razão da **mulher alheia** ⁷³
(F1, p. 03, e 5)

Nessa perspectiva é que se inscreveram os dizeres (verbais e imagéticos) relativos à figura feminina, por exemplo, visto que não se pode dizer tudo em qualquer lugar, em qualquer época. Assim, o que “não podia ser dito”, mas foi, deve-se a todo um regime de discursividade desse momento histórico contemporâneo, mediante uma sociedade prenhe de

70 Inúmeras dispositivos de desqualificação da então prefeita de Fortaleza, em virtude do seu gênero, foram veiculados na imprensa, na época do seu governo, por meio de textos, charges, etc.

71 No próprio processo de nomeação da mulher enquanto ocupante de cargos públicos, há uma diferença de sentidos, quanto à questão de gênero. Por exemplo, quando se diz “homem público”, em geral, o atributo “público” está relacionado às suas atividades profissionais ou políticas. No entanto, quando se diz “mulher pública”, há, na memória discursiva, a ativação de um sentido do âmbito sexual. Outro aspecto lingüístico do papel da mulher na vida política é a designação de “Primeira-Dama” para a esposa do chefe do executivo (municipal, estadual ou federal). No entanto, não se conhece a designação do mesmo cargo para o esposo de uma chefe do executivo. Como se chama o cargo do esposo da prefeita, governadora ou presidenta da República?

72 Associação dos Artistas e Amigos da Arte, entidade da qual a candidata foi presidente.

73 Grifos nossos.

dizeres/saberes sobre a participação das mulheres na sociedade, oriundos dos movimentos feministas e “pós-feministas” e inscritos em diversas instituições sociais como a Justiça, sindicatos, Organizações não-governamentais (ONGs), partidos políticos etc. Momento em que as mulheres ocupam cada vez mais postos no mercado de trabalho e em diversos setores de atividades, momento em que foi aprovada, por exemplo, a Lei das Cotas para mulheres no sentido de promover uma maior participação política feminina, um esforço da sociedade no sentido do “politicamente correto” etc.

Nesse momento, um discurso misógino, de desqualificação de um suposto governo feminino com base no gênero, surge como algo anacrônico, considerando o regime de discursividade contemporâneo. Daí a interdição desses dizeres, os quais, no entanto, reivindicam o direito de existência, o direito de serem ditos, com base na liberdade de expressão.

Esse discurso, no entanto, não ecoou uníssono no espaço político da cidade. Ele teve reações as mais diversas, além da interdição pela Justiça, como por exemplo, uma “carta aberta” do escritor Antônio Taumaturgo Salviano, veiculada na coluna Opinião do Jornal do Cariri (jornal de maior circulação na Região), em 21/09/2000.⁷⁴

74 A FE – Frente de Esquerda – coligação da candidata decidiu não se pronunciar publicamente, tática política para não dar mais visibilidade ao folheto. Apenas solicitou judicialmente a sua interdição.



Articlistas

Carta aberta ao senhor Abraão Batista

O respeito que devemos ter por esta terra, que guarda no seu ventre os despojos sagrados de seus fundadores e de entes queridos e inesquecíveis, impedem-nos ao desencadeamento de paixões violentas e perniciosas direcionadas ao seu povo.

Esta cidade que ama o trabalho, a ordem e a paz gostaria que este pleito eleitoral fosse voltado à tranqüilidade, para assistir, sem constrangimentos, a uma campanha processada com a segurança altaneira a que faz jus a terra do pe. Cícero. Porém, um fato inusitado, um fenômeno réprobo, assomou à mente de um cordelista de raiz política, esquerdista, oriundo do respeitável "MDB", que numa atitude exótica e estranha feriu a dignidade da venerável "dona de casa". Foi um gesto estranho por menosprezar às normas habituais da vida pública; foi esdrúxulo por se divorciar dos objetivos sérios e probos do prélio eleitoral; foi extravagante por ultrajar à conduta moral dos homens de bem.

Um cordel, de autoria e responsabilidade do senhor Abraão Batista, encomendado ou graciosamente oferecido à coligação contrária à candidatura "Fé, a Esperança do Povo", apreendido pela Polícia Federal,



ANTONIO TAUMATURGO
SALVIANO
Escritor

deixou à margem os fatos e os elementos integrantes de uma campanha de alto estilo, para incumbir-se do desinteresse do exame das virtudes morais e cívicas da candidata Íris Tavares ao posto executivo.

Esse cordel se conduziu ao desrespeito e à desonra de uma jovem senhora viúva de conduta ilibada. Em seus versos ficaram evidenciadas as intenções criminosas do seu autor. O crime por ele praticado é inequívoco e de gravidade sem-par, constituindo-se pressuposto penal necessário da punibilidade.

O autor dessa macabra obra, bem como a coligação a quem esse cordel interessava, desfecharam uma ofensiva violenta, feroz e criminoso, conceituada no Direito como injúria e difamação contra a candidata Íris Tavares. Pensavam eles que essa infâmia atingiria tão-somente a dignidade da candidata da renovação política de Juazeiro, mas o alvo da ação foi bem maior, posto que, em contestação a todas as senhoras juazeirenses, ultrajaram-lhes a respeitabilidade da "Rainha do Lar", aviltando o que elas representam de mais sagrado, de mais sólido e de mais alentado alicerce da instituição chamada FAMÍLIA.

A sua ofensa, senhor Abraão, cujo nome de nascimento lhe fora dado por seus pais em homenagem a figura do rei de Israel, não nos merece ódio, mágoa nem rancor. Entretanto, a sua pessoa, sim. Porque o senhor se deixou levar pelo servilismo danoso a troco de privilégios. Do senhor temos pena do triste ocaso de um homem, que à época do nosso curso ginásial já era um bioquímico e professor de Física de nomeada, e agora desce desse pedestal, esquece sua condição de Mestre para atacar, desmerecidamente, uma senhora de procedimento irreprouvável, expondo-se ao ridículo com suas alucinações degradantes.

Por isso e fundamentado nisso, esse seu ex-aluno vem a público manifestar-se contra a fúria, o desespero seu e dos que falam em nome do binômio "Respeito e Cidadania", para dizer-lhes do orgulho que temos em defesa dos sentimentos cristãos da família juazeireNSE.

Por último, senhor Abraão, queremos evidenciar que em momento algum desse nosso artigo lhe faltamos com respeito. Entretanto, não se esqueça, que só merece respeito quem se conduz com respeito.

Antonio Taumaturgo
Salviano - Colaborador do
Jornal do Cariri

Nessa carta, ocorre a desqualificação do folheto Engana-me que eu gosto, em três sentidos:

1) O folheto enquanto “acontecimento” em si, qualificado como:

“fato **inusitado**”, “fenômeno **réprobo**”, “atitude exótica e estranha”, “macabra obra”, utilizando-se de um tom formal, tendo em vista a situação de comunicação e o gênero do discurso: um escritor dirigindo uma carta-resposta a um professor por meio de um veículo midiático como um jornal de grande circulação. A norma padrão da língua, por meio da adjetivação, por vezes rara como “répobro”, comum ao discurso jurídico, aqui é utilizada como mecanismo de legitimação, que evidencia “o poder pelo saber”. **Estranho** por menosprezar às normas habituais da vida pública; **exdrúxulo** por se divorciar dos objetivos sérios e **probos** de prélio eleitoral **Extravagante** por ultrajar à conduta moral dos **homens de bem**;

2) Mediante o seu conteúdo, o qual:

- a) Se conduziu ao desrespeito e à desonra de uma jovem senhora viúva de conduta ilibada;
- b) Feriu a dignidade da venerável “dona de casa”
- c) Ultrajou a conduta moral dos homens de bem
- d) Desfechou uma ofensiva violenta, feroz e criminoso;
- e) Atingiu não somente a dignidade da candidata, mas também a todas as “senhoras juazeirenses”, ultrajaram-lhe a respeitabilidade de “Rainha do Lar”, aviltando **o que elas representam de mais sagrado, de mais sólido e de mais alentado alicerce** da instituição chamada **FAMÍLIA**.

3) Pela crítica política ao autor de folheto:

“Cordelista de raiz política esquerdista, oriundo do respeitável MDB [...] o senhor se deixou levar pelo servilismo danoso a troco de privilégios [...]; triste ocaso de um homem, antes professor de nomeada reputação e agora esquece sua condição de Mestre [...] expondo-se ao ridículo com suas alucinações degradantes.”

E à coligação intitulada “**Respeito** e Cidadania”, encabeçada por Dr. Mauro Sampaio, candidato que o autor defende no folheto, utilizada pelo enunciador da carta de forma irônica: “só merece respeito quem se conduz com respeito”.

Essa carta-resposta traz ainda, uma representação de Juazeiro do Norte, como: “terra que guarda em seu ventre os despojos sagrados de seus fundadores e de entre queridos e inesquecíveis”; “cidade que ama o trabalho, a ordem e a paz”, a “terra do Padre Cícero” e uma representação da mulher como inscrita no espaço doméstico. Embora o folheto enuncie que a candidata é a “candidata da renovação política de Juazeiro”, a defesa que se faz, aduzindo a criminalização do discurso oponente (injúria e difamação) não é da posição-sujeito da **candidata**, da mulher pública (no sentido político), mas a posição-sujeito da “jovem senhora viúva, de reputação ilibada”, “dona de casa”. O texto parte dessa representação individual para atribuir um caráter de representação coletiva: “todas as senhoras juazeirenses”, ultrajando-lhe a respeitabilidade de “Rainha do Lar”, aviltando **o que elas representam de mais sagrado, de mais sólido e de mais alentado alicerce** da instituição chamada **FAMÍLIA**, cujo discurso se constitui, também, na forma de uma metonímia excludente, pois, se o que foi aviltada foi a honra das senhoras cristãs, mães de família juazeirenses, as que não são casadas, nem “donas de casa”, nem cristãs, não foram aviltadas.

Outra reação ao discurso anti-comunista/misógino do folheto, dos panfletos e dos discursos dos comícios das coligações oponentes à FE (à exceção da Coligação União Popular – PC do B, PSB, PAN) foi o panfleto intitulado: **CRISTÃOS CATÓLICOS EM APOIO A IRIS – 13**.



CRISTÃOS CATÓLICOS EM APOIO A IRIS - 13

Neste grande mutirão que as pastorais sociais realizam na contra-mão de uma sociedade onde a riqueza é acumulada nas mãos de poucos, o poder é centralizado, o saber é privatizado. O grande sonho é pela igualdade em todas as dimensões, com vida abundante, com justiça e paz, sem discriminação de classe, de gênero ou de etnia, e com plena valorização da pessoa humana.

Frente ao atual modelo de desenvolvimento econômico, destruidor do meio ambiente, e de mentalidade consumista, pleiteamos uma sociedade respeitadora das águas, da terra e de uma convivência solidária. Visando à construção de um projeto alternativo de sociedade, manifestamos nosso anseio por eleger políticos comprometidos em administrações populares, com orçamento participativo, engajados numa política de melhor distribuição de renda.

Há muitos desafios e obstáculos que dificultam a realização destes sonhos. Mas conscientes da nossa missão política, acreditamos que as nossas lutas de libertação em todos os níveis da vida, implica também a participação nas lutas político-partidárias. Por isso apostamos que a melhor opção neste momento a melhor escolha para Juazeiro está firmada na candidata **IRIS TAVARES - 13**, que representa a mudança e o compromisso com a população excluída, e a esperança de um começo de milênio pautado na solidariedade e na valorização do povo. Nada melhor do que começar um novo milênio com uma mulher à frente da administração pública. Em cada canto desta cidade podem estar grupos de pessoas comprometidas com o projeto político popular, acredite!

Somos cristãos católicos e nunca desistiremos de sonhar. Padres, Freiras e Leigos, assinam este manifesto:

Padre Francisco Jacinto Barros - Paróquia Dom João Bosco
 Padre Vileci Basílio Vidal - Paróquia de N. Sra. Aparecida
 Padre José Gonçalves da Silva - Pastoral da Juventude
 Ir. Maria Nely - Missionária Jesus Crucificado
 Nininha - Coordenadora Estadual da C.P.T
 Socorro Alves - Pastoral do Menor
 Francisco Casado - Pastoral dos Enfermos
 Joaquim Izidro do Nascimento - Crianças Carentes (oratório)
 Maria do Socorro Freitas Ferreira - CEBI N. Sra. Aparecida
 José Ivan e Maria de Fátima Alves - Pastoral Bíblica
 Dário e Graça Pereira - Articulação da Juventude Salesiana
 Maria Miranda da Silva - Grupo do Terço
 Irismar Lima - Rádio Comunitária Pe. Cícero Prog.- Farmácia
 Viva Adriano Torres - Leigo



Todos os elementos verbais e imagéticos nesse panfleto são significativos, começando a partir do quadro no canto superior direito com logomarca de uma campanha da Igreja Católica: “um novo **milênio sem exclusões**”, onde se vêem duas mãos humanas

envolvendo o globo terrestre, e no canto direito do próprio quadro da logomarca uma pomba branca - o símbolo da paz. Esse ícone dialoga com a estrela contendo o número 13 no meio do panfleto e com a foto da candidata do PT no canto inferior direito, fazendo com que os dizeres (tanto imagéticos quanto verbais) oriundas do campo religioso passe a fazer (outros) sentido (s) no campo político. De acordo com o discurso desse panfleto, a crítica não vai à baderna, ao comunismo, mas a uma “sociedade onde a riqueza é acumulada nas mãos de poucos, o poder centralizado, o saber privatizado”, ao “atual modelo de desenvolvimento econômico, destruidor do meio ambiente e de mentalidade consumista”, e cujo “sonho” é o de “um projeto alternativo de sociedade”, “uma sociedade respeitadora das águas, da terra e de uma convivência solidária.”

A **paz**, que nas outras formações discursivas analisadas simbolizam “ausência de baderna”, atribuída ao “comunismo” representado pelo PT, significa, de acordo com o discurso desse panfleto: “igualdade em todas as dimensões, com vida abundante, sem discriminação de classe, gênero ou de etnia e com plena valorização da pessoa humana”.

O panfleto enuncia também uma **missão**, termo oriundo do discurso religioso, mas não exatamente deslocado de um campo a outro, visto que, de acordo com o texto: “**as nossas lutas de libertação em todos os níveis da vida** implicam também a participação nas lutas político-partidárias”.

É, pois, nesse sentido que vão justificar o apoio de “padres, freiras e leigos” das pastorais sociais a uma candidatura: “manifestamos nosso anseio por eleger políticos comprometidos em administrações populares, com orçamento participativo, engajados numa política de melhor distribuição de renda”.

Há diferenças, também, com relação aos outros panfletos e folhetos quando da forma de representação de “uma mulher candidata”. De acordo com o panfleto: “nada melhor do que começar um novo milênio com uma mulher à frente da administração pública”, com base nos argumentos de que “a candidata IRIS TAVARES – 13 representa a **mudança** e o **compromisso com a população excluída** e a esperança de um começo de milênio pautado na **solidariedade** e na **valorização do povo**”.

Do ponto de vista do discurso político, um aspecto apontado pelo panfleto aproxima-se de algo semelhante a um programa de governo, o do PT, como, por exemplo, o orçamento participativo, proposta desse partido em diversas prefeituras que governa. No entanto, outros sintagmas, tais como “mudança”, “solidariedade”, “valorização do povo”, nos quais o folheto se baseia para legitimar o discurso da candidata petista são noções fluidas, vagas, que podem ser usadas pelas mais diferentes formações discursivas, adquirindo outros

sentidos, não ficando claro o que tais sintagmas significam exatamente, de acordo com essa formação discursiva, e ainda, do ponto de vista administrativo, como tais questões se manifestariam.

Considerando ainda que é um panfleto assinado, nominalmente e acompanhado da função que cada um exerce no seio das pastorais sociais e assinado de forma a demonstrar enfaticamente o lugar social de onde falam: **cristãos católicos**, é significativo o fato de não evocarem as figuras do discurso religioso cristão: nem Jesus Cristo, nem o Diabo, nem Caifaz, nem os fariseus, nem ninguém da Bíblia. Nem mesmo o Padre Cícero aparece no panfleto dos “cristãos católicos em apoio a Íris-13”.

4.3. A demonização do comunismo



A construção do discurso anti-comunista⁷⁵ ocorre em duas perspectivas:

1. Pela imagem da lagarta, em substituição à imagem interdita da figura demoníaca desnuda do primeiro folheto, a lagarta da xilogravura do segundo folheto funciona como um eufemismo, uma atenuação do que se diz, por causa dos dispositivos de coerção do

⁷⁵ Esse discurso anti-comunista tem precedentes na história. Foi utilizado pelos nazistas para perseguir as pessoas dessa corrente ideológica, assim como judeus, ciganos e homossexuais. No Brasil foi utilizado no governo de Getúlio Vargas e teve seu auge no período da Ditadura Militar, por causa da Doutrina de Segurança Nacional. Ver: INDURSKY, F. A fala dos quartéis e outras vozes. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

dizer. Assim, tanto a xilogravura como o texto do cordel representam a candidata petista como lagarta, como **praga**, a qual, numa outra formação discursiva - agricultura, funciona como elemento indesejável, o **inimigo** natural das plantações, o que as **destrói**. O *anti-modelo* político do comunismo é construído a partir dessa metáfora, do deslizamento do sentido, da transferência de sentidos do universo da agricultura para o campo político. A imagem recupera, por meio da memória discursiva, a simbologia do campo político da esquerda: a bandeira e principalmente o símbolo do comunismo: a foice e o martelo, cunhados no interior da III Internacional Comunista e que funciona como símbolo dos partidos desta vertente ideológica. A foice simboliza os trabalhadores do campo e o martelo simboliza os trabalhadores da cidade. Os dois interligados simbolizam a união dos trabalhadores do campo e da cidade. No entanto, pelo fato da não-transparência dos sentidos, visto que os mesmos podem ter diferentes significações em formações discursivas distintas, no contexto histórico de Juazeiro, a utilização desses símbolos vai fazer falar o discurso do Padre Cícero contra o “comunismo ateu”, anti-Cristo e toda uma memória discursiva em torno da demonização do comunismo vai ser mobilizada.

É, pois, por essa via, que tais elementos vão adquirir outros efeitos de sentido, na perspectiva de desqualificação do discurso da candidata petista. Ao atribuir a esta candidata o discurso comunista por meio do símbolo associado a uma lagarta, a que destrói as plantações, produz o efeito de sentido de que aquela prática discursiva “comunista” seria a destruição de algo sólido, já “plantado”, já instituído, ou seja, na “lavoura” política de Juazeiro, a candidata do PT atuaria como elemento destruidor do que já estaria solidificado;

2. Outro aspecto do discurso anti-comunista presente no folheto refere-se à construção de efeitos de sentido em torno de dois ícones dessa vertente ideológica: a foice (presente no símbolo juntamente com o martelo) e a cor vermelha, que simboliza o sangue dos trabalhadores mortos em luta de classe “em si” a “classe para si”:

É desgraça atrevida
 Anda com **a foice** na mão
 Corre chorando na rua
 Só prá chamar atenção

- “O MEU SANGUE É VERMELHO”!⁷⁶

E Padre Cícero Romão?

(F2, p. 05, e 5)

À época da campanha eleitoral de 2000, espalharam boatos na cidade de que a candidata, se eleita prefeita de Juazeiro, iria pintar a bandeira do Brasil de vermelho⁷⁷ bem como a estátua do Padre Cícero. Por vezes, havia o comentário de que iria levar a estátua do Padre Cícero para a vizinha cidade de Crato, onde nasceu Padre Cícero.⁷⁸

Nem a **bandeira do Brasil**
 Nem o **nosso Monumento**
 Serão vítimas da besta
 Ó meu Santo Sacramento
 Alertai o nosso povo
 Daí a ele novo alento
 (F2, p. 08, e 3)

4.3.1. Silêncio significativo

Em As formas do silêncio no movimento dos sentidos, Orlandi (1997, p. 105) afirma que o silêncio não fala, ele significa, sendo, pois, inútil, traduzir o silêncio em palavras; é possível, no entanto, compreender o sentido do silêncio por métodos de observações discursivos.

A autora (op. cit, p. 105) distingue, duas grandes divisões nas formas do silêncio: a) o silêncio fundador – aquele que torna toda significação possível, e b) a política do silêncio ou **silenciamento** que dispõe a cisões entre o dizer e o não-dizer.

Nesse conjunto de discursos sobre as eleições de 2000 em Juazeiro, não há

76 Sobre o vermelho, o discurso da candidata petista atualizava o discurso do Milagre da Hóstia em outra perspectiva, discursando nos comícios: “o vermelho é a cor do sangue que jorrou da boca da Beata Maria de Araújo”, atualizando, pois, a *dêixis* fundadora da história de Juazeiro.

77 Intentos atribuídos também ao então candidato do PT à presidência em 1989, Luís Inácio Lula da Silva, de que iria pintar a bandeira do Brasil de vermelho.

78 De acordo com várias testemunhas, alguns dias antes das eleições foram distribuídas, principalmente nos bairros mais populosos da cidade, estátuas do Padre Cícero pintadas de vermelho, assinadas pelo PT.

referência nem no folheto de cordel nem nos panfletos às candidaturas da coligação União ⁷⁹ Popular. O silêncio, ou silenciamento, nesse sentido, é bastante significativo, pois a discursivização pressupõe a legitimação, o reconhecimento de que aquele sujeito tem o direito de enunciar, de estar lá, de entrar na ordem do discurso.

Mesmo com discursos de forte viés anti-comunista atribuído ao PT, que não se define, nem atua como um partido comunista, ⁸⁰ não se faz referência à coligação encabeçada pelo Partido **Comunista** do Brasil.

4.4 Misoginia e anti-comunismo na teia do discurso religioso

*Numa nesga de silêncio
Cabe todo o ruído do mundo
(Fred Girauta)*

De acordo com Orlandi (1986, p. 244) o discurso religioso é o discurso da mistificação por excelência, cuja constituição é, essencialmente, simbólica, e baseada na dicotomia temporal/espiritual. Isso quer dizer que nesse universo discursivo, há sujeitos da ordem temporal e outros sujeitos da ordem espiritual, os quais não podem falar diretamente, atuando, portanto, esse discurso, na forma de uma **subsunção de voz**, do campo temporal na outra da qual é representante: “Em termos de discurso, é a subsunção de uma voz pela outra

79 Não foi só por parte das outras coligações que a candidatura da Frente União Popular deixou de ser mencionada. Em 22 de agosto de 2000, a candidata entrou com uma representação contra o provedor de internet *baydejbc*, denunciando uma *home page* divulgada por este provedor em que constavam as candidatas mulheres do Brasil e o seu nome, juntamente com o da sua candidata a vice-prefeita, a advogada Tânia Matos, não constava no site. A juíza Fátima Jayne atendendo liminar proposta pela coligação União Popular determinou a retirada imediata da *home page* de responsabilidade do referido provedor, na qual, para prefeito de Juazeiro apareciam apenas três candidatos, excluindo-se, propositadamente o nome e a proposta de Salete Maria. In: Jornal Folha da Manhã, 23 de agosto de 2000. Boicote contra Salete sofre baixa. Tal decisão da Justiça baseou-se na infração por parte do provedor ao Art. 16 da resolução 20.562 e 20.627, segundo o qual: “A partir de 1º de junho de 2000, é vedada às emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal e noticiário: [...] IV – dar tratamento privilegiado a candidato, partido político ou coligação”. [...] § 4º. As disposições deste artigo aplicam-se aos sítios mantidos pelas empresas de comunicação social na internet e demais redes destinadas à prestação de serviços de telecomunicações de valor adicionado, inclusive provedores da internet (Lei 9.504/97, art. 45, § 3º). In: REPRESENTAÇÃO da Coligação União Popular à Juíza Eleitoral – 28ª zona, Comarca de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará. 22 de agosto de 2000.

80 Embora na sua composição existam correntes de orientação que se reivindicam comunistas, essas correntes são ultra-minoritárias, definindo-se o PT, em seu I Congresso, como um partido social-democrata, havendo quem diga até que, por conta de sua política atual tenha se transformado num partido neoliberal.

(estar no lugar de). Assim, quando digo que a voz de Deus se fala no padre, é como se Deus falasse: a voz do padre é a voz de Deus. Essa é a forma de representação (...), a relação simbólica”, ou seja, é uma voz que se fala na outra da qual é representante.

Na formação discursiva cristã, Deus é o Sujeito-Mor, o que nomeia os outros e a si próprio, mas não pode ser nomeado. Ele é a origem do Verbo e é o próprio Verbo.

Tais elementos levaram a autora a conceituar o discurso religioso como “aquele em que fala a voz de Deus: a voz do padre – ou do pregador, ou em geral, de qualquer representante seu – é a voz de Deus (1996, p. 243), [...] sem que se mostre o mecanismo pelo qual essa voz se representa na outra” (ORLANDI, 1996, p. 245). Ou seja, segundo a autora, o apagamento da forma pela qual o representante se apropria da voz é que caracterizaria a mistificação:

Há um desnivelamento fundamental na relação entre locutor e ouvinte: o locutor é do plano espiritual (O Sujeito, Deus) e o ouvinte é do plano temporal (os sujeitos, os homens). Isto é, locutor e ouvinte pertencem a duas ordens do mundo completamente diferentes e afetadas por um valor hierárquico (...) o locutor é Deus, logo, de acordo com a crença, imortal, eterno, infalível, infinito e os ouvintes são humanos, logo, mortais, efêmeros, falíveis, finitos (...). Na desigualdade, Deus domina os homens. (ORLANDI, 1996, p. 243).

Assim, os agentes da interpretação, na ordem temporal, por exemplo, no catolicismo romano, são os representantes da Igreja: o Papa, o Bispo, os Padres, e na ordem espiritual, a relação se faz por mediadores como os santos, etc. Essa dicotomia original ocasiona várias outras, pois a imortalidade/mortalidade instala, para os homens a relação vida/morte, de onde advém a necessidade de salvação para a vida eterna, cujo instrumento fundamental é **a fé**.

É a própria Orlandi (1997, p. 30) quem vai rever essa concepção do discurso religioso como “aquele em que fala a voz de Deus”. Segundo a autora, essa definição pode ser interessante para o teólogo, mas não o é para o analista do discurso:

Na perspectiva da Análise do Discurso, o que funciona é a onipotência do silêncio divino (.) Deus é o lugar da onipotência do silêncio. E o homem precisa desse lugar para colocar sua fala específica: a de sua espiritualidade. **No discurso religioso, em seu silêncio, o homem faz falar a voz de Deus.** (grifos nossos).

Isso significa dizer que é no silêncio divino que o homem inscreve o seu próprio discurso, pois, através das práticas, dos rituais, dos gestos, dos textos, o homem constrói um conjunto de representações sobre si mesmo, e passa a denominá-las “vontade de Deus”. No prefácio da *Ideologia Alemã* (1988, p.XII), Gorender afirma que “o homem se objetiva em Deus e nele projeta suas melhores qualificações: amor, bondade, sabedoria, justiça (...).”

Concordamos com a autora quando da caracterização do discurso religioso como aquele no qual, mediante o silêncio divino, o homem projeta o seu discurso. Discordamos, no entanto, quanto à questão da mistificação, de que “é no apagamento da forma pela qual o representante se apropria da voz que caracteriza a mistificação”. Pensamos que não há apagamento do mecanismo de apropriação da voz, não podendo, portanto, ser aí onde reside a mistificação. Em várias passagens do texto bíblico, por exemplo, ocorre a explicitação dessa apropriação, em geral, ou Deus fala diretamente ao mensageiro, o enviado, o qual, adquire, a partir daí a legitimidade para tal ou na forma onírica ou de visões, como Joana D’Arc, que tinha visões, ou ainda, o anjo Gabriel que apareceu a Maria advertindo-a de que ela seria a mãe de Jesus, o Cristo etc.

Como estamos tratando do **funcionamento dos discursos**, observamos que o discurso religioso tem outros mecanismos de legitimação diferentes, por exemplo, do discurso científico, cuja legitimidade advém de comprovações, demonstrações etc.

Nesse sentido, Cossutta e Maingueneau (1995, p. 42) vão falar de **discurso constituinte**, ou seja, um tipo de discurso, cujo funcionamento ocorre de forma singular:

Esse tipo de discurso possui suas bases em si mesmo, e só se legitima por si mesmo. Daí um paradoxo, pois o discurso constituinte possui uma estrutura circular fechada em si mesma. O mesmo não se faz valer e nem se apóia em elementos de outras categorias discursivas para se instituir, visto que possui um **caráter próprio de verdade**.⁸¹ (grifos nossos).

Os autores consideram como constituintes o discurso religioso, o discurso jurídico, o discurso científico, o discurso filosófico e o discurso literário, nos quais “as palavras se sobrepõem sobre outras que se sobrepõem a todas as outras” (Maingueneau, 2002). A legitimidade do dizer, nesse tipo de discurso, vem da dêixis fundadora, primeiro mecanismo de acesso à **cenografia** de uma formação discursiva. Para Maingueneau (1989, p. 42):

81 Grifos nossos.

A dêixis fundadora de um discurso são a(s) situação (ões) de enunciação anteriore (s) que a *deixis* atual utiliza para a repetição e da qual retira boa parte de sua legitimidade [...] uma formação discursiva, na realidade, só pode enunciar de forma válida se puder inscrever sua alocação nos vestígios de uma outra *dêixis*, cuja história ela institui ou “capta” a seu favor.

Os mecanismos de legitimação do discurso religioso ocorrem, portanto, por meio dos rituais, dos gestos, da atualização dos gestos e *dêixis* fundadoras, as quais são responsáveis pela circularidade dos dizeres, ou seja, o seu eterno retorno e perpétua atualização. Por exemplo: o Padre Cícero teve um sonho com Jesus Cristo no qual o próprio o investe da tarefa de evangelizar na cidade de Juazeiro do Norte, o que ele realiza do ponto de vista temporal. Num determinado momento, ocorre o fenômeno de sangramento da hóstia. Há, portanto, dois lugares de memória falando nesse discurso: um, o da Redenção de Jesus Cristo para a expiação dos pecados do mundo, como *dêixis* fundadora e de uma série de outros fatores que o constituem como sujeito autorizado, o Verbo encarnado, Deus que se fez homem; e o outro, a atribuição ao Padre Cícero de enunciar em Seu nome. No momento da transformação da hóstia em sangue, essa memória é atualizada, significada como uma Segunda Redenção. Milhares de pessoas acorrem à cidade, fazendo promessas. Seus pedidos são alcançados, pagam-se as promessas. Fazem-se promessas para as crianças pagarem e assim esse discurso se perpetua, sempre o mesmo e nunca o mesmo.

A mistificação ocorre, pois, não necessariamente no apagamento da forma como o representante se apropria da voz, mas nos complexos processos de construção da legitimidade dos sujeitos nesse campo de saber/poder temporal e espiritual. Ela pode atuar, por exemplo, nos dispositivos de reconhecimento pelos outros sujeitos de que aquele é o sujeito-mensageiro da palavra divina, como, por exemplo, no reconhecimento por parte dos outros sujeitos de que aquele sujeito, detém um **poder-fazer** milagres etc.

Outra discordância com a autora diz respeito à definição dos sujeitos do discurso religioso. Mais uma vez estamos tratando de relações simbólicas. Portanto, se há uma perpetuação do discurso religioso é porque as relações estabelecidas com a divindade não são assim tão unilaterais: Deus fala e o homem ouve, obedece e assujeita-se. O sujeito temporal não é simplesmente ouvinte. Ele fala, ele solicita. O que é a oração se não a forma que o homem encontrou para falar com as suas divindades? Essa relação não é uma via de mão única: “Você fala/manda, eu escuto/obedeço”, mas “Você fala, eu obedeço, eu peço, Você me ajuda, eu lhe agradeço, eu peço novamente”.

Tal concepção de sujeito religioso da autora está diretamente relacionada a uma concepção de “poder” como algo centralizado. Pensamos que, mesmo no discurso religioso, cujo sujeito-mor é o criador de todas as coisas e a quem todos devem obediência, há brechas para “táticas de negociação” com esse sujeito, do que pode ser um indício, por exemplo, os mais diversos tipos de sincretismos religiosos, tão comuns no Brasil.⁸²

Embora concordemos com a autora que não há, em nenhum momento, a inversão de papéis e nem “alteração do estatuto jurídico” dos sujeitos, visto que a divindade sempre estará numa posição de superioridade, essas relações se perpetuam, visto que não são unívocas, de poder absoluto, mas relações sujeitas a falhas, faltas, ao equívoco, à negociação, ao jogo de identificação/desidentificação/contra-identificação do sujeito religioso com a sua formação discursiva. Em Juazeiro, por exemplo, a figura que detém a autoridade de representante do sagrado na terra não é alguém ligado à hierarquia católica, mas um padre suspenso de ordens pela instituição católica, cujas práticas religiosas questionaram, não por sua vontade, mas por força dos acontecimentos, até mesmo aspectos doutrinários desta instituição, por causa do chamado “Milagre da hóstia”.

Em 1888, no momento em que o Padre Cícero oficiava a comunhão da Beata Maria de Araújo, a qual apresentava, antes do ocorrido os estigmas da crucificação de Cristo, a hóstia se transformou em sangue, fenômeno que exigia uma interpretação. De acordo com a “teologia popular de Juazeiro”, tratava-se de uma “Nova Redenção”, ou seja, um novo derramamento do sangue de Jesus Cristo para a expiação dos pecados do mundo.

Esse fenômeno causou grandes transformações na história do pequeno lugarejo antes denominado Taboleiro Grande, depois Juazeiro do Norte. Milhares de pessoas acorriam a Juazeiro para venerar a santa beata Maria e o “Padim Ciço”, também considerado santo, o que irritou profundamente o Bispo D. Joaquim, de Fortaleza, como o mais próximo representante da instituição eclesiástica. Era o final do século XIX e a Igreja Católica protagonizava uma política de “romanização”, ou seja, a difusão da fé nos santos católicos tradicionais europeus. A veneração de santos vivos e a aceitação de milagres protagonizados por essas pessoas entravam em choque com essa política e com a teologia católica que afirma

⁸² Em Juazeiro do Norte, por exemplo, “sob as bênçãos de Padre Cícero” e na Região do Cariri cearense existem perto de uma centena de agremiações religiosas de todas as vertentes: evangélicos os mais diversos, espíritas, Vale do Amanhecer, “Borboletas Azuis”, confraria de penitentes, Testemunhas de Jeová, Rosacruz, Teosofia, Gnose, União do Vegetal etc. Só terreiros de candomblé, macumba, umbanda, em Juazeiro, tem mais de cem. Pensamos futuramente em desenvolver pesquisas sobre as “outras vozes” das religiões em Juazeiro e nessa Região.

ter acontecido apenas uma Redenção: a do próprio Jesus Cristo. Então, D. Joaquim enviou uma comissão de membros de alta confiança do clero para averiguar os fenômenos de Juazeiro. Ocorreu que os dois clérigos, membros da comissão, examinaram a beata, ouviram testemunhas e comprovaram o fenômeno como milagre, recebendo, ambos, inclusive, das mãos da própria beata, a comunhão das hóstias ensangüentadas. Estava instalada a discórdia. Como é que uma mulher, nordestina, negra, semi-analfabeta, leiga, poderia receber os estigmas da crucificação de Cristo e dar a comunhão a dois membros do clero? O padre Chevalier, lazarista francês, reitor do Seminário da Prainha, em Fortaleza, onde Padre Cícero foi ordenado, dizia que “Jesus jamais deixaria a França para derramar seu sangue no interior do Nordeste”.

Instala-se, pois, uma "questão religiosa" entre os fenômenos de Juazeiro e a hierarquia da Igreja Católica. Posteriormente, o Bispo D. Joaquim enviou um outro padre, o padre Alexandrino, que procedeu a comunhão à beata durante três dias e nada aconteceu. Deu-se, pois, o bispo por satisfeito, declarando em sua sentença o veredicto: **embuste!** Como punição, determinou que a beata fosse recolhida à Casa de Caridade no Crato, para que ninguém a visse, e suspendeu o Padre Cícero de ordens, ficando este impedido de exercer as suas atividades de sacerdote.

Tal situação perdura até hoje: oficialmente o Padre Cícero não é um sacerdote católico, o que não impediu que uma grande quantidade de pessoas do País inteiro o venere como santo. O Bispo D. Fernando Panico, da Diocese de Crato, cidade vizinha a Juazeiro, lidera, atualmente, uma comissão que solicita do Vaticano a reabilitação de ordens do Padre Cícero, o que foi o desejo e a luta deste durante toda a sua vida.⁸³

Assim, não só “o lado do Bem” do discurso religioso tem os seus representantes na terra, o outro lado, também, o Satanás, teria o poder de falar através de representantes terrenos:

Falou foi a **bestafera**
Pela boca do candidato
 Falar contra **Nossa Senhora**
 É burrice e desacato
 Como é a burra **dona Íris**

⁸³ Ver GRANGEIRO, C.R.P. **Catolicismos diversos na Igreja de Roma e A questão sócio-religiosa de Juazeiro do Norte.** In: **O discurso religioso na literatura de cordel de Juazeiro do Norte.** p 98 a 105. Crato: A Província Edições, 2002.

Que lambuza no seu prato
(F1, p. 06, e 1)

Isso significa que, pelo fato de “a bestafera” ser um sujeito da ordem espiritual, ele não pode falar diretamente, então, de acordo com o texto, ele se utiliza da capacidade temporal do sujeito humano para enunciar.

O texto ativa outro elemento recorrente do discurso religioso: a eterna luta do Bem contra o Mal, o qual seria personificado pela candidata:

(...) E o CRUZEIRO LUMINOSO
Do Padre Cícero Romão
Não passava de arapuca
Pra derrubar avião
Vejo **uma bestandade**
E **do mal a invocação**

Eu combato os grosseiros
Desde o tempo de rapaz
Agora vem essa dona
Com **a cara de Caifaz**
Vestindo o **anticristo**
E **comadre de Satanás.**
(F1, p. 07, e 1)

A palavra extorsivo
Cabe bem no seu salão
Repare-se bem no que diz
Sua **MATRIARCA DO CÃO**
Não engane o eleitor
Se não se esparrama no chão
(F1, p. 02, e 5)⁸⁴

O “Cão” é uma das inúmeras designações para o Diabo, o Demônio, o Satanás. Lúcifer era o anjo anteriormente mais querido de Jeová, que se rebelou contra o seu Senhor e desceu às profundezas, de acordo com a Bíblia.⁸⁵ Em diversas culturas, há diferentes personificações do Mal, como Caifaz, o sumo-sacerdote hebreu que ofereceu dinheiro a Judas para que este denunciasse Jesus. Caifaz, é, pois, na cultura cristã, uma das representações do anti-Cristo.

⁸⁴ Grifos nossos, maiúsculas do autor.

⁸⁵ Ver NOGUEIRA, C.R.F. **O diabo no imaginário cristão**. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.

Quem tiver ouvido ouça
 Pegue **o rosário** na mão
 Faça **uma CRUZ** na testa
 E o **símbolo de Salomão**
 Pra espantar **satanás**
 Que anda com assombração
 (F2, p. 04, e 3)

Olhem bem a cara dela
 Tem o espectro do cão
 Rezem o **Credo em CRUZ**
 Que é uma forte oração
 Ensinada pros romeiros
 Por Padre Cícero Romão.⁸⁶
 (F2, p. 07, e 4)

Aqui a presença de jogos enunciativos com a palavra CRUZ. Credo em Cruz, CC, diretamente associado ao candidato do PFL, cujo nome era Carlos Cruz e cuja logomarca de campanha era CC e cuja significação oscilava entre “Carlos Cruz” ou “Compromisso Comunitário”.⁸⁷ Os sentidos do religioso não se apagam através da paráfrase. Ao contrário, eles se transformam, adquirindo outros significados. O discurso político apropria-se dos elementos do discurso religioso: o símbolo de Salomão (a estrela de seis pontas), o rosário, a oração, romeiros, Padre Cícero, atuando fortemente na construção da imagem da candidata do PT como Satanás, A besta fera que é o Anti-Cristo descrito no Apocalipse 13:17-18. “Satanás é um mestre do disfarce e procura constantemente falsificar as verdades de Deus”. (Coríntios 11:13-15). Além disso, o Padre Cícero sempre atualizava esse discurso, afirmando que “a besta é traiçoeira e pode adquirir muitas faces, às vezes, até mesmo a de uma bela mulher”.

A apropriação desse discurso pelo discurso político não deixa marcas dessa apropriação, como aspas ou outro recurso, atuando, assim, uma das formas de heterogeneidade constitutiva que Indursky (1997, p. 345) chama de **incisas discursivas**, ou

86 Grifos nossos.

87 Esses jogos de palavras são comuns no discurso político nos mais diversos lugares. De acordo com Bonnafous et al., (1995, p. 231), o discurso político francês entregou-se, prazerosamente, principalmente no período entre-guerras, a jogos discursivos que envolviam a invenção verbal e a composição: *Cléricafard, cléricacathareux, dépoté ou radigaleux*. Mas ocorre ainda na atualidade, como por exemplo, a presença de um discurso de um Ministro do Interior Francês referindo-se ao ex-deputado Cohn-Bendit, do Partido Verde como “Con Bandit”.

Outro aspecto interessante da significação da sigla CC, antes da eleição, significava **Compromisso Comunitário**. Depois que o candidato foi eleito prefeito, passou a significar **Comunidade Consciente**, como formas de interpenetração de um discurso no outro. Em geral, os partidos de direita são acusados de compra de votos, enquanto a esquerda, geralmente, prega o “voto cidadão”, com consciência política. Comunidade Consciente é, pois, uma forma de réplica, de resposta a esse discurso de que no âmbito da direita, não há “consciência política”, mas jogo de interesses etc.

seja:

Formas não-marcadas da heterogeneidade discursiva e consistem em seqüências de fragmentos de seqüências discursivas oriundas de outros discursos que, ao serem interiorizadas, não deixam marcas de sua procedência externa, nem mesmo de seu processo de apropriação. Caracterizam-se por não apresentar um elemento introdutor, nem previsibilidade sintática ou formal.

É exatamente nessa imprevisibilidade que se constrói a ilusão da unidade, cujo efeito de sentido faz ao leitor parecer natural. É justamente nesse ponto de deriva onde atuam os efeitos de sentido provocados pelo inter-relacionamento entre formações discursivas distintas. O político só faz sentido porque ativa a memória discursiva religiosa e é aí onde ele age, na tensão entre esses dois universos discursivos: na memória política de forma mais esmaecida, muitas vezes, apenas subsidiária, mas de forma mais enfática, na memória religiosa. É a partir, pois, da reconstituição de uma memória discursiva religiosa onde são “inseridas” as falas “políticas”:

A tal lagarta só fala
Em greve e confusão
Não vê que **o trabalhador**
Não vive sem o patrão
Um servindo-se do outro
No trabalho e união (grifos nossos).
(F2, p. 06, e 4)

Empregada doméstica
Se não fosse a patroa
Como é que viveria?
Sem dinheiro e atoa
Sem comida para os filhos
E num barco sem ter proa
(F2, p. 06, e 5)

Aqui, a presença de um discurso político do “contrato social”, da conciliação entre as classes, uma visão positivista das relações sociais em que cada componente tem o seu lugar na conformação do “sistema”, um não podendo sobreviver sem o outro, o que cria o efeito de sentido de igualdade entre as classes, quando opõe “greve, confusão, baderna, brigas de comadres, caos, bagunça, xiita, identificando tudo isso com a candidata do PT, a “trabalho e união” identificando tais atributos aos outros candidatos, não só ao candidato do PDT como também o do PFL.

Não deve tal candidata
 Pelo povo ser eleita
 Ela é a **desavença**
Mentira pura, maleita
Maria Luiza boba
 Satanás é quem aceita
 (F1, p. 06, e 2)

Me diga qual o governo
 Que fica bem na baderna?
 (F1, p. 06, e 4)

Consideramos que, embora a interdiscursividade seja um elemento inerente e constitutivo da linguagem, todo esse atravessamento do discurso político pelo discurso religioso são marcas de alguns processos um pouco mais complexos dos “regimes de discursividade” contemporâneo. No caso em tela, pode significar o indício das “línguas de vento” no processo de constituição do discurso político, a sua “dessemantização”, ou, em outros termos, a “despolitização” da Política. São as “línguas de vento” inseridas num regime de discursividade contemporâneo que Courtine (2006) vai chamar de **discurso em estado líquido**.⁸⁸

A expressão “línguas de vento”, ou seja, a língua fluida, rápida, efêmera, característica principalmente dos meios de comunicação contemporâneos e que influenciam também o discurso político, são colocadas, em geral, em oposição às “línguas de madeira” ou “langue de bois”. A expressão “de madeira” refere-se a um tipo de linguagem hermética, opaca e designava, a princípio, um tipo de linguagem falada na União Soviética no período posterior à revolução bolchevique.

Volkoff (2004, p. 68) coloca alguns exemplos do funcionamento do que o seu tradutor brasileiro denominou de “língua de pau”:

Prefere as formas passivas e impessoais: “Fez-se um bom avanço construtivo, o laço mútuo foi reforçado, foram expressos votos, foi dada uma atenção particularmente profunda, como forma de sugerir um ‘nós’ coletivo [...]”; Os adjetivos descoloridos servem para dar aos substantivos um sinal positivo ou negativo, como “forças progressistas”, “abundância kolkhoziana”, “legalidade revolucionária” [...]; recorre, por vezes, a metáforas estereotipadas: “os comunistas são a carne da carne, o sangue do sangue da classe operária”, “Lenine é a encarnação ideal do revolucionário” [...]; recorre frequentemente à alegoria, à prosopopéia, à metonímia. Se quer designar-se a URSS, diz-se “O partido e o governo”; se querem referir-se aos Estados Unidos, diz-se “Wall Street” ou “o Pentágono”. A metalepse permite supor demonstrado o que não está, tipo a “justeza das teses leninistas”.

88 Cf. nota n° 2.

De acordo com Seriot (1986, p. 11) é o que a dissidência na União Soviética chamou de “*sukonnyj jakik*”: a língua de pano, rude, áspera, desigual; ou ainda, “a língua pastosa, que pesa na boca e a enche”. Línguas de peso, talhadas na massa (nas massas?) fundidas em um bloco, línguas de mármore, línguas de ferro.⁸⁹

Gadet e Pêcheux (2004) também consideravam como língua de madeira as línguas do Direito e da Política, por se tratarem de enunciados extremamente codificados, tipos de códigos fechados, inacessíveis a outros setores não envolvidos nesse campo de saber bem como à maioria da população. Consideravam os autores que, “com a ascensão dos meios de comunicação de massa, a língua do direito e da política se enrosca com a língua de vento da propaganda e da publicidade. Uma face obscura de nossa modernidade à que uma reflexão sobre a língua não poderia permanecer cega” (GADET E PECHEUX, 2004, p. 23).

O *Petit Larousse 2000* assim define essa expressão lexicalizada: “*manière rigide de s'exprimer en multipliant les stéréotypes et les formules figées, notamment en politique*”.⁹⁰

Nesse sentido, é possível pensar na hipótese de que não há dicotomia entre “língua de vento” e “língua de madeira”. As formas breves, os parágrafos curtos, as “frases de efeito”, assim como a utilização do cordel, a derrisão, a personalização da política, as referências ao discurso religioso numa perspectiva maniqueísta talvez sejam indícios de que as línguas de vento são apenas uma forma mais fluida (porém não mais inocente) da língua de madeira, visto que as questões de interesse do povo não são discursivizadas, são silenciadas, transformando assim a “fala política” num “diálogo de surdos” entre seus interlocutores mais imediatos, quais sejam: “o povo”, “os eleitores” e os seus mais variados “porta-vozes” e/ou pretensos governantes.

De acordo com Orlandi (1990, p. 35): “o discurso político é sempre um discurso sobre”. Isso quer dizer que o discurso político elege seus temas, ao mesmo tempo em que apaga, silencia outros. Quando se elege, pois, um certo tema em detrimento de outros, tal escolha está relacionada à questão do que se pode e deve falar em determinado tempo e lugar.

89 Em geral, refere-se à *langue de bois*, como uma “ideologização” da língua, uma espécie de privatização dos significados de determinadas expressões, como forma de se cristalizar sentidos, apagando outros. A *langue de bois* soviética já foi comparada, inclusive, com a *Novlangue* de George Orwell, em seu livro: 1984. No entanto, é necessário analisar até que ponto essas línguas de madeira são exclusividade dos bolcheviques, visto que, no discurso liberal contemporâneo tem-se, por exemplo, o uso de metonímias e eufemismos, como “flexibilização dos direitos trabalhistas”, “política de austeridade”, “abertura de mercados”, “enxugamento da máquina”, expressões que podem significar diferentemente em outras formações discursivas. Além disso, de acordo com as premissas da AD, todo discurso advém das formações discursivas, que, por seu turno, remetem-se às diferentes formações ideológicas, logicamente não de forma direta, unilateral e mecânica.

90 Maneira rígida de falar, multiplicando os estereótipos e as fórmulas petrificadas, principalmente em Política. Tradução nossa.

Falar, por exemplo, sobre o Satanás, Besta-fera, sobre Padre Cícero, no ano 2000, quando a cidade apresenta problemas estruturais como o crescimento desordenado, desemprego, serviços públicos inadequados, corrupção, é possível que se trate de uma outra forma de manter o discurso político distante das “questões políticas”, fazendo com que essa “língua de vento” seja não mais que uma outra face da “língua de madeira”.

É possível que essa língua de vento da Política ou essa política da “língua de vento” que ocorre, por meio, por exemplo, do silenciamento de determinados temas e de outros mecanismos seja uma outra de manifestação da língua de madeira, visto que de uma ou outra forma, “as falas políticas”, as questões concernentes à cidade, às pessoas, continuam inacessíveis ao “povo”.

Por outro lado, esse debate suscita uma outra questão de fundo: como se constitui o discurso político contemporâneo, particularmente, em Juazeiro do Norte? Existem de fato essas “questões políticas”, independentes do cruzamento com outros discursos ou é exatamente daí, de outras esferas sociais de onde ele extrai a sua legitimidade, não gozando, portanto, de autonomia? Em outras palavras: “o discurso político” existe de fato, é sério, faz sentido?

Além disso, esse discurso religioso tomando como base a autoridade da figura do Padre Cícero diz respeito, também, ao que Courtine (2006, p. 88) chama de uma “hierarquização da memória”, que assegura o futuro pela evocação do passado, que “ancora a volatilidade da palavra com o chumbo da lembrança” (COURTINE, 2006, p. 89). Como no exemplo do caso em tela, a memória do Padre Cícero que engendrou “o Juazeiro”. Nesse sentido, é importante perguntar: que Padre Cícero é esse, cujo silêncio onipotente faz falarem em seu nome? O “Padre Cícero” no discurso do cordel não é também mais do que um efeito de sentido, efeito de sentido de evidência, como se o discurso do Padre Cícero fosse transparente, fosse óbvio e sempre seja possível enunciar em seu nome com um determinado sentido, apagando outros. O Padre Cícero faleceu em 1934, período de transição e de transformações da antiga república para a chamada “República Nova”, mas que ainda predominava, sob outras formas, “o império do bacamarte” (Macedo, 1990), diferente das relações políticas atuais⁹¹.

Dessa época para os dias atuais houve toda uma mudança nos regimes de discursividade. O País passou por diversos períodos na sua história política: ditaduras, governos “democráticos” etc. No entanto, a ativação de uma memória discursiva com base no

91 Mudanças, mas não muitas, visto que “os bacamartes contemporâneos” são de outra ordem e sujeitos a outros tipos de relações e determinações.

Padre Cícero, produz o que Courtine (2006, p. 88), em sua análise do discurso do Partido Comunista Francês, vai denominar de “a ficção de um tempo imóvel”. Para o autor (op.cit, p. 88) “a memória discursiva funciona como gelo **do tempo histórico** no qual se forma a discursividade, [...], é a memória da história de ‘um tempo que não passa’, história imóvel, congelada.”⁹² (grifos do autor).

É como se o discurso do Padre Cícero fosse óbvio, translúcido, sempre idêntico a si mesmo e congelado no tempo, perspectiva desconstruída à medida que as mais diversas formações discursivas, nos mais diversos campos discursivos, utilizam-se da sua memória para enunciar.

4.5 O sujeito político masculino/não-comunista

À medida que o texto constrói pejorativamente a imagem do feminino/comunista, constrói, por outro lado, o que seria um legítimo porta-voz do povo de Juazeiro: um sujeito, masculino/não-comunista, o qual, para se legitimar, deve, necessariamente, reportar-se à figura de autoridade do Padre Cícero. De acordo com o texto, esse porta-voz legítimo do povo de Juazeiro é personificado pelo candidato da Frente liderada pelo PDT, Dr. Mauro de Alencar Castello Branco Sampaio, cujo “tom” de réplica diz respeito a denúncias de corrupção neste governo. O folheto recorre mais uma vez ao discurso religioso, por meio do termo **expição**, que na f.d religiosa é compreendida como forma de expurgar os pecados.

Doutor Mauro não merece
Semelhante expiação
(F1, p. 07, e 3)

Opondo, pois, dois tipos de político: o honrado, o inocente, que sonhou com a união, que investiu na infra-estrutura, o “grande homem” e “os outros: “parte da assessoria”, “o xeleléu”⁹³, “pessoas enganosas que fazem a linha três”. O folheto constrói, portanto, a imagem do “grande homem”, a qual para Jodelet (1989, p. 49) faz parte da memória discursiva do ocidente:

No campo político, ela serve para designar os homens de estado de uma estatura excepcional, de grandes condutores do povo, dotados de capacidade de alterar de forma duradoura, o curso da história, de modelar o destino de uma nação.” (.) sozinho a dominar os acontecimentos quando tudo se

92 “Vivemos nas instituições sob a vigilância dos mortos”. Legendre. P. **Jour du Pouvoir, traité de la bureaucratie patriotique**. Paris, Seuil, 1976.

93 Assessores dos políticos, palavra utilizada, em geral, com sentido pejorativo, semelhante a “puxa-saco”.

desagrega, ele se sente irresistivelmente poderoso no primeiro plano, como uma espécie de **lâmina de fundo**".⁹⁴

A construção do *ethos* do grande homem parte da representação homogeneizante da cidade como terra santa e do povo como "povo" religioso, agregado sob a liderança espiritual e temporal do Padre Cícero. Memória atualizada e falante que "autoriza" o candidato do PDT a representar essa massa uníssona que se chama Juazeiro. Sua imagem se recarrega, pois, dessa autoridade.

Diga quem mais investiu
No Padre Cícero Romão
 Na **nossa infra-estrutura**
 Prá nos dá o ganha-pão
 (F1, p. 07, e 3)

Essa imagem do "grande homem" joga com a duplicidade da posição de sujeito: ele é um sujeito pertencente a esta cidade, mas ao mesmo tempo encontra-se numa posição superior, que o coloca, em condições de falar **em nome de**, ser o porta-voz do povo desta localidade, cujo único "erro" foi sonhar com a união.

O erro de doutor Mauro
 Foi sonhar com a **união**
 De **políticos diferentes**
 Como seus peso e expressão
 - não se deve acender velas
 Pra Jesus e para o cão
 (F1, p. 07, e 2)

O *ethos* do "grande homem" adquire, pois, o tom de réplica. Como, pois, um "homem honrado" e honesto pode envolver-se em denúncias de corrupção no seu governo? Ocorre, pois, um processo de **personalização da política**, o deslocamento da figura do administrador, diferenciando-o do "governo", de "parte da assessoria"⁹⁵, do "xeleléu".

O erro de doutor Mauro
 Foi **parte da assessoria**

94 Dans le champ politique (...), elle sert à designer des hommes d'Etat d'une stature exceptionnelle, de grands conducteurs de peuples, crédités de la capacité d'infléchir durablement le cours de l'histoire, de modeler le destin d'une nation (.) Seul à dominer les événements lorsque tout se délite, il se sent irrésistiblement poussé au premier plan comme par "une sorte de **lame de fond**". Tradução e grifos nossos.

95 Esse *ethos* d'**o inocente** é recorrente no discurso político, faz parte do processo de personalização da política, como, por exemplo, durante as denúncias de corrupção no primeiro mandato do presidente Lula, foi construída a imagem de um sujeito isento, que não tinha conhecimento das atitudes dos que o cercavam. Os corruptos eram os "outros", os assessores, os ministros, desvinculando-se, pois, sua imagem pessoal da imagem de corrupção então associada ao seu partido.

Que trabalhou para derrubá-lo
 Durante o dia-a-dia
 Quando ele abriu os olhos
 Já estava em agonia
 (F1, p. 07, e 4)

Mas o povo é sabedor
 De Mauro, a honradez;
 Essas coisas absurdas
 Foi **o xeleléu quem fez**
 E as pessoas enganosas
 Que fazem a linha três
 (F1, p. 07, e 5)

No capítulo intitulado “*L’ethos, une stratégie du discours politique*”, Charaudeau (2005, p. 118) fala de um *ethos* do “chefe”. É a figura de um “guia supremo”. Como se o grupo social fosse incapaz de governar a si próprio e ver qual é seu destino, então surge a necessidade de um ser com características superiores ao do grupo, que seja capaz de guiá-lo por entre os acasos do tempo, as imprevisibilidades da vida e as peripécias do mundo.

Essa figura tem relação com a figura do pai, descrita por Freud. Em Política, pode ser um indício da ausência do próprio “grupo” como ator político, do próprio “povo” como agente do seu destino. Se há uma figura paterna, imbuída de autoridade e de “visão” para guiar o grupo, a tendência dos demais é se isentar da reflexão sobre os caminhos, sobre os rumos a serem trilhados.

4.6 Juazeiro: “o rosário pela foice”

*Juazeiro terra santa
 Muita fé e oração
 Sofrimento, muita reza e penitência
 Pró encontrar a solução
 (banda Dr. Raiz)*

*Juazeiro dá sorte
 Juazeiro dá morte
 Juazeiro dos nortes
 (Flora Fontelles)*

Quanto à representação da cidade de Juazeiro, é possível apreendê-la na forma lingüística **nós**. O **nós** é uma forma curiosa da língua (de línguas diversas), para cuja compreensão, devemos, necessariamente, passar por Emile Benveniste (1966). Em seu

clássico estudo sobre as marcas formais da enunciação, afirma que quando alguém diz **eu** instala necessariamente um **tu** e que todo ato lingüístico, é, em maior ou menor grau, um ato ilocutório. **Eu** é pronome do destinador, **tu** pronome do destinatário e **ele** é não pessoa. Da mesma forma, poder-se-ia supor que a mesma relação poderia ser estabelecida entre o **nós** e **vós**. No entanto, considerando a língua como algo em sua intrínseca relação com as determinações sócio-históricas que a determinam, observamos que essa relação não é tão simples, nem tão óbvia, variando enormemente conforme o contexto. Nesse sentido, de acordo com Guespin (1985, p. 46) “**nós** não é pronome, visto que pode designar conjuntos não nomeáveis (.), mas é particularmente interessante do ponto de vista da individuação política (op. cit, p 47).” Isso quer dizer que **nós** é um “pronome” flutuante, pois pode significar **eu** mais **tu**, **eu** mais **ele**, **eu** mais **eles** etc. Do ponto de vista da Análise do Discurso, é interessante justamente verificar a diversidade de posições do sujeito expresso por essa marca lingüística, principalmente no tocante ao discurso político.

De acordo com Geffroy (1985, p 75)⁹⁶ :

Nós é particularmente hábil, descrevendo bem o percurso (quase) obrigatório da enunciação política: aquele do locutor possuído pelos mortos e que assombram o seu auditório. A questão fundamental é: “**quem fala**” e “**a quem se fala**”. Mas as respostas não têm nenhuma razão de se delimitar do real histórico, sobretudo, se acrescentarmos “em nome de quem”, fundador do campo político e que representa em si uma subversão do toda fala real. Nenhum outro embreante tem essa força ideológica.⁹⁷

Assim, discutimos as questões relativas ao **nós** em sua forma possessiva – **nosso símbolo** para tentar compreender os processos identitários que o folheto constrói relativos à cidade de Juazeiro do Norte, compreendendo a cidade, assim como Orlandi (2001, p. 12) como “esse espaço material concreto funcionando como sítios de significação que requer gestos de interpretação particulares. Um espaço de relações simbólicas trabalhando na/pela história, um espaço de sujeitos e de significantes”. Temos, pois:

96 Geffroy, Annie. *Les nous de Robespierre ou le territoire impossible*. In : **Mots: Les Langages du Politique** n° 10, mars, 1985, p 75. Da pag 63 a 89, estudou 22 discursos de Robespierre, de 1789 a 1794 e descobriu seis tipos de **nós** aos quais denominou : nós de majestade/modéstia; nós de locutor coletivo, nós ideológico ou partidário, nós pseudo-dialógico, nós nacional e nós transnacional.

97 Le **nous** est particulièrement apte, décrivent bien le parcours (presque) obligé de l'énonciation politique : celui d'un locuteur possédé par des morts, et qui fantasme son auditoire. Les questions fondamentales son bien : qui parle ? et à qui ? mais les réponses n'on aucune raison de se borner au réel historique, surtout si on y ajoute le « au nom de qui » fondateur du politique, qui est en soi une subversion de toute « parole réelle ». (...) Aucun autre embrayeur n'a cette force idéologique. **Grifos e tradução nossa.**

No nome de Meu Padrinho
 Quem bole, vai, escorrega
Juazeiro é terra santa
 Falar mal, cai, escorrega
 Debochar do **nosso símbolo**
Vai pro infa, e é brega.
 (F2, p. 08, e 2)

A partir de **nosso símbolo**, o Padre Cícero, é possível ler um tipo de metonímia, cujo efeito de sentido é, ao mesmo tempo, ambíguo, homogeneizante e excludente. **Nosso** de quem? Esse **nosso** símbolo refere-se ao eu-enunciador + “povo” + candidato/partido/coligação **x**, em oposição a “eles”, “vocês”, vós, o outro – **quem bole no nome do Meu Padrinho**, aparecendo, pois, um **nós juazeirenses**, habitantes da “terra santa”, que exclui o outro - quem debocha do nosso símbolo, “vai pro infa”, “é brega”. Essa designação de “terra santa” dialoga também com a memória discursiva religiosa, o discurso bíblico, a Jerusalém, a **terra de promessa onde jorram leite e mel**, construindo essa representação de Juazeiro, como efeito de evidência, ao mesmo tempo, silenciando a possibilidade de outros significados sobre pertencer a esse espaço simbólico.

Outro aspecto importante dessa representação é o amálgama entre a figura do Padre Cícero e a própria cidade, num fenômeno descrito por Braud (1992, p. 190) como “sobreposição de papel », ou seja, o amálgama entre a figura do Padre Cícero/Juazeiro que os tornam quase sinônimos: investir **no Padre Cícero Romão**, investir na **nossa** infra-estrutura.

Diga quem mais **investiu**
No Padre Cícero Romão,
 Na **nossa** infra-estrutura
 Pra **nos** dá o ganha pão?
 (F1, p. 07, e 3)

Juazeiro se esqueceu
 Do Padre Cícero Romão
 Do que ele recomendava
 À tardinha, no sermão
 Ou prefere outras leis
 Para a **terra de oração**?!
 (F2, p. 08, e 4)

-Quem sonha substituir
O rosário pela foice
 Da bestafera vai ter
 Aquele seu melhor coice
 No tripé de Lúcifer
 Adormeça e apóie-se
 (F2, p. 08, e 5)

4.7 “O povo” do Padre Cícero Romão

De acordo com a Análise do Discurso, as palavras e expressões não possuem um sentido *a priori*, literal. O sentido de uma palavra depende, dentre outros fatores, da formação discursiva, dentre outras condições de produção do discurso, na qual esta palavra se insere. Quanto à palavra “povo”, esta fluidez de sentido se acentua, visto que é uma dessas palavras absolutizantes que ao significarem “tudo” está muito próxima de nada significar em si própria. O que é interessante, para o analista, é justamente, verificar, essa multiplicidade de sentidos, de acordo com as suas diferentes realizações.⁹⁸

A análise da concepção de “povo” de um discurso político é extremamente importante, pois, segundo Orlandi (2006, p. 12), podemos conceber o “povo” (o sujeito público) como o irrealizado da história, que traz um sentido projetivo do que pode **vir a ser** a sociedade. Ele é condição do movimento social da história. Ele tem um real de existência que é o real da história, mas não tem existência empírica fixada. Realiza-se empiricamente a cada vez de um modo: como pejorativo, como inexistente, como revolucionário. Pouco importa, é sua projeção que move (faz?) a história.

Observamos que, no discurso do folheto, há uma variedade de representações do “povo”. Num primeiro momento, quando colocado numa posição de diálogo associado à candidata do PT, o povo, parafraseado como o “pequeno” é representado como humilde, as empregadas domésticas, os homens trabalhadores, é crédulo, inocente, a quem “Satanás, o mestre da mentira”, pode engabelar⁹⁹.

O pequeno é humilde

Não queira passar a perna
(F2, p. 06, e 4)

As empregadas domésticas
Não queira mais enganar
E os homens trabalhadores
Não queira os engabelar
(F1, p. 05, e 2)

Já quando colocado em relação de diálogo com o candidato do PDT ou com o sujeito-enunciador do folheto, “o povo”, parafraseado como **eleitor**, aqui ele já é “de

98 Ver Hermès nº 42. **Peuple, populaire, populisme**. Paris: CNRS Éditions, 1995 e SILVA, S. M. S. **Sentidos do povo**. São Carlos: Claraluz, 2006.

99 Enganar, iludir In: GADELHA, Marcos. **Dicionário de Ceará**. 2 ed. Fortaleza: Multigraf, 2000. p 67.

respeito”, ele dispõe de um saber que o impede de ser enganado, o “eleitor” é “consciente”.

O eleitor é de respeito
 Ele bem sabe separar
 A macaca da mula manca
 O bom feijão do caviar
 O leal, do atrevido
 Se quiser pode anotar
 (F1, p. 01, e 4)

Escrevi este verso
 Para pedir atenção
 do **eleitor consciente**
 (F1, p. 08, e 4)

Tendo em vista que o material analisado é um texto escrito direcionado para determinado público, ele constrói também uma representação do leitor, nesse caso, do (e) leitor, partindo do pressuposto de que está “falando a voz do povo”, o folheto pressupõe, por conseguinte, um (e) leitor identificado com esse discurso.

4.8 Porta-voz de quem?

*Porta-voz/porta-ovos/porta-xícaras
 /porta-estandarte/porta-jóias, porta-lápis
 Que (m) s' in – porta?
 (Lina Zanin)*

De acordo com Guilhaumou (1991), “os porta-vozes são tipos de mediadores, intermediários, que ocupam uma posição estratégica na cena política, a meio-caminho entre ‘o povo’ e as autoridades constituídas.”

Para Fontana (1997, p. 83), essa figura discursiva (o porta-voz) estabelece uma posição, a partir da qual o sujeito enunciatador se representa como aquele cidadão especial capaz de enxergar a “realidade” na sua “verdadeira” dimensão e em toda a sua complexidade, realizar um “diagnóstico” a partir desse conhecimento lúcido e propor a única solução possível através de uma árdua tarefa de ensino que permitirá que esse conhecimento seja “interiorizado” pelos demais cidadãos.

A autora trabalha com a noção de “excedente de visão” de Bakhtin (1997), quando da sua análise dos elementos do romance, característica atribuída à figura do herói, reelaborando-a em termos discursivos. Essa capacidade do porta-voz é **um saber a mais**, que o coloca numa situação de duplicidade: para ser representante do povo, ele deve fazer parte

desse povo, mas colocar-se, ao mesmo tempo numa posição de exterioridade. É, pois, a sua situação nesse espaço “dentro/fora” que o torna capaz de guiar “o povo” ao “seu destino”.

Tal acepção de porta-voz relaciona-se diretamente com o jogo ocular/especular, característica atribuída por Pêcheux (1990a, p. 17) quando da definição do porta-voz:

O porta-voz é, ao mesmo tempo ator visível e testemunha ocular do acontecimento: o efeito que ele exerce falando ‘em nome de’. é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa e sob o seu olhar.

O autor (op. cit, p. 17) vai denominar esse movimento de “dupla visibilidade”, segundo a qual: “Ele (o porta-voz) fala diante dos seus e parlamenta com o adversário que o coloca em condição de negociador potencial, no centro visível de um ‘nós’ em formação e também em contato imediato com o adversário exterior.”

Em estudo sobre o surgimento da posição de porta-voz durante a Revolução Francesa, Conein (1981, p. 157) mostra que ela “perturba a economia das trocas políticas”, fazendo cessar as transações diretas entre ‘políticos’ e rebeldes, transações realizadas agora por essa figura discursiva, acrescentando, ainda, o autor:

O que nunca é introduzido no enunciado do porta-voz é aquilo que o povo diz ou disse. O discurso relatado é estranho ao discurso do porta-voz. A representação do povo como locutor (discurso relatado) está ausente, e a possibilidade e que o povo ocupe um lugar de orador está excluída, pois anularia a função do porta-voz. (CONEIN, 1981, p. 160).

Tal questão levantada por Conein (1981) é extremamente relevante porque coloca em xeque o conceito-chave dos regimes auto-denominados “democráticos” que é a questão da **representação política**. O discurso político é um discurso de delegação de voz. O indivíduo interpelado em eleitor pela lei (não qualquer um, nem o mesmo em todas as épocas)¹⁰⁰ não está autorizado a falar a língua legislativa nem executiva. Então ele delega esse poder a outrem que o exerce em seu nome (“todo poder emana do povo e **em seu nome** é

100 Atualmente são eleitores os maiores de 16 anos. O voto é obrigatório para cidadãos entre 18 e 70 anos e opcional para cidadãos de 16, 17 ou acima de 70 anos. Mas não foi sempre assim. No Brasil já houve voto censitário (baseado na renda) e descoberto (não secreto) e as eleições eram indiretas. Os eleitores da paróquia elegiam os eleitores da província e estes elegiam os deputados e senadores. Para ser eleitor da paróquia, eleitor da província, deputado ou senador, o cidadão teria que ter uma renda anual correspondente a 100, 200, 400, e 800 mil réis respectivamente. Em **1973**, por exemplo, o eleitorado brasileiro era composto de apenas 10% da população.

exercido” CF, art. 1º, § único). Então, o eleitor, interpelado coletivamente como **povo** delega a voz, através do voto àqueles que elaborarão as leis e administrarão a *Res Pública*, ou seja, delega a voz a outrem que vai exercer o poder **em seu nome**. É justamente nesse ponto onde reside a impossibilidade da fala real por parte do povo. O povo é uma categoria fluida, o povo é muita gente. Se for considerado povo, por exemplo, a população, o conjunto dos habitantes de uma cidade, país etc, veremos que a sociedade é composta de setores completamente heteróclitos, de interesses opostos, às vezes até antagônicos. Então, em nome de quem exatamente, o poder político é exercido? Nesse sentido, é colocado, pois, em xeque, a questão da representação e da própria idéia de democracia nas sociedades capitalistas ocidentais. Em primeiro, lugar, o que ou quem é o povo em nome do qual o poder é exercido? O que esse povo fala, acha, pensa ou sente? Quais os mecanismos de que dispõem para tornar visível, audível, legível o seu querer/sentir? Uma das possibilidades dessa visibilidade seria um processo de regularização das “falas desorganizadas” (Orlandi, 2001) através de agrupamentos da “sociedade civil”, no dizer de Gramsci, como associações comunitárias, sindicatos etc. Não há, no entanto, de forma geral, na sociedade contemporânea, principalmente na América Latina, um diálogo entre os poderes públicos e as entidades da sociedade civil ligadas às classes populares, devido à herança histórica de Estados constitutivamente autoritários, privados, herdeiros de séculos de regimes não-democráticos.¹⁰¹ Quem é, então, o povo de quem se fala, em nome de quem se fala, e de quem o poder emana. O povo é, pois, um vulto, uma sombra evanescente, uma visão embaçada, cabendo em tantas formações discursivas quantas existam, utilizado, geralmente, antes das eleições, metonimicamente – a parte pelo todo, “o povo” como “os pobres”, “os mais carentes” para depois se metonimizar o todo pela parte, falando o porta-voz em nome e defendendo interesses de grupos específicos¹⁰² (outro povo, uma parte apenas do povo),¹⁰³ em geral, “um povo” detentor de algum setor do poder econômico – bancos, empresas e latifúndios.

Desta forma, como “o povo” é uma entidade fluida, sem referente fixo, utilizada pelas mais diversas formações discursivas para legitimarem seus discursos e construir seus porta-vozes, o que é interessante para o analista de discurso é justamente verificar os processos pelos quais as identidades políticas são construídas em diferentes

101 No Brasil, por exemplo, a própria Proclamação da República foi um golpe de estado, depois tivemos a República Velha, oligárquica, do “voto de cabresto”, depois a ditadura de Vargas, depois a ditadura militar. O País tem, portanto, pouca tradição de “normalidade democrática”, considerando “democracia”, conceito também bastante complexo, apenas no tocante à questão eleitoral.

102 Considerando “fala” aqui como prática discursiva.

103 Referimo-nos ao conceito da democracia ocidental na sociedade capitalista contemporânea, mas existiram algumas experiências diferentes, como a Comuna de Paris, o sistema soviético até 1924, cujas decisões eram tomadas pelos *soviets* de operários e soldados. Um tipo contemporâneo de democracia direta.

contextos e textos. Elas são constituídas, pois, não somente nas vozes sociais que o povo delega aos seus representantes, mas no embate, no processo tanto de delegação, que inclui, por exemplo, a forma como o candidato se representa para conseguir a adesão, quanto no apagamento da fala “do povo”, que é silenciada para que o porta-voz possa falar em seu lugar, “em seu nome”. Então, como o povo não fala diretamente, para se constituir como porta-voz, cria-se todo um conjunto de falas a respeito de si mesmo (o candidato) e a respeito do povo, ou seja, colocam-se “palavras na boca do povo”, e é nesse processo que são construídas as identidades dos sujeitos políticos, no processo de legitimação/deslegitimação de tal ou qual “conjunto de metáforas”.

De acordo com o discurso político do folheto de cordel em tela, no processo de construção do porta-voz, há que se acrescentar um outro elemento: para ser porta-voz do povo de Juazeiro, não é suficiente que ele seja porta-voz “do povo”, visto que esse povo é “o povo do Padre Cícero”. Então, para que seja porta-voz do “povo de Juazeiro”, tanto o porta-voz da esfera político-eleitoral como da “esfera cidadã”, é necessário que tenha sido legitimado, antes, como porta-voz do Padre Cícero, como discurso legitimado no plano religioso, político, e sócio-histórico, tornando visível o profundo atravessamento do discurso político pelo discurso religioso no contexto dessa cidade, conforme veremos a seguir.

Tal questão está relacionada a um fenômeno histórico no Brasil cujo cenário é definido por Marilena Chauí como o “mito fundador” que constitui a “raiz da matriz teológico-política do populismo dos dominantes e do messianismo dos dominados” (1994, p. 21). Trata-se, segundo a autora, de um tipo de poder despótico que busca realizar-se sem mediações políticas, apresentando-se como transcendente e imanente, de modo concomitante, ou seja, “o governante apresenta-se como estando fora do social, como transcendendo o social, na medida em que é detentor do poder, do saber e da lei, mas, ao mesmo tempo, só consegue realizar sua ação se também fizer parte do todo social, já que não opera com mediações (.), um poder que se personaliza, que se incorpora no ator político, dado que ocorre uma indistinção entre o poder e o seu ocupante, “entre o poder e aquele que exerce a função de governo porque seu poderio provém de uma fonte imaginária, extra-social, isto é, da divindade.”

Segundo a autora (1994, p. 24), esse paradigma do autoritarismo político no Brasil constitui-se numa base mítico-cristã, erigida com fulcro, dentre outros constituintes, da “visão do paraíso” em que se tem, na concepção do Brasil, a produção do **país-jardim**, lançando-o no reino da Natureza, fora do mundo da História [...]. Assim, “nesse estado de natureza paradisíaco em que nos encontramos, há apenas nós – pacíficos e ordeiros – e Deus

que, olhando por nós, nos envia um governante que O represente.” (op.cit, p. 25). Grifos nossos.

Tal perspectiva identitária do Brasil constrói, pois, uma narrativa mítica, teleológica, do tipo: “somos um povo ordeiro e pacífico”, o País é um paraíso, “Deus é brasileiro” e vai nos enviar um governante para que, que fale em nosso nome, mas que seja representante de Deus. Afinal, “a voz do povo é a voz de Deus”. No caso de Juazeiro, essa narrativa mítica vai no seguinte sentido: o Padre Cícero recebeu do próprio Deus-homem (Jesus Cristo) a incumbência de governar Juazeiro. Portanto, **nós**, o povo do Padre Cícero, da terra santa, da **Jerusalém do Nordeste**, dessa “terra de oração” devemos-lhe obediência porque ele é o legítimo representante de Deus na terra. Então, como o Padre Cícero não pode mais falar, surgem aqueles que, na onipotência do seu silêncio, colocam as suas falas, de forma que qualquer “conjunto de metáforas” que não coadunem com suas falas, significam o perigo, o Anti-Cristo, o Mal, a destruição.

É, pois, considerando todos esses elementos, que analisamos os mecanismos de construção das identidades políticas no folheto de cordel, verificando a presença de pelo menos, três tipos de sujeito político:

1. O porta-voz político-eleitoral, o legítimo representante do Padre Cícero e conseqüentemente, do povo;
2. O “anti-porta-voz”, aquele que deve ser silenciado, esquecido, não-eleito; e
3. Um porta-voz da **esfera cidadã**, aquele que fala a “voz do povo”, que fala a língua do saber poético, religioso político, mas com o olhar “de fora” do terreno “político”- eleitoral, construindo-se como sujeito legitimado da língua do saber poético, do saber religioso e do saber político.

5 As múltiplas faces do sujeito do cordel: poético, familiar, religioso, o político

*Me transformo/outra janela-/Outro/
Que se afasta e não se reaproxima/
Nas desobjetivações e reativações
/Nas linhas e realinhamentos/
Outros me atravessam/(.)me transformo/
na observação/de uma pétala.
(Bonvinciano)*

Sabemos, com Foucault (2000) que a noção de sujeito recobre não uma forma de subjetividade, mas um lugar, uma posição discursiva, é uma posição neutra, vazia, constituída pelos dispositivos e técnicas de fabricação. Nesse sentido, o sujeito não pode enunciar tudo, todo tempo, em qualquer lugar. Ele é coagido por uma rede de determinações que cerceiam constantemente o seu dizer.

Nesse sentido, verificamos como o sujeito do folheto constrói a sua legitimidade para enunciar, deslizando, cindindo-se, clivando-se, assumindo inúmeras máscaras nesse teatro de sombras que é o discurso político.

Nesse sentido, analisando a posição de enunciador do texto, percebemos que o sujeito desliza, deslinda-se assumindo várias posições para construir a legitimidade do seu discurso.

5.1 O hiperenunciador

A noção de **hiperenunciador** é desenvolvida por Maingueneau (2005, p. 158), na ocasião em que realiza análises de gêneros como provérbios, adágios jurídicos, *slogans*, *thesaurus* bíblico etc. O autor distingue dois tipos de hiperenunciadores: **o individualo** e **o genérico**. “Quando o hiperenunciador é **individualo** (Deus, por exemplo) ou quando se trata de um tipo de um **sujeito universal** dóxico (provérbios, adágios, etc), pode-se lhe atribuir à responsabilidade de conteúdos proposicionais. Com um hiperenunciador individualo, a interpretação deve passar por uma hermenêutica em maior ou menor grau legitimada por alguma instância, por uma hermenêutica codificada: o que Deus nos quer dizer com isso? Por outro lado, quando se trata de um hiperenunciador individualo ou dóxico (contos populares, orações.), a situação é mais delicada. Trata-se, neste caso, mais de uma instância responsável

por uma memória do que um “sujeito”.

É, pois, dessa forma que o **hiperenunciador** mobiliza uma espécie de *thesaurus* de saberes discursivos, construindo uma **hiperenunciação** que garante a legitimidade da enunciação não pelo que é enunciado, mas principalmente por um **sujeito universal** que fala por meio do enunciador.

Como não trabalhamos com a instância da enunciação em si, mas do discurso, o que nos interessa analisar é justamente os efeitos de sentido causado por esse tipo de enunciador. Esse hiperenunciador produz um efeito de “discurso sem sujeito”, o qual, por não se mostrar, produz o efeito de “verdade” inelutável, causada pela ilusão do óbvio. Se não há alguém que assuma a enunciação é porque é óbvio, como em Direito: “o que é público e notório não necessita ser provado”. Alguém diz: “aqui tem certas pessoas que atiram pedras nos outros sem a verdade conhecer” e esse discurso, por não ter um sujeito que se responsabilize por ele busca o apagamento do sentido de “posicionamento”, de ponto de vista, criando um efeito de verdade indiscutível.

Aqui tem **certas pessoas**
 Que não sabem conviver
 Vomitam suas peçonhas
 Sem a verdade conhecer
 Atiram pedras nos outros
 Pra melhor aparecer
 (F1, p. 01, e 1)

Delas o mundo já está
 Com o saco muito cheio
 Não cabem mais nessa área
 Nem agora nem no meio
 Com o rabo entre as pernas
 Só acusam o alheio
 (F1, p. 01, e 2)

Ambos os sintagmas são construídos de forma metonímica, o que cria um efeito de homogeneização e absolutização de um discurso contrário ao de “certas pessoas”: ninguém se agrada do discurso de “certas pessoas”.

Esse hiperenunciador vai, no entanto, se desdobrando, se transformando, adquirindo, paulatinamente, as formas de sujeito por vezes identificado, por vezes contra-identificado com as diversas formações discursivas com as quais se relaciona. Como o sujeito é uma posição neutra, vazia (Foucault, 2000), podendo ser ocupada por diversas posições de sujeito, de acordo com dadas condições discursivas, o sujeito vai se desdobrando, clivando-se,

cindindo-se, deslizando, construindo outras redes de relações com as formações discursivas, irrompendo na enunciação através de inúmeras faces, outras funções, outras posições, como, por exemplo, aquela da fala privada, relacionando-se dialogicamente, com o discurso outro em tom de réplica:

5.2 O sujeito da fala privada

Agora já não é mais um hiperenunciador, de uma verdade incontestável, há alguém que diz **eu**, que toma a palavra, que assume o dizer, e mais, um sujeito que diz “eu digo”, com autoridade, com capacidade de saber/poder/dizer a outro alguém o que ele pode ou não dizer, extraindo sua legitimidade, nesse momento, do que poderíamos chamar de uma f.d familiar. Aqui quem toma a palavra é o sujeito “marido” com todo o conjunto de representações sociais dessa posição de sujeito como “o protetor”, o defensor da família e o quem “tem” uma mulher: “quem eu amo”, a “mulher alheia”, que não fala. Portanto, não se deve falar de “quem eu amo”, somente “eu” estou autorizado a falar em nome de “quem eu amo”, por ser a “minha mulher”, mas “certas pessoas” não podem falar sobre o mesmo tema.

Eu digo pra Dona Iris
Que se lave sete vezes (...)
Não fale de quem **eu** amo
(F1, p. 02, e 1)

5.3 O sujeito do saber poético

O sujeito do saber poético pode ser apreendido mediante dois elementos:

- a) Pela própria materialidade do texto: o folheto de cordel, o qual não pertence ao cânone literário acadêmico e, exatamente por esta razão, é um tipo de dizer inscrito na memória popular, na tradição, faz parte dos processos coletivos de identificação do povo do Nordeste, em particular, de Juazeiro do Norte. A lira cordelina é utilizada, nesse caso, como mecanismo de legitimação de discurso, visto que o poeta popular é porta-voz do “povo”, extraindo, pois, da língua do saber poético, a sua legitimidade;
- b) A Justiça interditou a circulação do primeiro folheto por considerar seu conteúdo tipificado no capítulo V do Código Penal Brasileiro – dos crimes contra

a honra, nos seus artigos 139 e 140: crimes de injúria e de difamação,¹⁰⁴ considerando o conteúdo dos folhetos agressivo à honra da candidata do PT.

Assim, para contrapor-se à política de silenciamento imposta ao poeta pela Justiça, o enunciador vai aduzir em sua defesa, **a não-evidência dos sentidos do texto poético**, ou seja, no texto poético são múltiplas possibilidades de interpretação, portanto, a Justiça interpretou o texto de forma equivocada, o que a fez interditar o folheto, visto que a sua “intenção” não era ridicularizar a pessoa da candidata:

Ora veja o meu verso
 O jeito de interpretar
Cada um vê a seu modo
O poeta a versejar
 Eu falei a voz do povo
 Não quis ridicularizar
 (F2, p. 01, e 3)

É, pois, com base na língua do saber poético de onde o sujeito retira a sua legitimidade para o dizer e que o faz transportar-se a uma outra posição de sujeito: o sujeito cidadão, que recorre às leis, à Constituição Federal, que prevê a liberdade de expressão, para clamar pelo seu direito à fala.

5.4 A função sujeito-cidadão

Haroche (1992) discute a transformação da forma-sujeito-jurídico contemporânea, comparando-a com a forma-sujeito-religioso, por exemplo, da Idade Média. De acordo com a autora, da subordinação completa do homem ao Sujeito-Mor do discurso religioso, paulatinamente, com a transformação das relações sociais, passou-se à submissão deste às leis. “A crença na Letra (submissão a Deus) dá lugar à crença nas Letras (submissão ao Estado e às Leis).” (HAROCHE, 1992, p. 179). Assim, a forma-sujeito contemporânea é diferente da forma sujeito da Idade Média. A forma-sujeito religioso dá lugar à forma-sujeito jurídico. Essa forma de submissão, segundo a autora, é menos visível, pois preserva a idéia de autonomia, de liberdade, característica do formalismo jurídico do capitalismo. Ou seja, o sujeito jurídico contemporâneo, crente na sua liberdade individual, submete-se livremente às

104 Difamação. Art. 139. Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação [...] Injúria. Art. 140. Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade e o decoro. Código Penal Brasileiro. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 1991, p. 78.

leis, constituindo-se em sujeito de direito. No caso do enunciador do cordel, a forma sujeito jurídica reconhece a autoridade das Letras, colocando-se na posição de solicitante de um direito, estabelecendo um contrato de poder-dizer:

Permita-me a juíza
 Desta zona eleitoral
 De publicar o meu verso
 O outro não fiz por mal (.)
 (F2, p. 01, e 1)

Cuja legitimidade vai ser buscada nos textos fundadores de subjetividade jurídica, no caso, a constituição: a Constituição, a letra da lei, o texto que institui, que interpela o indivíduo como sujeito de Direito e de direitos, como por exemplo, o direito à fala, a liberdade de expressão¹⁰⁵:

O artigo 15, reza
 Na nossa constituição
 A completa liberdade
 No direito de expressão
 Garantindo totalmente
 O falar do cidadão
 (F2, p. 01, e 2)

(.) Eu mostrei meu pensamento
 Quando me permite a lei
 (F2, p. 01, e 4)

No entanto, uma quebra na aceitação da forma-sujeito jurídico, uma contra-identificação com a FD jurídica, com o não-reconhecimento do sujeito executante do Direito à interdição da fala, quando da utilização do seu símbolo, a deusa grega *Themis* representada com os olhos vendados e a balança na mão. Os olhos vendados da deusa da Justiça significam a equidade, a imparcialidade no julgamento, a igualdade, a justiça aplicada de forma equitativa, que não “olha” para a posição social do implicado, que aplica a lei de forma igual a qualquer cidadão independentemente de qualquer coisa. No entanto, o folheto re-significa o

105 CAPÍTULO I DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS. Art. 5º [..]IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei; IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. Constituição da República Federativa do Brasil. In: www.senado.gov.br/web/senador/alvarodi/b_menu_esquerdo/4_biblioteca_virtual/ConstituicaoFederal.pdf. Pesquisado em 16/01/2006.

símbolo da Justiça. Nesse contexto, os olhos vendados significam cegueira no sentido de falta de competência, de “não ver” o lado certo.

Sei que a Meretíssima
 Tem a espada da Justiça
 Mas com os **olhos vendados**
 Isso é o que atija
 A **não ver** o lado certo (.)
 (f2, p. 01) grifos nossos.

Assim, não totalmente identificado com a FD jurídica, visto que não reconhece a legitimidade do sujeito aplicador do direito, o sujeito se desterritorializa mais uma vez, inscrevendo-se, agora, no universo discursivo religioso, naquele “discurso da mistificação por excelência” (Orlandi, 1996, p. 245), constituindo-se como porta-voz legítimo do Padre Cícero, tomando a palavra, agora, a função-sujeito religioso:

Naquilo **o meu espírito**
 Teve ali uma visão
 Padre Cícero traçando
 Com o seu lindo bastão
 O que eu passo pro leitor
 Escrito neste acórdão
 (F2, p. 04, e 2)

Apesar de utilizar o termo “acórdão”, oriundo do discurso jurídico, o que predomina agora no texto é um sujeito religioso que enuncia de um lugar auto-atribuído de mensageiro do Padre Cícero. Agora foi o “meu espírito” que teve uma visão. Nesse sentido, discordamos de Orlandi (1996: 241), quando argumenta que é no apagamento da forma de aquisição da autoridade onde reside a mistificação, visto que, na construção da legitimidade da enunciação religiosa, aparecem sempre visões ou sonhos. A forma onírica ou visionária ativa, também, a memória discursiva religiosa. No texto bíblico, em várias passagens, há a presença de sonhos, visões, é o momento designado por Orlandi (1996, p. 251) da **ilusão da reversibilidade**, em que os sujeitos do mundo espiritual dirigem a palavra aos sujeitos do mundo temporal, unindo-os, pois, da autoridade de mensageiros.

Toda religião de revelação tem o componente onírico na construção da legitimidade do seu discurso. Deus não fala, portanto, o homem coloca em Deus a sua fala, coloca “palavras na boca de Deus”. Os santos não falam, pelo menos não com todas as pessoas, mas somente com aqueles que possuem um “excedente de visão”, no plano religioso, aqueles capazes de “falarem a língua dos anjos”, não com todos aqueles que falam apenas a

“língua dos homens”.¹⁰⁶

Na perspectiva de compreensão do discurso religioso como um discurso de mistificação, de subsunção, aquele em que fala a “voz de Deus” ou dos santos, verifica-se, pois, a circularidade do discurso, ou seja, é um discurso que se perpetua. Padre Cícero teve um sonho, cumpriu sua missão, deixou sua marca na história. Agora, baseado nesses fragmentos de memória, ele é falado, através de elementos simbólicos, como, por exemplo, o **bastão do Padre Cícero**, como símbolo do poder espiritual que legitima o poder temporal. O bastão brilhoso do Padre Cícero ativa a memória discursiva religiosa, assemelhando-se, por exemplo, ao **cajado de Moisés**, ambos responsáveis pelo saber/poder das revelações oriundas do plano divino.

Assim, o sujeito-enunciador ocupa, pois, o lugar do profeta, do mensageiro do mensageiro, partindo do pré-construído de que o Padre Cícero é mensageiro de Jesus Cristo, o enunciador, é, pois, mensageiro do mensageiro, a quem o Padre Cícero incumbiu de fazer a revelação política:

Diga para Juazeiro
Para fugir da aflição
Se votar em quem não deve
Vai ser uma desolação
(F2, p. 07)

Observa-se, aqui, também, o efeito de sentido de ameaça, de provocar medo. Partindo da autoridade do Padre Cícero e auto-denominando-se mensageiro deste, com quem teve um sonho, o enunciador anuncia as conseqüências dos atos contrários a “votar em quem não deve” que assume aqui, o lugar atribuído, no discurso religioso, ao **pecado**, o que se pune com pena, com penitência, com “desolação”.

5.5 A função-sujeito-autor/político

De acordo com Foucault (1992, p. 46), a **função autor** é uma das formas de existência do sujeito, é característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior da sociedade. Para o filósofo (op. cit, p. 45):

Um nome de autor não é simplesmente um elemento de um discurso [...] ele exerce, relativamente ao discurso, um certo papel: assegura uma função classificativa. Um tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimita-

106 Ver GRANGEIRO, C.R.P. **Discurso religioso: vox Dei ou vox homini?**. Boletim da Associação Brasileira de Linguística. Vol 26. p 540 a 542, 2001.

los, seleciona-los.” [...] em suma, nome de autor caracteriza um certo modo de ser no discurso, indica que ele não é um discurso cotidiano, indiferente, flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve, em uma cultura, receber um certo estatuto.

Isso quer dizer que, quando o sujeito assina o seu nome próprio, esse nome significa dentro do contexto no qual está inserido. No do folheto analisado, a recepção do discurso levará em conta que “Abraão” é cordelista, xilógrafo, professor universitário, funcionário do Memorial Padre Cícero etc. Tais elementos criam grades de significações que cerceiam o dizer, o que Foucault vai chamar de um “modo de ser no discurso” (1992, p. 45).

O poeta é autor de inúmeros cordéis sobre temas políticos, com suas respectivas xilogravuras. Em diversas outras eleições e momentos políticos de Juazeiro, do Ceará e do Brasil, lançou folhetos, a maioria com esse tom de sátira, de crítica derrisória, tanto no aspecto verbal como nas xilogravuras, dentre os quais: **Lozart e Ormando no pais dos xeleléus**, quando eram candidatos a prefeito Dr. Mozart Cardoso de Alencar e Orlando Bezerra; **Encontro de um xeleléu com o anjo da guarda**, quando determinada figura política de Juazeiro era, nas palavras do poeta, o “xeleléu-mor” da família Bezerra, que dominava a política na Região do Cariri; **A mudança do nome de Juazeiro do Norte para Juazeiro do Padre Cícero**, posicionando-se contra essa proposta do então vereador João Barbosa; **O elefante branco**, quando de uma eleição em que o então candidato a prefeito do PDT Carlos Macedo, criticou a construção de obras faraônicas realizadas em Juazeiro chamando-as de “elefante branco”, ao que a oposição o acusou de chamar a estátua do Padre Cícero de “elefante branco”; **Encontro de Tasso Jereissati com os três coronéis**, folheto “de encomenda” em que defende o então candidato a governador; **Ciro toma. Giro goma; Giro soma?** em que critica o então governador Giro Gomes por cobrar muitos impostos; e o mais recente: **O casamento de Dona Aurora com o Cão-beba**, satirizando a união política do atual prefeito de Juazeiro Dr. Raimundo Macedo, nascido em uma cidade próxima a Juazeiro chamada Aurora com o PSDB, partido que governou o Estado até 2006 e cujo centro administrativo chama-se CAMBEBÁ.¹⁰⁷

O poeta é autor, ainda, de mais de uma centena de folhetos, versando sobre temas diversos. Sobre o tema “mulher”, tem **A evolução da moda e a sabedoria da mulher através dos tempos**; **Trágico romance de Angela Diniz e Doca Street**, **O direito que a mulher tem**, vários sobre o Padre Cícero: **Quando o Padre Cícero chegou a Juazeiro**,

107 Jogo de palavras atribuindo ao governo do estado o estatuto do Cão – Satanás.

Respeitem o Padre Cícero etc e inúmeros “cordéis de ocasião”¹⁰⁸ como **O sexorais de Bill Clinton: o presidente namorado e Mônica Levinsky; Ana Paula: a jovem que se rifou para ir morar em São Paulo; O homem que deixou a mulher para viver com uma jumenta na Paraíba.**

A dimensão de sátira política do folheto de cordel não é exclusiva dessa expressão cultural. Ela é próxima das chamadas “cantigas de escárnio”, praticadas na Idade Média e mesmo de poemas de autores como Gregório de Matos e de Bocage.¹⁰⁹

Assim, passando por diversas funções que o sujeito pode ocupar, após desdobrar-se em vários, o sujeito do folheto assume a **função-autor**, hipotecando seu nome próprio à enunciação e colocando-se no âmbito do político, como um porta-voz: “falei foi a voz do povo”, aquele que faz parte, ao mesmo tempo, do povo, mas que tem um “excedente de visão”, o que o torna capaz de “pedir a atenção” do “eleitor” que agora já não é mais “pequeno”, “humilde”, agora já é **eleitor consciente**, capaz de escutar e entender a voz do seu porta-voz:

Fique **sabendo o povo**
Do Padre Cícero Romão
 Eu escrevi este verso
 Para pedir **atenção**
Do eleitor consciente
 Quem assina é Abraão. (grifos nossos).
 (F1, p. 08)

O mecanismo de legitimação do discurso político reside, justamente, no fato de não ser o sujeito candidato, nem ser “político”, de estar “fora dos partidos”, o que o colocaria numa posição de neutralidade, causando um efeito de discurso verdadeiro (aquele em que hipoteca o seu próprio nome): o meu discurso não é ideológico pois estou “fora dos partidos”.

Estou fora dos partidos
 Porque deles abusei
 Devido tanta mistura
 Certa distância guardei (...)
 (F2, p. 01)

O sujeito se coloca, pois, numa posição de exterioridade dos partidos para poder enunciar as falas “políticas”, hipotecando, para tanto, a sua função-sujeito-autoria, o seu próprio nome, colocando-se, também, como “porta-voz” do povo. Uma distância relativa,

108 Cordéis baseados em fatos reais.

109 Ver BATISTA, M. F. B. M. **O romanceiro tradicional popular: origem e permanência no Nordeste do Brasil**. v. 1, p. 94-99. João Pessoa: Conceitos, 2002.

visto que está modalizada pelo “certa” distância. Relativa também porque o termo “distância dos partidos” soa até como ironia, visto que todo o discurso do folheto aponta para uma “tomada de partido” bastante nítida.

6 Considerações Finais

*Rien n'est neutre
dans ce conflit de pouvoir
sur le sens et les formes.
(Simone Bonnafoou e Maurice Tournier)*

No contexto de profundas transformações das falas políticas contemporâneas, com seus “discursos em estado líquido” (Courtine, 2006), propusemos-nos discutir os mecanismos de constituição do discurso político em Juazeiro do Norte, por meio da análise de dois polêmicos folhetos de cordel que circularam na cidade de Juazeiro do Norte-CE, por ocasião das eleições para prefeito deste município: “Engana-me que eu gosto” e “Engana-me que eu gosto II”, tendo sido, o primeiro, proibido de circular, por decisão judicial e apreendido pela polícia federal na casa do autor.

Para tanto, traçamos um percurso da teoria do discurso do “grupo em torno de Michel Pêcheux”, inserindo tal percurso no contexto da odisséia estruturalista/pós-estruturalista da França nas décadas de 60/70, numa releitura dos aspectos conceituais desse campo de saber, inserindo-nos dentre aqueles que não abandonaram o projeto de articular lingüística e história, passando, no entanto, necessariamente, pela perspectiva arqueológica de Análise do Discurso protagonizada por Michel Foucault e ampliada por Courtine (1981), bem como pelos historiadores do discurso, tais como Guilhaumou (1989, 2004), Robin (1973) e Maldidier (1990).

Nesse sentido, considerando os “diálogos e duelos” travados por Foucault e Pêcheux na constituição de um escopo teórico da Análise do Discurso, discutimos alguns aspectos da teoria como as questões do Sujeito, da Formação Discursiva, interdiscurso, memória, verificando que as abordagens de Pêcheux acerca da FD não exclui a perspectiva arqueológica. Ao contrário, em seus últimos textos, logicamente guardando as devidas diferenças epistemológicas, Pêcheux aproxima-se, tanto dos postulados foucaultianos, quanto da perspectiva aberta por historiadores como Michel de Certeau (1994) com as questões concernentes ao ordinário dos sentidos, à escuta dos discursos do cotidiano, e de Pierre Nora (1993) com a problemática da memória, relacionando-a ao interdiscurso.

Assim, quando nos utilizamos, por exemplo, de alguns elementos concernentes à Retórica, como, por exemplo, a noção de *ethos*, fazemo-lo apenas no sentido em que julgamos o conceito pertinente, porque relacionado a todo um conjunto de estereótipos sócio-historicamente construídos e inseridos numa cultura determinada, mas não considerando a questão do *ethos* nem na perspectiva pragmática nem Retórica, mas **discursiva**, verificando os “efeitos de sentido” que daí advêm.

Desta forma, propusemo-nos analisar, pela ótica da Arqueologia do saber (Foucault, 1997a) e das heterogeneidades enunciativas (Authier Revouz, 1982), os efeitos de sentido produzidos pelas “apropriações” por parte do discurso político de outras formações discursivas, considerando o trajeto temático das eleições de 2000 para prefeito de Juazeiro do Norte – CE, buscando as condições de aparecimento dos enunciados, verificando o papel da memória discursiva no processo de constituição dos sentidos do discurso político do (no) folheto de cordel e analisando os expedientes lingüístico-discursivos no processo de construção de subjetividades dos elementos concernentes ao teatro de máscaras do discurso político: “o povo”, “o Juazeiro” e os candidatos em disputa. Colocamos como objetivo, ainda, verificar os efeitos de sentido do político produzidos por um suporte material (o folheto de cordel) diferente dos gêneros políticos tradicionais, como panfletos e outros, considerando a diversidade de regimes de materialidade da língua.

Tínhamos, portanto, como hipótese que os **signos-poder** (discurso político) do cordel sedimentam-se, fundamentalmente, por meio das formas do sagrado, do discurso religioso, constituindo um tipo particular de “espetacularização da política” (Courtine, 2003) e que o discurso do folheto de cordel construiria um *porte-parole* diferente daquele apontado, por exemplo, por Guilhaumou, no período da Revolução Francesa (1989). Nesse espaço simbólico: Juazeiro, o porta-voz do povo, para legitimar-se, deve, antes de tudo, ser reconhecido como porta-voz do Padre Cícero, como discurso de autoridade, o que ficou demonstrado em várias passagens das análises, quando da recorrência aos ícones do discurso religioso, como Besta-fera, o Santanás, o rosário, a Matriz etc, onde são inseridas as falas políticas, por meio de “incisas discursivas”, falas políticas essas de conciliação entre as classes sociais, da “união para o progresso”, da representação de Juazeiro do Norte, através dos pronomes **nós**, **nosso**, a um tempo, homogeneizante e excludente, quando representa Juazeiro como “terra de oração”, “terra santa”, como se Juazeiro tivesse um só norte, numa perspectiva mítica, a-histórica.

Analizamos, ainda, os mecanismos de construção das identidades políticas no folheto de cordel, verificando a presença de pelo menos, três tipos de sujeito político, construído pelo folheto: 1. O porta-voz político-eleitoral, o “legítimo representante do Padre Cícero e conseqüentemente, do povo, o que investiu no Padre Cícero e na infraestrutura da cidade e, ao mesmo tempo, inocente, que não tinha conhecimento da corrupção no seu governo, o que foi atribuído à “parte da assessoria, pessoas enganosas, xelexéu”; 2. O “anti-porta-voz”, aquele que deve ser silenciado, esquecido, não-eleito, representado pela candidata do PT e 3. Um porta-voz da **esfera cidadã**, aquele que fala a “voz do povo”, que fala a língua do saber poético, religioso político, mas com o olhar “de fora” do terreno eleitoral.

Verificamos, ainda, que o cordel não se inscreve nos cânones, nem político, nem poético, nem midiático, funcionando como um material à deriva, cuja existência fulcra sua legitimidade como suporte de um saber popular, da tradição, inscrita nas “táticas do cotidiano”, para usar a terminologia de Michel de Certeau (1994).

Nessa perspectiva é que se inscreveram os dizeres (verbais e imagéticos) relativos à figura feminina, por exemplo, visto que não se pode dizer tudo em qualquer lugar, em qualquer época. O que “não podia ser dito”, mas foi, deve-se a todo um regime de discursividade desse momento histórico contemporâneo, mediante uma sociedade prenhe de dizeres/saberes sobre a participação da mulher na sociedade, oriundos dos movimentos feministas e “pós-feministas”. Momento de maior participação feminina em todas as esferas das atividades, em que foi aprovada, por exemplo, a Lei das contas para mulheres, visando uma maior participação destas nos cargos eletivos, com o advento do “politicamente correto” etc.

Nesse momento, um discurso misógino, de desqualificação de um suposto governo feminino com base no gênero, surge como algo anacrônico, considerando o regime de discursividade contemporâneo. Daí a interdição desses dizeres, os quais, no entanto, reivindicam o direito de existência, de serem ditos. Mesmo utilizando-se do riso, da derrisão, o discurso político do folheto de cordel, ao representar a “mulher candidata” como a bestafera, a comadre de Satanás, se deu como sério, visto que não tinha existência isolada, mas fez coro com outras materialidades, como panfletos, comícios de palanques, gêneros de discurso que se postulam ainda como “mais sérios”, os quais circulam em diferentes suportes, encontram eco, se reproduzem.

É justamente aí onde é interessante captar os discursos, nas suas contradições, nas suas múltiplas temporalidades. Embora haja todo um regime de discursividade apontando num certo sentido, há aqueles discursos que reclamam o direito à existência, utilizando como argumento o próprio discurso jurídico, que prevê o direito à fala, a liberdade de expressão prevista na constituição do país.

De acordo com a Análise do Discurso, a interpretação opera não no sentido da figura do indivíduo empírico, o que ele “quis dizer”, quais suas intenções, mas, na maneira como os enunciados, enquanto acontecimentos discursivos, relacionam-se com outros enunciados inseridos em outras formações discursivas com base numa memória e numa atualidade. De acordo com Foucault (1999a: 97), “os sujeitos não pré-existem ao discurso, ele é construído/constituído no e pelo discurso”. Nessa perspectiva, podemos verificar o discurso, a partir de uma materialidade tanto imagética quanto verbal, construir subjetividades no sentido de uma anti-imagem que funciona como uma espécie de anti-porta-voz, aquele que deve ser silenciado. Considerando, pois, não só o texto verbal como a própria imagem como um poderoso operador de memória social, utilizamos a noção de **intericonicidade** para demonstrar os mecanismos de desqualificação do discurso político da candidata do PT, que lançou mão de dois procedimentos essenciais:

- a) A utilização da metáfora da destruição de plantações por meio da figura da lagarta, construindo, assim, um *anti ethos* associando-o aos símbolos do comunismo, o qual, no contexto sócio-histórico da cidade, faz falar outras vozes, pré-construtos postos na memória do leitor do comunismo associado à figura bíblica da Besta-Fera, que “o comunismo é contra Jesus e sua Igreja”
- b) Da derrisão, por meio da construção de um *anti-ethos* feminino, na evocação das figuras da Medusa, da bruxa, do Satanás e no segundo folheto, também com base na desqualificação do discurso da candidata, numa perspectiva sexista quando mobiliza, por exemplo, pejorativamente os elementos da colher e do caldeirão, pertencentes ao campo semântico de “cozinha”, o que evoca a questão do espaço privado, doméstico, lugar historicamente atribuído a este gênero.

De acordo com esse discurso, a candidata em questão não estaria apta a exercer o cargo a que se propôs, pelo fato de seu posicionamento ideológico (comunista, de acordo com o folheto) e pela sua condição feminina e, por ter criticado alguém (uma mulher) a quem o

enunciador ama, por não ser a “sua” mulher, o que traz à tona a construção de duas representações da figura feminina: uma, da esfera doméstica, “a minha mulher”, “quem eu amo” e a da esfera pública, a “Comadre de Satanás”, a bestafera, a que cocoreja, a “égua lá da baixa quando está na vadiagem”.

Nesse sentido, de acordo com o discurso do folheto, os signos-poder deveriam ser exercidos por Dr. Mauro, o legítimo porta-voz do Padre Cícero, o qual “trabalhou pelo Padre Cícero”, “de quem todos sabem a honradez”, que “não merece tamanha expiação” e cujas denúncias de corrupção são atribuídas aos assessores, ao “xeleléu”, cujo mal foi sonhar com a união de políticos diferentes, ao invés da bagunça, baderna, tripé de Lúcifer, onde todos querem ser “chave, arranco e bobina.”

Uma outra construção de subjetividade política diz respeito ao outro candidato, ativando novamente a memória discursiva religiosa para, através de incisivas discursivas, fazer falarem as falas “políticas”: “Reze um **Credo em CRUZ** que é uma forte oração”, cujo jogo de palavras por aproximação fonética e visual remete à logomarca de campanha que era **CC**, um trocadilho de **Carlos Cruz** à época da campanha por **Compromisso Comunitário**, e depois de eleito se transformou em **Comunidade Consciente**, o que demonstra, mais uma vez, a incorporação do discurso do outro em uma formação discursiva distinta, e sua conseqüente re-significação. Afirmamos isso mediante a utilização do termo “eleitor consciente”, “voto cidadão” ser um discurso clássico da esquerda, no sentido de alusão crítica às práticas políticas da direita de comprar votos e não trabalhar com a “consciência política” do cidadão.

À medida que o texto constrói a figura do *porte-parole* constrói também a figura do povo, em duas perspectivas:

a) primeiro, quando “o povo” é colocado em relação de diálogo com a candidata do PT, é representado como “o pequeno é humilde”, “o povo do Padre Cícero Romão”, “as empregadas domésticas não queira mais enganar, “os homens trabalhadores não queira os engabelar”, como pessoas ingênuas, passíveis de serem enganados pela “mestra da mentira”, o Satanás, a Besta-fera. Nesse sentido, opera, ainda, a referência ao título do folheto: “engana-me que eu gosto” que ativa a memória discursiva de uma expressão popular: “**me engana** que eu gosto”, redizendo-a de forma a fazer valer o estatuto de sujeito do saber lingüístico, que se utiliza da forma mais erudita: “**engana-me** que eu gosto”, detentor dos meandros

da norma padrão da língua, o que funciona como contraponto à utilização do saber popular, tradicional, do poeta de cordel como porta-voz do povo. Ele é um poeta da tradição popular, possuindo, portanto, um “excedente de visão”, que o legitima como “representante” e com direito de “alertar” o povo contra seus enganadores e;

b) A outra forma de representar o povo, quando este é posto em relação de diálogo com o candidato do PDT ou com o próprio sujeito-enunciador do folheto, “o povo” já não “pequeno” e humilde, ele é um “eleitor de respeito” e “eleitor consciente”, que sabe bem separar “a macaca da mula-manca”, o “feijão do caviar”.

Os enunciados do folheto pressupõe, também, uma certa imagem do e (leitor), supostamente identificado com o discurso misógino e anti-comunista do folheto.

Quanto à representação de Juazeiro, é construída como “terra de oração”, “terra santa”, criando um efeito de homogeneidade, de um sentido único para o espaço simbólico: Juazeiro do Norte, o sentido do discurso do Padre Cícero como evidência, e a perpetuação de um sentido único para esse espaço, o Juazeiro de um só norte, silenciando outros discursos possíveis sobre Juazeiro.

Essas representações, tanto do “povo” como de Juazeiro, ao atualizarem uma memória de um sentido de evidência para o discurso do Padre Cícero, como “um tempo que não passa”, um tempo a-histórico, indica também a projeção futura da sociedade, como uma teleologia. Juazeiro é “terra santa”, portanto, o seu governante deve ser um porta-voz do Padre Cícero para poder ser porta-voz do povo, então, o destino da cidade “está traçado” e qualquer outra perspectiva que não se enquadre nesses parâmetros, assume o lugar da punição, da **condenação do pecado** do discurso religioso, que vem em tom messiânico de ameaça: “se votar em quem não deve vai ser uma desolação”, “da bestafera vai ter o seu melhor coice”, “vai pro infa”, ou seja, outro discurso político seria a destruição de toda uma **lavoura política** construída até então.

Quanto à construção discursiva do sujeito enunciador do cordel, ele vai adquirindo diversas facetas. Primeiro, se esquiva, se esconde, na forma de um hiperenunciador, o que cria um efeito de obviedade, um discurso sem sujeito, que enuncia verdades incontestes. Depois, assume a enunciação, primeiro, como sujeito de um saber familiar, contrapondo-se, criando um fosso entre duas perspectivas de sujeito feminino: a “minha mulher”, “quem eu amo”, “a mulher alheia”, em oposição à “Matriarca do Cão,” a

égua lá da baixa quando está na vadiagem”, a mulher do espaço público, a mulher política, de esquerda (quando compara a candidata do PT a outras administradoras desse partido: Luiza Erundina, ex-prefeita de São Paulo e Maria Luiza Fontenelle, ex-prefeita de Fortaleza), colocando-as todas num mesmo campo: da incompetência administrativa, da baderna, do caos, cujos governos seriam “briga de comadres”, onde todos querem ser “chave, arranco e bobina”.

Esse sujeito vai se cindindo, se clivando, se desdobrando, assumindo uma posição de porta-voz do povo, da perspectiva da língua do saber poético quando se utiliza da materialidade do cordel quando inscrito na tradição do saber popular e quando invoca as múltiplas possibilidades de interpretação do texto poético.

Uma outra posição desse sujeito é o de sujeito de direito, o sujeito-cidadão que tem o direito à sua fala, mediante os textos fundadores da f.d jurídica, como a constituição. O sujeito assume, ainda, a língua do saber religioso, construindo-se como porta-voz do Padre Cícero, imbuindo-se de mensageiro do religioso para construir sua legitimidade de enunciar as falas políticas. Vislumbramos, pois, as múltiplas posições de sujeito. Muitas posições de sujeito que atravessam essa posição enunciativa.

Assim, com base na leitura de Foucault de Nietzsche quanto à questão dos processos de produção da verdade, considerando a “vontade de verdade” do sujeito nas sociedades contemporâneas, verificamos os mecanismos pelos quais o discurso político constrói processos identitários, ou seja, subjetividades da candidata do PT nas eleições para prefeito de 2000 na cidade de Juazeiro do Norte-CE, como “mestra da mentira”, que “não diz a verdade”, fazendo emergir, tanto do dito como do não-dito, no silenciado, uma “vontade de legitimação” do discurso outro, do discurso do Outro, seu oponente, num jogo de mascaramento que pulsa entre ocultação/desvelamento.

Como a verdade não são “fatos”, algo dado “a priori”, à qual se chega por meio da razão, da análise, não foi, pois, nosso propósito, efetuar mais um jogo de desvelamento da verdade com o discurso da ciência, visto que esta também se encontra na malha dos poderes (Foucault, 2000). Nosso propósito foi, mais modestamente, demonstrar os mecanismos pelos quais as verdades são constituídas como uma teia, como um “nó em uma rede” de dizeres em determinado contexto histórico, que dialogam com outras verdades, de outros campos do saber/dizer (interdiscurso) e se legitimam pela memória e pelo esquecimento. Pela memória de dizeres cristalizados como verdades e como esquecimento de que as verdades são processos discursivos, como já lembrava Nietzsche, em outras palavras.

Considerando, pois, os enunciados como nós em uma rede, poder-se-ia supor que o papel do analista seria o desatamento desses nós. Se assim o fosse, traríamos de volta um sujeito da ciência com “excedente de visão”. O que se busca é, antes de qualquer coisa, os mecanismos de constituição dos nós, como eles puderam ser atados de um certo jeito e não de outro. No máximo, o que se pode fazer é interrogar-se pela posição social de quem fez os nós, nesse jogo intersticial da língua com a história.

Considerando, ainda, a “realidade” como algo construído/constituído na e pela linguagem, vemos que a verdade é não mais que uma “vontade de verdade”, relacionada necessariamente a uma “vontade de Poder” (vontade de potência nietszcheana) e se constitui de acordo com a formação discursiva em questão. Nesse sentido, o discurso político é também um discurso viscoso, pois, embora se utilize constantemente de outros campos do poder/saber/dizer, sua relação interna é de conflito, de tentativa de homogeneização e de desqualificação do outro. Discurso altissonante, que grita a um tempo em que busca silenciar as outras vozes e/ou as vozes do Outro.

O Político procura, também, mais insidiosamente, tomar a língua. Isso significa impor um consenso de significação e de valores, impor seus símbolos e seus ritos discursivos, em síntese, “fazer a lei” lingüística. Ele age como se as palavras possuíssem um conteúdo estável, o seu, bem entendido, como se tudo fosse evidente. De fato, tudo no lingüístico em torno do político faz-se entre dois pólos contrários: as forças de estabilização dos dicionários, da gramática de referência, nível de língua, jornal oficial, escritos jurídicos, didáticos, e as forças de desestabilização, trazidos pelo oral heterogêneo, a escrita paradoxal, o texto polêmico, os usos interditados, “marginais” ou “populares”, os dissensos de toda ordem, fazendo com que, além das “línguas naturais serem capazes de política”, a Política também seja capaz de “Lingüística”.

Inserindo-se, portanto, no contexto de uma sociedade espetacularizada, atua como um teatro de sombras, num jogo de esconde/revela, como produtor de subjetividades móveis, intercambiáveis, num processo de apropriação/re-significação de símbolos, ícones, utilizando-se do jogo de memória/esquecimento, nessa instável relação entre a língua e a história, onde os sujeitos são construídos/constituídos e (re) fazem (os) sentido (s).

Nesse sentido, podemos propor alguns questionamentos sobre a fala política, como, por exemplo, com a presença de tantos porta-vozes, percebemos uma ilustre ausência quando da análise de discursos políticos: exatamente a voz do “povo”. Há todo um conjunto de dizeres, de representações sobre esta figura discursiva, sem que se possa ouvir diretamente

sua própria voz, o que ela tem para dizer de si próprio, dos seus anseios e desejos, já que o discurso político é um discurso de delegação de voz e todos “falam em nome do povo”, cuja idéia de “representação política” está na base de todas as “democracias” ocidentais, oriundas dos ideais republicanos da Revolução Francesa. Nesse sentido, podemos questionar: esse modelo de representação política realmente faz-falar a “voz do povo” ou seria necessário um outro modelo de democracia onde “o povo” pudesse falar em seu próprio nome, sem a necessidade de tantos porta-vozes?

Assim, de acordo com as questões aqui abordadas, o que mais pulsou, antes de respostas, mesmo que provisórias, foi a necessidade de algumas perguntas, as quais não puderam ser aprofundadas, tendo em vista os limites de uma tese, mas que pensamos apontar como futuras pesquisas, tais como: a) A necessidade de se investigar o funcionamento de discursos contemporâneos, considerando, não só as diferenças sócio-histórico-geográficas, como as próprias materialidades desse discurso; b) As relações entre as línguas de madeira e as línguas de vento como formas de um mesmo processo de “despolitização da Política”; c) A questão da autoria no discurso político, que efeitos de sentido a assunção da autoria de determinados dizeres causam no contexto do discurso político, dentre outras.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. **Histórias de Cordéis e Folhetos**. Coleção Histórias de Leitura. Campinas: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil, 1999.
- ALTHUSSER, RANCIÈRE, J e NACHEREY, P. **Ler o capital**. 1 vol. Tradução: Nathanael C. Caixeiro. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Trad. J.J. Moura Ramos. Lisboa: Presença. São Paulo: Martins Fontes, 1974.
- AMOSSY, R (org). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. São Paulo: Contexto, 2005.
- ARAÚJO, I.L. **Foucault e a crítica do sujeito**. p. 87 a 122. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.
- ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. Trad. Antônio P. de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro, (s/d).
- AUTHIER-REVUZ, J. **Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours**. p. 91 a 15. In: DRLAV, nº 26, 1982.
- BRAUD, P. **Le jardin des délices démocratiques**. Paris : Presse de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1991.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1982.
- BARONAS, R.L. **Notas sobre o amargo da língua política**. Ecos Revista. p. 20 a 35. Cáceres-MT, 2005.
- BARONAS, R.L. **Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade**. In SARGENTINI, V. e NAVARRO-BARBOSA, P. (orgs). **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. p. 45 a 62. São Carlos: Claraluz, 2004.
- BARONAS, R.L. **Da espetacularização à sloganização do discurso político**. In: Revista da ANPOLL. São Paulo, 2003.
- BATISTA, M. F. B. M. **O romanceiro tradicional popular: origem e permanência no Nordeste do Brasil**. v. 1. p. 94 a 99. João Pessoa: Conceitos, 2002.
- BARTHES, R. **L'Aventure sémiologique**. Paris: Seuil, 1984.
- BELTING, Hans. **A Image, Medium, Body: A New Approach to Iconology**. Ghrebh. Revista Comunicação, Cultura e Teoria da Mídia, nº 08. São Paulo, junho 2006. Disponível em: http://www.revista.cisc.org.br/ghrebh8/artigo.php?dir=artigos&id=belting_2. Acesso em 18/12/06.
- BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral I**. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.
- BÍBLIA SAGRADA. Edições Paulinas. São Paulo, s/d.
- BOGTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- BONNAFOUS, S., CHIRON, P. DUCARD, D. e LEVY, C. (dir.) **Argumentation et discours politique: Antiquité grecque et latine, Révolution française, monde contemporain**. Presse Université de Rennes: Rennes, 2003a.

- BONNAFOUS, S. **Sobre o bom uso da derrisão em J.M. Le Pen** in GREGOLIN, M.R.V. (org.). **Discurso e Mídia**. p. 35 a 48. Editora Claraluz, 2003b.
- BONNAFOUS, S e TOURNIER, M. **Analyse du Discours, lexicométrie, communication et politique**. In Langages n° 117, p. 67 a 95. Paris : Larousse, 1995.
- BOLETIM DO TRE-CE. Resultado das eleições de 2000.
- BRANCA-ROSOFF, S. Formation discursive : une notion trop ambiguë ? mimeo, 2003.
- BROSSART, A. **Le corps de l'ennemi: hyperviolence et démocratie**. Paris: La Fabrique, 1998.
- CÂMARA JR., J.M. **O estruturalismo lingüístico** In: **Estruturalismo: grandes nomes nacionais e estrangeiros**. Revista Tempo Brasileiro n° 15/16. 3 ed. São Paulo, 1973.
- CASCUDO, L.C. **Cinco livros do povo**. 3 ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 1994.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CERTEAU, M. de. **A cultura no plural**. Campinas: Papirus, 2000a.
- CERTEAU, M. de. **A escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000b.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARAUDEAU, P. **Le discours politique: les masques du pouvoir**. Paris, Vuibert, 2005.
- CHARAUDEAU, P e MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. Coordenação da tradução: Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHARTIER, R. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora da UNB, 1999.
- CHAUÍ, M. **Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes e messianismo dos dominados**. In: DAGNINO, E. (org.) **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. p.19 a 30. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CHAUÍ, M. **Público, privado, despotismo**. In: NOVAES, A. (org.) **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CHEVALIER, J.C. **La langue linguistique et histoire. Faire de l'histoire**. p. 131 a 132. Paris: Gallimard, t. 3, 1974.
- chico-buarque.lettras.terra.com.br/lettras/45150/ pesquisado em 26/12/2006.
- CHOMSKY, N. **Linguagem e pensamento**. Trad. Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes, 1971.
- CÓDIGO PENAL BRASILEIRO. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 1991.
- CONEIN, B. **La position de portes-paroles dans la Révolution française** in: **Peuple et pouvoir**. Lille : Presses Universitaires de Lille, pp. 153-164. Lille : Presses Universitaires de Lille, 1981.
- CORACINI, M.J. et al.(Orgs.). **Práticas identitárias: língua e discurso**. São Carlos: Claraluz, 2006.
- COSSUTTA, F. e MAINGUENEAU, D. **L'Analyse des discours constituints**. In: **Langages**, 117. Paris: Larousse. 1995.

- COURTINE, J-J. **Metamorfoses do discurso político. Derivas da fala pública.** Trad. Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.
- COURTINE, J-J. **A estranha memória da Análise do Discurso.** In: INDURSKY, F, M.C. (orgs). **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar.** São Carlos: Claraluz, 2005.
- COURTINE, J-J. **L'étrange mémoire de l'Analyse de Discours.** Mimeo. I Seminário de Estudos em Análise do Discurso, Porto Alegre, 2003a.
- COURTINE, J-J. **Os deslizamentos do espetáculo político** in GREGOLIN (org). **Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo.** p. 21 a 33. São Carlos: Claraluz, 2003b.
- COURTINE, J-J. **O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político.** In: INDURSKY, F & FERREIRA, M. C. L. **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso.** p. 15 a 22. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999a.
- COURTINE, J-J. **O discurso inatingível: marxismo e lingüística (1965-1985).** In: **Cadernos de Tradução.** n.º 6, p. 5 a 18. Porto Alegre, 1999b.
- COURTINE, J-J. **Les glissements du spectacle politique.** In: **Esprit** nº 164. p. 152 a 164. Paris, 1990.
- COURTINE, J-J. **Analyse du discours politique: le discours communiste adressé aux chrétiens.** Languages, Paris, Larousse, n.º 62, 1981.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. In: www.senado.gov.br/web/senador/alvarodi/b_menu_esquerdo/4_biblioteca_virtual/ConstituicaoFederal.pdf. Pesquisado em 15/01/2006.
- CURRAN, M. **História do Brasil em Cordel.** São Paulo: Editora da USP, 1998.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DERRIDA, J. **Gramatologia.** São Paulo, Perspectiva, 2004.
- DERRIDA, J. **A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas** In: **A escritura e a diferença.** Debates/Filosofia. Ed. Perspectiva: São Paulo, 1995.
- DELEUZE, J. **Nietzsche e a filosofia.** Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.
- DICIONÁRIO Petit Larousse. Paris: Larousse, 2000.
- DIEGUES JR. M. **Literatura de cordel.** In: **Cadernos de Folclore** nº 2. Rio de Janeiro, 1975.
- DOSSE, F. **História do Estruturalismo.** Vol 1. **O campo do signo.** Trad. Bras. Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- EAGLETON, T. **As ilusões do pós-modernismo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- ELIADE, M. **Aspects du mythe.** p. 16 a 34. Paris: PUF, 1982.
- FERREIRA, M.C (orgs). **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar.** São Carlos: Claraluz, 2005.
- FERREIRA, M.C.L. **Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso.** Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 2000.
- FERREIRA, L.C. **Práticas de Leitura Contemporâneas: representações discursivas do leitor na revista Veja.** Tese de Doutorado. UNESP/FLCAR, 2006.
- FIORIN, J.L. **O regime de 1964: discurso e ideologia.** São Paulo: Atual, 1988.

- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997a.
- FOUCAULT. **Resumo dos cursos do Collège de France**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997b.
- FOUCAULT. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1996.
- FOUCAULT, M. **O sujeito e o poder**. In: DREYFUS, H. e RABINOW, P. **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica**. p. 231 a 249. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, M. **O que é um autor?** Lisboa: Veja, 1992.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FOUCAULT, M. et al. **Estruturalismo e teoria da linguagem**. Petrópolis/RJ. Vozes, 1971.
- FONTANA, M.G.Z. **Cidadãos modernos: discurso e representação política**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- FORTI, M.C.P. **Maria do Juazeiro: a beata do milagre**. São Paulo: Annablume, 1999.
- GADELHA, M. **Dicionário de Cearês**. 2 ed. Fortaleza: Multigraf, 2000.
- GADET, F. & PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**. Trad. Betânia Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.
- GADET, Françoise. **Saussure: une science de la langue**. Paris : Presses Universitaires de France, 1987.
- GADET, F. & PÊCHEUX, M. **La langue introuvable**. Paris: Maspero, 1981.
- GALLARDO, S. **Foucault y la ideologia**. Estudos filosofia-história-letas, 1989 In <http://biblioteca.itam.mx/estudios/estudio/letras18/textos4/textos4>, pesquisado em 04/06/2006.
- GEFFROY, A. **Les nous de Robespierre ou le territoire impossible In : Mots: les langages du politique** n° 10. p. 63 a 89. Mars, 1985.
- GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora da UNEP, 1993.
- GORENDER, J. In : MARX, K e ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Trad. Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo : Martins Fontes, 1992.
- GRANGEIRO, C.R.P. **Michel Pêcheux e Michel Foucault: diálogos necessários sobre formação discursiva, sujeito e identidade**. p. 517 a 523 in: **ANAIS do Simpósio Internacional Michel Foucault: perspectivas**. (cd-room). Florianópolis, 2005.
- GRANGEIRO, C.R.P. **O discurso religioso na literatura de cordel de Juazeiro do Norte**. Crato: A Província Edições, 2002.
- GRANGEIRO, C.R.P. **Discurso religioso: vox Dei ou vox homini?**. Boletim da Associação Brasileira de Linguística. Vol 26. p 540 a 542. Fortaleza, 2001.
- GREGOLIN. **Bakhtin, Foucault e Pêcheux** In: BRAIT, B (org.). **Bakhtin. Outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006.

GREGOLIN, M. R.V. **Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades.** Anais do II SEAD. Porto Alegre, 2005 (cd-room) e <http://www.discurso.ufrgs.br/sead/doc/rosariogregolin.pdf>.

GREGOLIN, M. R.V. **Michel Foucault: o discurso nas tramas da história.** In: FERNANDES, C.A e SANTOS, J.B.C (orgs). **Análise do Discurso: unidade e dispersão.** Uberlândia: Entremeios Editora, 2004a.

GREGOLIN, M. R.V. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos.** São Carlos: Editora Claraluz, 2004b.

GREGOLIN, M. R. V. (Org.) **Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo.** São Carlos: Claraluz, 2003a. (Coleção Olhares Oblíquos).

GREGOLIN, M. R.V e BARONAS, R.L. (orgs). **Análise do Discurso: as materialidades do sentido.** 2 ed. São Carlos: Claraluz, 2003b.

GREGOLIN, M. R. V. **Análise do discurso: o sentido e suas movências.** In: GREGOLIN, M. R. V. et al. **Análise do Discurso: entornos do sentido.** p. 09 a 34. Araraquara/SP: UNESP, 2001a.

GREGOLIN, M. R. V, CRUVINEL, M.F e KHALIL, M.G. **Análise do Discurso: entornos do sentido.** Araraquara: Cultura Acadêmica Editora, 2001b.

GUESPIN, L. **Nous, la langue et l'interaction** In : **Mots: les langages du politique** n° 10, p 45 a 63. Paris, 1985.

GUILHAUMOU, J. **Où va l'Analyse du discours? Autour de la notion de formation discursive.** *Revue Texto!*, http://www.revue-texto.net/Inedits/Guilhaumou_AD.html, 2004. Pesquisado em 23/01/2006.

GUILHAUMOU, J. **Os historiadores do discurso e a noção-conceito de formação discursiva. Narrativa de uma transavaliação imanente.** Trad. Nilton Milanez e Roberto Baronas. Revista Ecos, Unemat/Cáceres: Unemat Editora, 2005.

GUILHAUMOU, J. **La formation d'un mot d'ordre. 'Plançons la terreur à l'ordre du jour'. (l'été 1793).**" In: **Bulletin du Centre d'analyse du discours** n° 5, p 149 a 196. Paris, 1991.

GUILHAUMOU, J. **La langue politique et la révolution française. De l'événement à la raison linguistique.** Paris : Méridiens Klincksieck, 1989.

GUMBRECHT, H. U. **A pletora moderna do sentido. 24 anos de Poética e Hermenêutica.**In: 34 Letras n° 2, p.88 a115. São Paulo, 1988.

HABERMAS, J. **L'espace public.** Paris: Payot, 1978.

HAROCHE, C. **Fazer dizer, querer dizer.** São Paulo: Hucitec, 1992.

HAROCHE, C.; HENRY, P. e PÊCHEUX, M. **La sémantique et la coupure saussurienne : langue, langage, discours** In : **Langages** n° 24. p. 93 a 106. Paris: Larousse, 1971.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** 6 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HENRY, P. **Os fundamentos teóricos da Análise Automática do Discurso de Michel Pêcheux (1969).** In GADET, F & HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

HERMÈS n° 42. **Peuple, populaire, populisme.** Paris: CNRS Éditions, 1995.

- HOLANDA, A.B.de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Editora Nova Fronteira. 1 ed, 15ª reimpressão. Rio de Janeiro, s/d.
- HOLANDA, H.B. de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- INDURSKY, F. e FERREIRA, M.C.L. (orgs). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Editora Sagra Luzatto. Porto Alegre, 1999.
- INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- JODELET, D. **Réprésentations Sociales**. Paris: PUF, 1989.
- JORNAL Folha da Manhã. **Boicote contra Salete sofre baixa**. P.2. 23 de agosto de 2000.
- JORNAL O Estado de São Paulo. **Suspensa a cartilha “politicamente correta”**. P. 15. 7 de Maio de 2005.
- LACAN, J. Lacan. **O Seminário. Livro 17. O avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro : Zahar, 1994.
- LACAN, J. **Écrits**. Paris: Seuil, 1966.
- LE BART, D. **Le discours politique**. Paris: PUF, 1998.
- LECOURT, D. **Sur l'archéologie du savoir. A propos de Michel Foucault (1970)** In: **La Pensée**. Août, 1970.
- LEGENDRE. P. **Jouir du Pouvoir, traité de la bureaucratie patriotique**. Paris, Seuil, 1976.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão et al. 4 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- LEITE, N. V. A. **Psicanálise e Análise do Discurso - O acontecimento na estrutura**. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.
- LEMAIRE, R. **Folheto ou literatura de cordel ? – uma questão de vida ou morte**. Mimeo, s/d.
- LEVI-STRAUSS, C. **Anthropologie Structurale**. Paris: Plon, 1968.
- LINDENBERG, D. **Le marxisme introuvable**. Paris: Calmann-Levy, 1975.
- LYOTARD, J.F. **A condição pós-moderna**. 5 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.
- LOPES, J.R. **Literatura de cordel: antologia**. Fortaleza, BNB, 1982.
- MACEDO, J. **O império do bacamarte: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense**. 2 ed. Fortaleza: Casa José de Alencar Programa Editorial, 1990.
- MAINGUENEAU, D. **A noção de hiperenunciador**. Trad. Fábio César Montanheiro e Roberto Leiser Baronas In: **Revista na Polifonia** nº 10. Mestrado em Estudos de Linguagem - MeEL da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, nov de 2005.
- MAINGUENEAU, D. **L'analyse du discours: introduction aux lectures de l'archive**. Paris: Hachette, 1991.
- MAINGUENEAU, D. **Análise do Discurso: a questão dos fundamentos**. Cadernos de Estudos Lingüísticos nº 19 p. 65 a 74. Campinas: jul/dez, 1990.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências de análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1989.

- MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso. (Re) ler Michel Pêcheux hoje.** Trad. Eni. P. Orlandi. Campinas : Pontes, 2003.
- MALDIDIER, D. **L’Inquiétude du discours.** Paris: Éditions des Cendres, 1990.
- MARIANI, B. **A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise.** Editora Claraluz, 2006.
- MAZIÉRE, F. **L’Analyse de discours: histoire et pratiques.** Paris: PUF, 2005.
- MAZIÉRE, F. **L’Analyse de discours: histoire et pratiques.** Paris: PUF, 2005.
- MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso. (Re) ler Michel Pêcheux hoje.** Trad. Eni. P. Orlandi. Campinas : Pontes, 2003.
- MILANEZ, Nilton. **O corpo é um arquipélago: memória, intericonicidade e identidade.** In: NAVARRO, Pedro (org.) **Estudos do texto e do discurso. Mapeando conceitos e métodos.** p. 153 a 179. São Carlos: Claraluz, 2006.
- MILANEZ, Nílton. **As aventuras do corpo: dos modos de subjetivação às memórias de si em revista impressa.** Tese de Doutorado. UNESP/FLCAR, 2007.
- MILNER, J.C. **O amor da língua.** Trad. Ângela Cristina Jesuíno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- MILNER, J.C. **A Roman Jakobson ou le Bonheur par la Symétrie.** In **Ordre et Raison de Langue.** Paris: Seuil, 1982.
- Mulheres sem medo do poder: chegou a nossa vez.** Cartilha para mulheres candidatas a vereadoras. DIPES – IPEA. Senado Federal, 1996.
- NASIO, J.D. **Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan.** Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- NOGUEIRA, C.R.F. **O diabo no imaginário cristão.** 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.
- NORA, P. Paris: **La Nation.** 1 vol, 1993.
- ORLANDI, E. P. **A noção de “povo” que se constitui em diferentes discursividades.** p. 7 a 30. In: DA SILVA (org). **Sentidos do povo.** São Carlos: Claraluz, 2006.
- ORLANDI, E. P. **Interpretação : autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** 4 ed. Campinas: Pontes, 2004.
- ORLANDI, E. P. **Discurso fundador.** Campinas: Pontes, 2003.
- ORLANDI, E.P. **A análise do discurso e seus entremeios : notas à sua história no Brasil.** Caderno de Estudos Lingüísticos n° 42. p. 21 a 40. Campinas: Jan/Jun 2002.
- ORLANDI, E. (org). **Cidade atravessada : os sentidos do público no espaço urbano.** Campinas, Pontes, 2001.
- ORLANDI, E. P. **Análise do discurso : princípios e procedimentos.** Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos.** Editora da Unicamp, 1997.
- ORLANDI, E.P. **Terra à vista. Discurso do confronto: Velho e Novo mundo.** São Paulo: Cortez, Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento.** Campinas/SP: Pontes, 1986.

- OSAKABE, A. **Argumentação e discurso político**. São Paulo : Martins Fontes, 1979.
- PAVEAU, M.A; SARFATI, G.E. **As grandes teorias da lingüística: da gramática comparada à pragmática**. Trad. Rosário Gregolin et al. São Carlos: Claraluz, 2005.
- PAVEAU, M.A; SARFATI, G.E. **Les grandes théories de la linguistique: de la grammaire comparée à la pragmatique**. Paris: Armand Colin, 2003.
- PÊCHEUX, M. e GADET, F. **A língua inatingível: o discurso na história da lingüística**. Campinas: Pontes, 2004.
- PÊCHEUX, M. **Papel da memória**. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. p 49 a 57. Campinas: Pontes, 1999a.
- PÊCHEUX, M. **Sobre os contextos epistemológicos da análise de discurso**. In: ORLANDI, E. **Escritos**, n.º 04. Campinas/SP: Labeurb/Nudecri, 1999b.
- PÊCHEUX, M. **Sobre a (des-)construção das teorias lingüísticas**. In: ORLANDI, E. **Línguas e instrumentos lingüísticos**. Campinas/SP: Pontes, 1999c.
- PÊCHEUX, M. e GADET, F. **Há uma via para a lingüística fora do logicismo e do sociologismo?** In: ORLANDI, E. **Escritos**, n.º 3, Campinas: Labeurb/Nucredi, 1998.
- PÊCHEUX, M. **Análise automática do Discurso**. In: GADET, F & HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. p. 61 a161). Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1997a.
- PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1997b.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997c.
- PÊCHEUX, M. **Delimitações, Inversões, Delocamentos**. In: ORLANDI, E. P. & GERALDI, J. W. (Org.). **Cadernos de estudos lingüísticos**. p. 25 a 42. Campinas/IEL-UNICAMP, jul/dez, 1990a.
- PÊCHEUX, M. **Analyse de discours: trois époques**. In: MALDIDIER, D. **L’Inquiétude du discours**. Paris: Éditions des Cendres, 1990b.
- PÊCHEUX, M. **Lecture et mémoire: Projet de Recherche**. In: MALDIDIER, D. **L’Inquiétude du discours**. Paris: Éditions des Cendres, 1990c.
- PÊCHEUX, M. **Remontons de Foucault à Spinoza**. In: MALDIDIER, D. **L’Inquiétude du discours**. Paris: Éditions des Cendres, 1990d.
- PÊCHEUX. **L’étrange miroir de l’analyse de discours** In : *Langages* n.º 62. Paris : Larousse, 1981.
- PÊCHEUX, M. **Analyse automatique du discours**. Paris: Dunod, 1969.
- PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.
- PIOVEZANI FILHO, C.F. **Elementos para uma caracterização do discurso político** In: ANAIS do Grupo de Estudos Políticos do Nordeste - GELNE. p. 455 a 456. João Pessoa, 2006 (cd-room).
- PIOVEZANI FILHO, C.F. **Política midiaticizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade** in: GREGOLIN, M.R.V (org.). **Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo**. p. 49 a 64. São Carlos: Editora Claraluz, 2003.
- PLÓN, M. **La théorie de jeux: une politique imaginaire**. Paris: Maspero, 1976.

- PRADO, A. **Poesia Reunida**. Siciliano: São Paulo, 1991.
- REPRESENTAÇÃO da Coligação União Popular à Juíza Eleitoral – 28ª zona, Comarca de Juazeiro do Norte, estado do Ceará. 22 de agosto de 2000.
- ROBIN, R. **História e Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1973.
- ROSOFF, S.B. **Formation Discursive: une notion trop ambiguë?**, mimeo, 2003.
- SAUSSURE. F de. **Curso de Lingüística Geral**. 20 ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
- SAUSSURE. F de. **Course de Linguistique Général**. Paris: Payot, 1966.
- SARGENTINI, V. **Identidade do trabalhador no imaginário do “povo”**. p. 79 a 92. In: DA SILVA (org). **Sentidos do povo**. São Carlos: Claraluz, 2006.
- SARGENTINI, V. **A noção de formação discursiva: uma relação estreita com o corpus na análise do discurso**. Anais do II SEAD. Porto Alegre, 2005.
- SARGENTINI, V. e NAVARRO-BARBOSA, P. (orgs). **Foucault e os domínios da linguagem : discurso, poder, subjetividade**. São Carlos : Claraluz, 2004.
- SARGENTINI, V. **A teatralidade na geração de empregos: mídia na campanha eleitoral** in: GREGOLIN, M.R.V (org.). **Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo**. p. 125 a 134. São Carlos: Editora Claraluz, 2003.
- SEROT, P. 1986. **La langue de bois et son double: une analyse des analyses du discours politique soviétique**. In: **Langages et société**. p. 7 a 32. Paris: MSH, n°35, mars 1986.
- SOUZA, T.C.C. **Discurso e Imagem: perspectivas de análise do não-verbal**. Ciberlegenda, 1998.
- SCHWAB, G. **As mais belas histórias da Antiguidade Clássica**. 4 ed. São Paulo, Cultrix, 1996.
- VALLET, Odon. **Le peuple, c’est au poil. Des mots en politique** In : **Mots/Les langages du politique** n° 55, juin 1998.
- VENDREYES, J. **Sur l’etimologie croisée**. In: **Bulletin de la Société de Linguistique de Paris**. Paris, 1955.
- VOLKOFF, V. **A Desinformação Organiza-se**. In: **Pequena História da Desinformação – do Cavalo de Tróia à Internet**. p. 66 a 71. Curitiba: Editora Vila do Príncipe Ltda, 2004.
- www.kfki.hu/~arthp/html/c/caravagg/03/20medusa.html.

BIBLIOGRAFIA ADICIONAL

ALTHUSSER, L. **Posições**. Trad. João Paisana. Lisboa: Livros Horizonte Ltda, 1975.

ANGENOT, M. **La parole pamphlétaire: typologie des discours modernes**. Paris: Payot, 1995.

BAUMAN, Z. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BAUMAN, Z. **O mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BOBBIO, N. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

BONNAFOUS, S. **Femme politique: une question de genre?** *Reseaux* vol 21, n° 120, p. 120 a 143. Paris, 2003.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 1998.

BRECHON, P. **Le discours politique en france: évolution des idées partisans**. Paris: La documentation française, 1994.

BURKE, P. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CHAUÍ, M. **Política em Espinosa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CONEIN B. *et al.* (org.) **Matérialités discursives**. Actes du colloque de Nanterre, Lille: Presses universitaires de Lille, 1981.

FARACO, C.A. **Linguagem e diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin**. Curitiba: Criar Edições, 2003.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade III: o cuidado de si**. 7 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. 9 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GIDDENS, A. **Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical**. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

GUILHAUMOU, J. **Sieyès et l'ordre de la langue. L'invention de la politique moderne.** Paris: Kimé, 2002.

HARDT, M. & NEGRI, A. **Império.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. et MOUILLAUD, Maurice (dir.) **Le discours politique.** Lyon, Presses universitaires de Lyon, 1984.

LANGAGES n°117. **Les analyses du discours en France.** D. Maingueneau (org). Paris: Larousse, 1995.

LANGAGES n°41. **Typologie du discours politique.** L. Guespin (org). Paris: Larousse, 1976.

LANGAGES n°37. **Analyse du discours. Langue et idéologies.** M. Pêcheux (org). Paris: Larousse, 1975.

LANGAGE & SOCIÉTÉ n° 114. **Approches interdisciplinaires des pratiques langagières et discursives.** Paris: Maison des Sciences de l'Homme, déc 2005.

LANGAGE & SOCIÉTÉ n° 113. **Le politique en usages (XIV^e - XIX^e siècles).** Paris: Maison des sciences de l'homme, sep 2005.

LYOTARD, J.F. **A condição pós-moderna.** 5 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

MEYER, M. **Autores de cordel.** São Paulo: Abril Educação, 1980.

MOTS/LES LANGAGES DU POLITIQUE n° 45. **Dire non en politique,** déc 2005.

MOTS/LES LANGAGES DU POLITIQUE n° 62. **Nom Propre.** Paris: Presses de SciencesPo, juil, 2002.

MOTS/LES LANGAGES DU POLITIQUE n° 67. **La Politique à l'écran : l'échec?** Lyon: ENS Éditions, 2001.

MOTS/LES LANGAGES DU POLITIQUE n° 40. **Écoutes, Échos du Politique.** Paris: Presses de SciencesPo, 1994.

MOTS/LES LANGAGES DU POLITIQUE n° 32. **Les mémoires de la politique.** Paris: Presses de SciencesPo. Sep, 1992.

MOTS/LES LANGAGES DU POLITIQUE n° 20. **La Politique à la Télévision.** Paris : Presses de SciencesPo, 1989.

POSSENTI, S. **Discurso, estilo e subjetividade.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.

SARFATTI, G.E. **Éléments d'Analyse du discours.** Paris: Nathan Université, 1997.

TERRA, R. **Memória de lutas: a literatura de folhetos no Nordeste (1893-1930).** São Paulo: Global, 1993.

ZARCA, I.C. **Figures du pouvoir. Études de philosophie politique de Machiavel a Foucault.** 3 ed. Paris: Presse Universitaire de France, 2001.

ZIZEK, S. **Um mapa da ideologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

ANEXOS

ANEXO 01

ANEXO 02

